



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

Direito

Reitor

Carlos Roberto Juliano Longo

Pró-Reitora Acadêmica

Adriana Pelizzari

Pró-Reitor Administrativo

Wesley Rodrigues Sepúlveda

Coordenadora Acadêmica de Graduação Presencial

Camilla Sara Gonçalves Cunha

Equipe - Coordenação Acadêmica de Graduação Presencial

Adriana Cardoso Furtado

Angélica Bussolo Rodrigues

Degvânia Fernandes Pereira

Gidalti Guedes da Silva

Mariane Chinelato Boente do Nascimento

Nilza Maria do Valle Pires Martinovic

Patrícia Targino Melo

Samuel Estevam Vidal

Sheila da Silva Borges

Tatyane Souza Nunes Rodrigues

Valéria Maria Gonzaga dos Santos

Procuradora Institucional

Naiara Nunes da Silva

Coordenador(a) do Curso de Direito

Aline Cristina Alves

Núcleo Docente Estruturante do Curso de Direito

Aline Cristina Alves

Deo Campos Dutra

Maurício Dalri Timm do Vale

Rodrigo Roman Borges

Yelba Nayara Gouveia Boneiti

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	
2	INFORMAÇÕES GERAIS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO	
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO, DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO	
2.2	CONTEXTO EDUCACIONAL, ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL – CARACTERÍSTICA LOCAIS E REGIONAIS	
2.3	CONTEXTO INSTITUCIONAL	
2.3.1	Mantenedora - União Brasileira de Educação Católica	
2.3.2	Universidade Católica de Brasília	
2.3.2.1	Missão	
2.3.2.2	Princípios institucionais	
2.3.2.3	Valores institucionais	
2.3.2.4	Coordenação de pastoralidade	
2.3.2.5	Visão de futuro	
3	CONTEXTO DO CURSO DE DIREITO	
4	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	
4.1	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO DE DIREITO.....	
4.2	POLÍTICAS DE ENSINO	
4.3	POLÍTICAS DE EXTENSÃO	
4.4	POLÍTICAS DE PESQUISA E/OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA	
4.5	RESPONSABILIDADE SOCIAL DA FORMAÇÃO INTEGRAL	
5	COERÊNCIA ENTRE O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO	
5.1	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO CURSO DE DIREITO.	
6	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	
6.1	DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SEGUNDO AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS	
7	ESTRUTURA CURRICULARES E COMPONENTES CURRICULARES	
7.1	PROGRAMA PROPÓSITO DE VIDA	
7.1.1	O ser ético	
7.1.2	O ser histórico	
7.1.3	O ser solidário	
7.2	CONTEÚDOS PERTINENTES ÀS POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO BILÍNGUE E ECOLOGIA INTEGRAL ...	
7.3	FLEXIBILIDADE CURRICULAR	
7.4	INTERDISCIPLINARIDADE	
7.5	ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA	
7.6	CONTEÚDOS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO	
7.7	MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO	
7.8	MATRIZ, EMENTAS E REFERÊNCIAS	
7.9	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	
7.9.1	Premissas das atividades complementares	
7.10	ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	
7.11	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	
7.12	METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	
7.13	PROGRAMA DE MONITORIA	
7.14	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)	
7.15	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	
8	SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO CURSO: AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DO CURSO E AVALIAÇÕES EXTERNAS	
9	CORPO DISCENTE	
9.1	FORMAS DE INGRESSO	
9.2	REGISTRO ACADÊMICO	
9.3	APOIO E ATENÇÃO AO DISCENTE	

9.4	OUVIDORIA	
9.5	POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	
10	GESTÃO DO CURSO DE DIREITO.....	
10.1	PERFIL DA COORDENAÇÃO DE CURSO	
10.2	PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA	
11	CORPO DOCENTE	
11.1	COLEGIADO DO CURSO E PERFIL DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	
11.2	PERFIL DO CORPO DOCENTE	
11.3	FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE	
11.3.1	Objetivo geral	
11.3.2	Objetivos específicos	
12	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	
13	POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO CORPO DOCENTE E AO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	
13.1	POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO E DISPENSA DOS COLABORADORES	
13.2	CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA	
13.3	POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	
13.4	POLÍTICA DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO	
13.5	POLÍTICAS DE ATENÇÃO	
14	INFRAESTRUTURA	
14.1	INSTALAÇÕES GERAIS	
14.2	RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA	
14.3	ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CURSO	
14.4	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS E AMBIENTES DE FORMAÇÃO BÁSICA E ESPECÍFICA DO CURSO DE DIREITO	
14.5	BIBLIOTECA	
	REFERÊNCIAS	

1 APRESENTAÇÃO

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) é um instrumento norteador do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília (UCB), integrando as políticas acadêmicas institucionais, contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vigência 2023/2027, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), Resolução 05 de 17 de dezembro de 2018.

2 INFORMAÇÕES GERAIS DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA REGIÃO, DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR E DO CURSO

O surgimento da Universidade Católica de Brasília (UCB) está atrelado à história de Brasília, de maneira especial. Inserida no contexto regional do Planalto Central, a UCB vem contribuindo de forma significativa para a consolidação da região.

Brasília é uma cidade que nasce com a vocação para a administração pública federal. Assim, foi preciso considerar esta questão, bem como as contradições do sistema político e econômico específicos dessa realidade no projeto de criação da instituição que buscou, de maneira consistente e comprometida, atender à demanda por uma formação acadêmico-profissional de qualidade, e que também valorizasse uma atuação humanista e ética.

Em 12 de março de 1985, foi inaugurado o campus das então Faculdades Integradas Católica de Brasília (FICB), em Taguatinga, com o primeiro conjunto de edificações, ofertando os cursos de Administração de Empresas, Economia e Pedagogia. A expansão das FICB era inquestionável, confirmando as possibilidades de trabalhos cujos objetivos, diretrizes de ação e metas visavam à elaboração do Projeto para o reconhecimento das FICB em UCB.

A cidade de Taguatinga se tornara um local estratégico. Localizada a 25 km do Plano Piloto, Taguatinga cresceu e se tornou um importante polo econômico, com avenidas, altos edifícios. Neste sentido, pode-se afirmar que a UCB e sua expansão liga-se à própria condição de Brasília, importante espaço geopolítico que atrai pessoas de todo país.

O espaço geográfico do campus em Taguatinga, desde sua inauguração, não só valorizou a área, mas se transformou num ponto de convergência populacional que traz para si pessoas do Plano Piloto, Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Guará, Gama, Ceilândia, Samambaia, Brazlândia, Riacho Fundo, além de Taguatinga e outras regiões do Distrito Federal e entorno. Os vários cursos oferecidos, desta forma, buscam responder às demandas sociais, ofertando à população uma formação acadêmica de qualidade que promova o crescimento e a qualificação pessoal e profissional dos seus estudantes, contribuindo para o desenvolvimento local, regional e nacional.

No final da década de 90 a UCB, depois de consolidar-se por 29 anos na Educação Superior e por seis anos como Universidade, já havia estabelecido sua área de saúde, com

os cursos de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Odontologia, Enfermagem, Farmácia e Biologia.

Com a infraestrutura já instalada e ciente da relevância social deste curso para a região, a UCB propôs a abertura do curso de Direito no Campus Taguatinga, partindo de princípios legais, institucionais, filosóficos e socioculturais perfeitamente identificados com o perfil pedagógico de sua Mantenedora, a União Brasileira de Educação Católica (UBEC), e com os anseios da comunidade na qual estava inserida.

Assim, a partir da Resolução do Conselho Universitário de nº 1108, publicada no Diário Oficial da União em 14/11/1996 que autorizava o funcionamento, o curso de Direito iniciou suas atividades, no Campus da UCB.

Releva notar que em 2019 foi inaugurado o campus em Ceilândia, com uma estrutura de 15.000m² de área total, funciona onde antes era o Centro Salesiano do Aprendiz (CESAM), da Inspeção São João Bosco, uma das províncias fundadoras da UBEC. No local são ofertados os cursos de graduação presencial de Direito, Psicologia, Pedagogia, Letras, Ciências e Matemática.

Nesse sentido, a UCB se coloca no mercado como uma instituição confessional-filantrópica (comunitária) que prima pela formação de qualidade, desenvolvendo suas atividades de forma indissociável entre Pesquisa, Ensino e Extensão, considerando a necessidade da região por profissionais altamente qualificados na administração pública e na iniciativa privada.

2.2 CONTEXTO EDUCACIONAL, ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL – CARACTERÍSTICA LOCAIS E REGIONAIS

A UCB tem estudantes matriculados em cursos de Graduação e Pós-Graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*, nas modalidades presencial e a distância. Dispõe de mais de 600 mil m² de área e conta com infraestrutura que privilegia o atendimento às demandas dos cursos/programas por ela oferecidos, e que vão desde salas de aula equipadas com acesso à internet, a recursos multimídia e laboratórios de ponta.

O avanço da modalidade de Educação a Distância veio atender às novas exigências sociais de formação. A UCB dispõe de Polos de Educação a Distância (PEAD), distribuídos em vários locais do território nacional e no exterior – EUA (Boston e Orlando) e Japão (Tóquio e Nagoya) – que contam com toda a infraestrutura necessária para o suporte à

aprendizagem dos estudantes e à realização dos encontros e atividades presenciais. Os polos são viabilizados por uma aliança estratégica entre instituições parceiras e a UCB, caracterizando-se como uma grande rede de Educação a Distância e como uma ação com vistas à democratização do acesso ao Ensino Superior.

Nos últimos anos, o mundo tem sofrido profundas transformações, principalmente nos campos tecnológico e econômico, com impactos significativos no mundo do trabalho. A velocidade das mudanças traz novos desafios, exigindo capacidades de aprender e desenvolver novas competências (metacognição) para assimilar e se adaptar a novos contextos, avaliar novas e diferentes situações, lidar com o inesperado, e propor mudanças que tragam impactos positivos para a sociedade em permanente transformação. A mundialização do mercado, dos investimentos, da indústria, da informação e da produção do conhecimento sobre os processos locais, regionais e nacionais caracterizou a globalização. A nova economia sustenta-se, dentre outros aspectos, na utilização eficiente do conhecimento e na capacidade de inovar

O desenvolvimento tecnológico, neste sentido, é aspecto importante a ser considerado, pois tem demandado da sociedade (tanto das organizações quanto das pessoas), cada vez mais, a capacidade de gerar, lidar, produzir, gerir e armazenar, com segurança e de forma ética, dados e informações. O conhecimento, sua produção, gestão e disseminação, ganha novos contornos. Tais transformações resultaram, e ainda resultam, na mudança de valores e na reorganização da política mundial, com reflexo na Educação.

Este contexto é ainda marcado por profundas desigualdades sociais que nos desafiam a construir alternativas criativas para os problemas da nossa época, em especial aos problemas da Educação. Soma-se a isso a pandemia de Covid-19 que, desde 2020 obrigou os cursos a adaptarem suas formas de aprender e ensinar, bem como adaptar as suas atividades práticas e assistenciais. Os desafios que se colocam na atualidade para o educador parecem que se multiplicam diariamente.

Logo após decretada a Pandemia de Covid-19 pela OMS (12/03/2020), o curso de XXX da UCB traçou um planejamento estratégico para minimizar o impacto nas atividades práticas dos estudantes, com algumas ações a saber:

- monitoramento dos casos de Covid-19 para os estudantes com identificação de sinais e sintomas e preenchimento de formulário específico
- construção de um protocolo de segurança Institucional, referente ao SARS Cov-2

- transferência das atividades teóricas para a modalidade síncrona e, após autorização por órgãos competentes, retomada gradativa das atividades práticas com redução do número de estudantes nos cenários.
- retorno do estudante do estágio ou atividades correspondentes (cursos de saúde previstos em orientações legais), que já estava inserido nos cenários, para as atividades práticas interrompidas por curto período, colaborando no atendimento dos pacientes com Covid-19.

As mudanças que ocorrem em nossa sociedade são caracterizadas tanto pela sua expansão como pelo ritmo acelerado em que elas ocorrem. Compreender a evolução da sociedade e da Educação como fatores interligados, nos leva a apontar que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade de sua Educação. Por meio dela, existem diferentes possibilidades a serem trabalhadas, desde a socialização e a preparação para o trabalho, até a construção de conhecimentos especializados que permitam novas soluções e promovam a inovação.

O Distrito Federal está localizado na Região Centro-Oeste, no centro-leste do estado de Goiás. Limita-se a leste com os municípios de Cabeceira Grande, estado de Minas Gerais, e Formosa, estado de Goiás; a oeste limita-se com Santo Antônio Descoberto, Padre Bernardo e Águas Lindas; ao norte com Planaltina de Goiás, Padre Bernardo e Formosa e ao sul com Luziânia, Cristalina, Santo Antônio do Descoberto, Cidade Ocidental, Valparaíso e Novo Gama, todos estes municípios pertencentes ao estado de Goiás (SES/DF, 2019).

FIGURA 1 – Composição da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF e Entorno), Região Metropolitana e Municípios



Fonte: Nota Técnica CODEPLAN/DF (2018)

A configuração territorial do complexo territorial produzido pela transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília tem raízes fortes nessa história. O processo de ocupação do território do Planalto Central é datado do período pós-colonial, no início do séc. XVIII, com a vinda dos bandeirantes à procura de minérios, ampliações das áreas de pastagens e escravização dos índios nativos. Os fluxos populacionais de bandeirantes e africanos escravizados foram atraídos em virtude da atividade mineira e esvaziados após o declínio desta atividade. Entretanto, no início do século XX, o território do Planalto Central que inclui os Estados de Tocantins e Rondônia, permanecia pouco habitado, estando à margem dos movimentos migratórios. Para promover uma maior ocupação demográfica do território, o governo federal deu início a ações de interiorização da ocupação populacional e das atividades produtivas do Brasil, destacando-se duas delas: o lançamento do programa “Marcha para o Oeste”, proclamado por Vargas na década de 1940 e, posteriormente, a transferência da Capital para a região, com Juscelino Kubistchek (CODEPLAN, 2018).

A proposta de transferência da Capital Federal para o interior do país está registrada na Constituição de 1891, mas somente foi efetivada na segunda metade do Século XX, culminando com a construção de Brasília e a transferência da Capital. A região do Planalto Central escolhida para a construção do Distrito Federal era ocupada com latifúndios voltados para a produção agrícola de subsistência e para a pecuária extensiva. Com as transformações estruturais da economia brasileira nas décadas de 1940 e 1950, a população da Região, que era de 370 mil habitantes, passou para 3,0 milhões, inicialmente associada à expansão da atividade agropecuária e, depois, com a urbanização de Brasília.

Com a inauguração de Brasília, o adensamento populacional passou a ocorrer inicialmente no interior do Distrito Federal e nas cidades a ele adjacentes, processo que se intensificou no início da década de 1970 com a consolidação da transferência da Capital. A expansão dessa área ocorreu de forma polinucleada e esparsa no território no Distrito Federal, ultrapassando posteriormente seus limites político-administrativos e abrangendo um espaço de influência direta em municípios do Estado de Goiás, formando o aglomerado urbano da Área Metropolitana de Brasília (CODEPLAN, 2018; SES/DF, 2019). Veja-se que há uma interface grande entre a implantação de Brasília, uma cidade planejada urbanisticamente, e os movimentos muito rápidos de expansão populacional e da economia da região, gerando um efeito muito diverso nos diferentes recortes territoriais.

A Tabela 1, apresenta uma caracterização da RIDE DF e Entorno, considerando os municípios e estados que a compõem, o instrumento formal de inclusão e características demográficas e socioeconômicas da região.

Os dados da tabela permitem compreender a relação de dependência das diferentes organizações políticas territoriais entre si e, sobretudo, com a Capital Federal e o Distrito Federal como um todo. A dinâmica regional envolve diferentes funcionalidades de ocupação dos territórios, desde a polarização econômica até fluxos diários da população para o trabalho, deslocamentos para compras ou obtenção de serviços, acesso a meios de comunicação etc. Como se verificou acima, no centro do território ocupado pela RIDE está a área mais densa, composta pelo Distrito Federal, detentor de 66% da população, e uma grande área conurbada na direção sul, acompanhando a BR-040, incluindo-se nessa região os municípios de Valparaíso de Goiás, Cidade Ocidental, Novo Gama e Luziânia. Outros municípios bastante populosos são Águas Lindas de Goiás (margens da BR-070), Formosa (margens da BR-020), Planaltina (BR-010) e Santo Antônio do Descoberto (BR-060). Esses municípios com o Distrito Federal somam uma população de aproximadamente 4,6 milhões de pessoas. Como se registrou, além da população adscrita no Distrito Federal, para fins de análise do funcionamento da infraestrutura do território, é importante considerar a população residente nos municípios de Goiás e Minas Gerais que compõem a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), que foi criada com a Lei Complementar nº 94 de 19/02/1998, regulamentada pelo Decreto nº 7.469 de 04/05/2011, e teve a composição alterada pela Lei Complementar nº 163/2018. São de interesse da RIDE os serviços públicos comuns ao Distrito Federal e aos Municípios que a integram devendo para tanto articular-se administrativamente com a União, Distrito Federal e com os Estados de Goiás e de Minas Gerais que a compõem. Atualmente a RIDE é composta por 29

municípios do Estado de Goiás e 4 municípios do Estado de Minas Gerais, além do DF (SES/DF, 2019).

TABELA 1 – Caracterização da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE DF e Entorno), 2020

Nº	UF	Nome	Legislação	Área (km²)	População Estimada 2020	IDH (2010)	PIB (em R\$ mil) (2015)	Densidade Demográfica (hab/Km²)
1	DF	Distrito Federal	LC 94/1998	5.779,997	3.055.149	0,824	215 613 025	528,57
2	GO	Abadiânia	LC 94/1998	1.045,127	20.461	0,689	289 099	19,58
3	GO	Água Fria de Goiás	LC 94/1998	2.029,416	5.793	0,671	201 809	2,85
4	GO	Águas Lindas de Goiás	LC 94/1998	188,385	217.698	0,686	1 542 997	1.155,60
5	GO	Alexânia	LC 94/1998	847,893	28.010	0,682	730 529	33,03
6	GO	Alto Paraíso de Goiás	LC 163/2018	2.593,905	7.688	0,713	138 658	2,96
7	GO	Alvorada do Norte	LC 163/2018	1.259,366	8.705	0,660	108 906	6,91
8	GO	Barro Alto	LC 163/2018	1.093,248	11.408	0,742	605 006	10,43
9	GO	Cabeceiras	LC 94/1998	1.126,912	8.046	0,668	218 672	7,14
10	GO	Cavalcante	LC 163/2018	6.953,666	9.725	0,584	249 871	1,40
11	GO	Cidade Ocidental	LC 94/1998	389,985	72.890	0,717	642 343	186,90
12	GO	Cocalzinho de Goiás	LC 94/1998	1.789,039	20.504	0,657	285 878	11,46
13	GO	Corumbá de Goiás	LC 94/1998	1.061,955	11.169	0,680	145 059	10,52
14	GO	Cristalina	LC 94/1998	6.162,089	60.210	0,699	1 944 492	9,77
15	GO	Flores de Goiás	LC 163/2018	3.709,427	17.005	0,597	130 968	4,58
16	GO	Formosa	LC 94/1998	5.811,788	123.684	0,744	1 934 488	21,28
17	GO	Goiandésia	LC 163/2018	1.547,274	71.075	0,727	1 098 113	45,94
18	GO	Luizânia	LC 94/1998	3.961,100	211.508	0,701	3 353 547	53,40
19	GO	Mimoso de Goiás	LC 94/1998	1.386,915	2.583	0,665	37 431	1,86
20	GO	Niquelândia	LC 163/2018	9.843,247	46.730	0,715	1 199 152	4,75
21	GO	Novo Gama	LC 94/1998	194,992	117.703	0,684	799 207	603,63
22	GO	Padre Bernardo	LC 94/1998	3.139,175	34.430	0,651	479 875	10,97
23	GO	Pirenópolis	LC 94/1998	2.205,010	25.064	0,693	373 758	11,37
24	GO	Planaltina	LC 94/1998	2.543,677	90.640	0,669	917 297	35,63
25	GO	Santo Antônio do Descoberto	LC 94/1998	944,145	75.829	0,665	572 101	80,31
26	GO	São João d'Aliação	LC 163/2018	3.327,379	14.085	0,685	229 562	4,23
27	GO	Simolândia	LC 163/2018	347,976	6.879	0,645	86 138	19,77
28	GO	Valparaíso de Goiás	LC 94/1998	61,450	172.135	0,746	2 155 089	2.801,22
29	GO	Vila Boa	LC 94/1998	1.060,172	6.312	0,647	104 363	5,95
30	GO	Vila Propício	LC 163/2018	2.181,583	5.882	0,634	199 087	2,70
31	MG	Araçuaia	LC 163/2018	5.279,419	17.862	0,656	197 938	3,38
32	MG	Buritizal	LC 94/1998	5.225,186	25.013	0,672	601 789	4,79
33	MG	Cabeceira Grande	LC 163/2018	1.031,409	6.988	0,648	203 236	6,78
34	MG	Unai	LC 94/1998	8.448,082	84.930	0,736	2 439 492	10,05
TOTAL				94.570,389	4.693.793	0,782	239 828 975	49,63

Fonte: Plano Distrital de Saúde (SES/DF, 2019); dados populacionais recuperados de estimativas do TABNET/Ministério da Saúde para 2020; IDH recuperado do IBGE Cidades (cor azul = IDH Muito Alto, verde = Alto; amarelo = Médio; alaranjado = Baixo).

A distribuição da população e dos indicadores sociais e econômicos no DF dá destaque à alta densidade demográfica nas áreas de ocupação mais recentes de expansão da urbanização. Existem “bolsões” de densidade muito acima da média, que se refletem em outros indicadores sociais e econômicos.

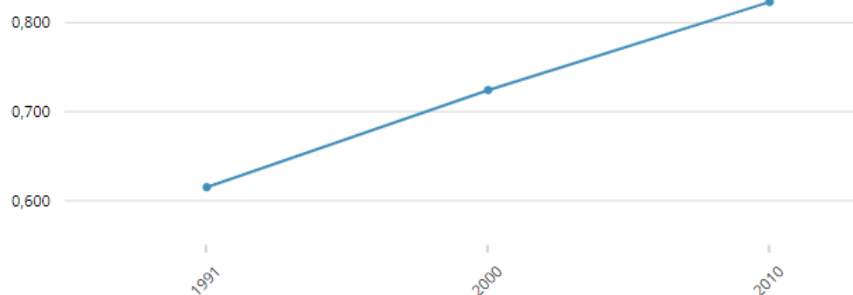
TABELA 2 – Distribuição da população por Regiões de Saúde e Regiões Administrativas do Distrito Federal, 2018

Região de Saúde	Região Administrativa (RA)	População 2018	%
CENTRAL	RA1 - Brasília (Asa Norte)	145.311	4,89%
	RA1 - Brasília (Asa Sul)	104.817	3,53%
	RA11 - Cruzeiro	41.457	1,39%
	RA16 - Lago Sul	36.673	1,23%
	RA18 - Lago Norte	39.152	1,32%
	RA 22 - Sudoeste/Octogonal	59.117	1,99%
	RA 23 - Varjão	10.385	0,35%
	Total da Região Central	436.912	14,70%
CENTRO-SUL	RA8 - N. Bandeirante	28.698	0,97%
	RA10 - Guarã	126.829	4,27%
	RA17 - R. Fundo I	41.347	1,39%
	RA19 - Candangolândia	18.444	0,62%
	RA 21 - R. Fundo II	40.694	1,37%
	RA 24 - Park Way	23.064	0,78%
	RA 25 - SCIA (Estrut.)*	33.494	1,13%
	RA 29 - S.I.A.*	2.772	0,09%
Total da Região Centro-Sul	315.342	10,61%	
NORTE	RA5 - Sobradinho I	89.935	3,03%
	RA 6 - Planaltina	195.027	6,56%
	RA 26 - Sobradinho II	83.713	2,82%
	RA 31 - Fercal	10.054	0,34%
Total da Região Norte	378.729	12,74%	
SUL	RA2 - Gama	156.321	5,26%
	RA13 - Santa Maria	133.905	4,51%
Total da Região Sul	290.226	9,76%	
LESTE	RA7 - Paranoá	62.510	2,10%
	RA14 - São Sebastião	95.199	3,20%
	RA 27 - Jd. Botânico	23.385	0,79%
	RA 28 - Itapoã	50.073	1,68%
Total da Região Leste	231.167	7,78%	
OESTE	RA4 - Brazlândia	65.814	2,21%
	RA9 - Ceilândia (**)	461.057	15,51%
Total da Região Oeste	526.871	17,73%	
SUDOESTE	RA3 - Taguatinga	239.315	8,05%
	RA12 - Samambaia	226.355	7,62%
	RA15 - Recanto das Emas	141.218	4,75%
	RA 20 - Águas Claras (†)	117.834	3,96%
	RA 30 - Vicente Pires	68.240	2,30%
Total da Região Sudoeste	792.962	26,68%	
TOTAL		2.972.209	100%

Fonte: Plano de Saúde do DF (2019).

O Distrito Federal tem um Índice de Desenvolvimento Humano que se mantém na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano nos últimos anos, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD). Calculado a partir dos dados da Pesquisa Nacional da Amostra de Domicílios, o IDHM do Distrito Federal era 0,854, em 2016 e em 2017 era de 0,850. Esse desempenho coloca do Distrito Federal em primeiro lugar entre as 27 Unidades da Federação. Entretanto, esse indicador tem variações por sexo, por cor e por situação do domicílio, conforme se verá. A tendência do IDH no Distrito Federal é de crescimento, conforme demonstra a figura abaixo, calculada com dados dos censos populacionais.

FIGURA 2 – Variação do IDHM no Distrito Federal, 1991 a 2010



Fonte: IBGE Cidades.

A desagregação do indicador por sexo também é relevante para analisar o contexto do Distrito Federal. Em 2010, o valor para as mulheres no Distrito Federal era 0,851 e, para os homens, de 0,797, o que coloca ambos os grupos na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,054. O IDHM da população feminina em 2017 era 0,875, e da população masculina neste mesmo ano era de 0,823, o que coloca os dois grupos na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

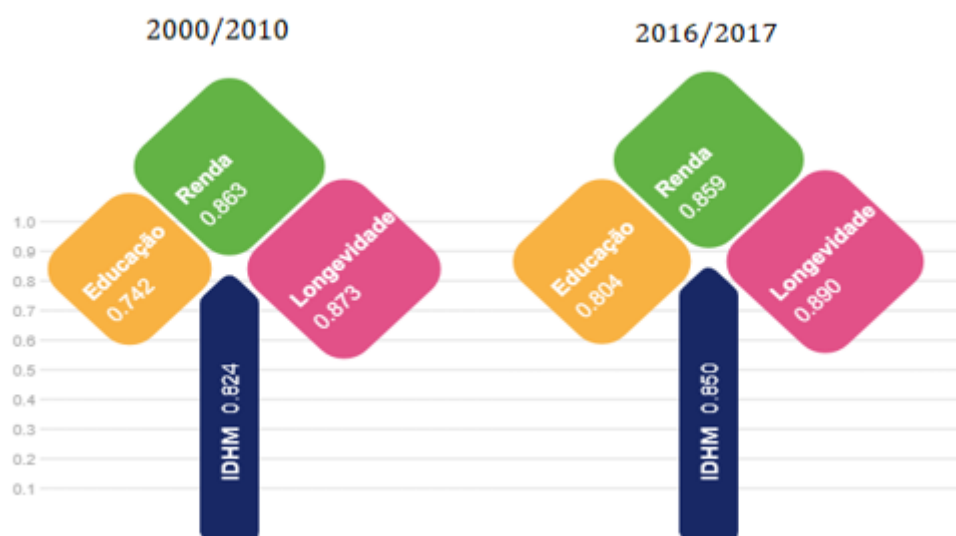
Analisando as informações por cor, segundo o Censo Demográfico, o IDHM da população negra do Distrito Federal era de 0,788, o que a situava na faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Já o IDHM da população branca nesse mesmo ano, era de 0,867, correspondente à faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,079. O IDHM da população negra em 2017 era 0,810, posicionado na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. O IDHM da população branca neste mesmo ano era de 0,890, o que a situava na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano.

Quando os dados são desagregados por situação de domicílio, segundo o Censo Demográfico de 2010, o IDHM da população residente na área urbana do Distrito Federal era 0,829 em 2010, o que a situava na faixa de Muito Alto Desenvolvimento Humano. Já o IDHM da população residente na área rural nesse mesmo ano, era de 0,702, correspondente à faixa de Alto Desenvolvimento Humano. Em números absolutos, a diferença entre ambos era de 0,127.

Os dados do IDHM também podem ser analisados de acordo com as dimensões que o compõe. O IDHM do Distrito Federal apresentou aumento entre os anos de 2000 e 2010, segundo informações do Censo Demográfico. Neste período, a evolução do índice foi de 13,66%. Ao considerar as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2000 e 2010, verifica-se que o IDHM Longevidade apresentou alteração de 7,25%, o IDHM Educação

apresentou alteração de 27,49% e o IDHM Renda apresentou alteração de 7,20%. Em 2016, era 0,854 e em 2017, 0,850, e, neste período, a evolução do índice foi de -0,47%. Na figura abaixo, vemos que, para as dimensões que compõem o IDHM, também entre 2016 e 2017, o IDHM Longevidade apresentou alteração de 0,56%, o IDHM Educação apresentou alteração de -2,43% e o IDHM Renda apresentou alteração de 0,70%

FIGURA 3 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) segundo as variações das dimensões que o compõe, Distrito Federal, 2000/2010 e 2016/2017



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano /PNUD.

O IDHM Educação é composto por cinco indicadores, quatro referentes ao fluxo escolar de crianças e jovens, buscando medir até que ponto estão frequentando a escola na série adequada à sua idade. O quinto indicador refere-se à escolaridade da população adulta. A dimensão Educação, além de ser uma das três dimensões do IDHM, faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4 – Educação de Qualidade. Segundo dados do último Censo Demográfico, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 92,46%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 88,32%; a de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 66,32%; e a de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 53,48%. Utilizando dados da PNAD Contínua, é possível identificar que, em 2017, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola neste ano era de 93,50%. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental era de 95,50%, a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo era de 66,75%; e, por fim, a de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo era de 69,12%. Ainda com base nas informações da PNAD Contínua, em 2012, 84,31% da população de 6 a 17 anos do Distrito Federal estava cursando o ensino

básico regular com menos de dois anos de defasagem idade-série. Em 2017, esse percentual era de 87,31% da população. A taxa de Distorção Idade-Série no ensino médio era de 26,70%, em 2013, e passou para 24,60%, em 2017. Por sua vez, a taxa de evasão no fundamental foi de 2,00%, em 2013 para 2,40%, em 2014. A taxa de evasão no ensino médio foi de 9,90%, em 2013 e em 2014, de 9,80%. Por sua vez, o indicador Expectativa de anos de estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica a média de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Em 2012, segundo informações da PNAD Contínua, essa média era de 9,90 anos e em 2017, foi de 10,33 anos. Outro indicador que compõe o IDHM Educação e mede a escolaridade da população adulta é o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo, que é afetado pela menor escolaridade das gerações mais antigas. Com base nos dados do Censo Demográfico, entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 59,48% para 72,32%. Utilizando as informações da PNAD Contínua, nos anos de 2012 e 2017, esse percentual foi de 76,14% e 78,72%. Em 2017, considerando-se a população de 25 anos ou mais de idade do Distrito Federal, 3,74% eram analfabetos, 76,06% tinham o ensino fundamental completo, 66,42% possuíam o ensino médio completo e 30,59%, o superior completo.

Sobre a dimensão Renda do IDHM, que representa o segundo componente de maior relevância na composição final do Índice em 2010, os dados também são favoráveis. Segundo informações do Censo Demográfico, a renda per capita mensal no Distrito Federal era de R\$ 1.199,44, em 2000 e R\$ 1.715,11, em 2010, a preços de agosto de 2010. Nesse período observa-se que houve crescimento desse valor a uma taxa média anual de 42,99%. As informações da PNAD Contínua mostram que houve crescimento da renda per capita mensal entre os anos de 2016 e 2017, passando de R\$ 1.614,34 para R\$ 1.681,05 (a preços de agosto de 2010), o que equivale a uma variação de 4,13% no período, em termos reais. Entretanto, os indicadores de pobreza não são tão positivos e demonstram que a renda aumentou, concentrando-se nos segmentos populacionais mais abastados. A proporção de pessoas extremamente pobres, ou seja, com renda per capita inferior a R\$70,00 (a preços correntes de agosto de 2010), passou de 1,77%, em 2016, para 2,76%, em 2017. Já a proporção de pessoas pobres (com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00, a preços de agosto de 2010) era de 4,34%, em 2016 e 4,96%, em 2017. Por fim, a proporção de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda per capita inferior a R\$255,00, a preços de agosto de 2010), era 11,780%, em 2016 e 11,780%, em 2017. Em 2017, as proporções de extremamente pobres, de pobres e de vulneráveis à pobreza na população feminina eram

de 2,94%, de 5,21% e de 12,23%, respectivamente. Já na população masculina, essas mesmas proporções eram de 2,56%, de 4,69% e de 11,28%. Considerando a desagregação da população por cor, nesse mesmo ano, 3,67% dos negros eram extremamente pobres, 6,33% eram pobres e 14,79% eram vulneráveis à pobreza. Na população branca, essas proporções eram de 1,33%, 2,87% e 7,06%, respectivamente. A desigualdade da renda pode ser descrita pelo Índice de Gini. No Distrito Federal, esse índice era de 0,630 em 2000 e de 0,630, em 2010, segundo dados do Censo Demográfico. Mais recentemente, segundo dados da PNAD Contínua, situou-se em 0,570, em 2016 e em 0,591, em 2017.

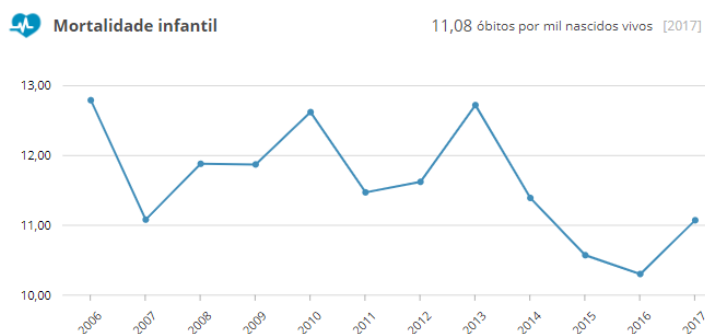
Entre 2000 e 2010, período entre os dois últimos Censos Demográficos, no Distrito Federal a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais, ou seja, o percentual dessa população que era economicamente, passou de 72,99% para 74,34%. Ao mesmo tempo, a taxa de desocupação nessa faixa etária, ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada, passou de 15,93% para 7,58%. O grau de formalização da população ocupada de 18 anos ou mais de idade era de 71,62 em 2010, sendo maior entre a população masculina e de brancos; dessa população ocupada, a porcentagem com rendimento mensal de até 1 salário-mínimo era de 8,46% em 2010, sendo maior entre a população feminina e de negros.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do IDHM e faz referência ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3 – Saúde e Bem-estar. A esperança de vida ao nascer da população do Distrito Federal, de acordo com os dados do Censo Demográfico, se alterou em 3,49 anos entre 2000 e 2010. Analisando as informações por situação de domicílio, a esperança de vida ao nascer da população residente na área urbana foi 77,53, já na área rural foi de 73,81, ambas para 2010. Em 2017, de acordo com os dados da PNAD Contínua, a esperança de vida ao nascer era de 78,37 anos. Por sua vez, a mortalidade infantil, definida como a mortalidade de crianças com menos de um ano de idade, passou de 20,71 por mil nascidos vivos, em 2000, para 14,01 por mil nascidos vivos, em 2010, de acordo com os dados do Censo Demográfico. Nas informações por situação de domicílio, em 2010, a mortalidade infantil na área urbana foi 13,64 e na área rural 22,17. Em 2017, de acordo com os dados da PNAD Contínua, a mortalidade infantil era de 10,32 por mil nascidos vivos. Em 2013, esse valor era de 11,22 por mil nascidos vivos.

Na Figura 4 se pode verificar uma oscilação importante do coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal, com uma tendência de redução significativa no período de 2013 a 2016, com um pico de crescimento nos dois últimos anos da série. Como

se verá adiante, esse pico recente está associado à redução da cobertura populacional por atenção básica.

FIGURA 4 – Série histórica do coeficiente de mortalidade infantil no Distrito Federal, 2006 - 2017

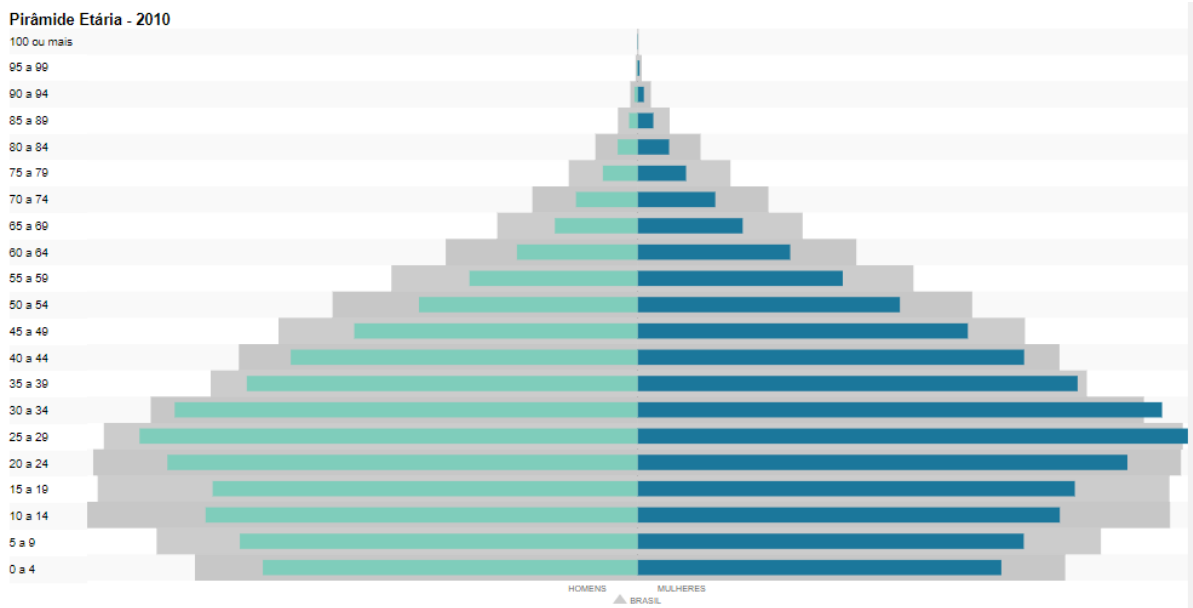


Fonte: IBGE Cidades.

O indicador Razão de Dependência é a proporção de população com menos de 15 anos ou com mais de 65 anos de idade (população economicamente dependente) em relação à população de 15 a 64 anos de idade (população potencialmente ativa). Segundo as informações do Censo Demográfico, a razão de dependência no Distrito Federal era de 46,49%, em 2000 e 40,14% em 2010. Para os mesmos anos, a taxa de envelhecimento registrou 3,29% e 4,97% respectivamente. Ao observar os resultados para 2017, segundo a PNAD Contínua, a razão de dependência atingiu 37,49% e, por sua vez, a taxa de envelhecimento alcançou 8,09%. Taxa de envelhecimento é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

Na Figura 5 pode ser verificado que a estrutura etária da população do Distrito Federal é muito diversa daquela do Brasil como um todo. O formato da pirâmide revela uma transição demográfica mais avançada no município e no estado em comparação com o Brasil como um todo, com a maior concentração de população nas faixas de 25 a 34 anos, tanto para o sexo masculino quanto feminino. O desenho da pirâmide populacional indica uma redução de natalidade e da tendência da mortalidade infantil nos últimos anos. Esse desenho também está associado a uma transição epidemiológica, com o aumento das doenças crônicas e aquelas prevalentes na população adulta e idosa.

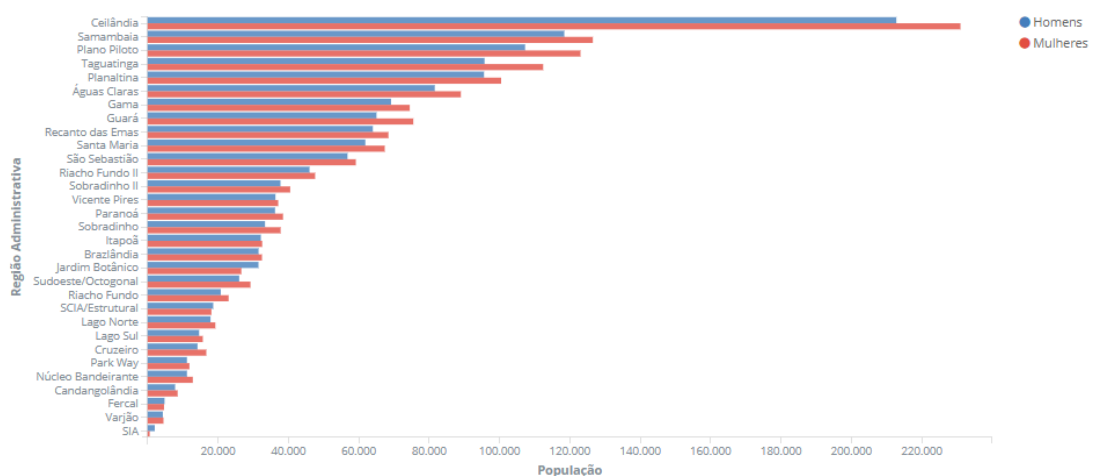
FIGURA 5 – Pirâmides Etárias do Distrito Federal, Censo Demográfico, 2010



Fonte: IBGE Cidades.

Conforme se verificou na Tabela 2, a população do Distrito Federal não se distribui uniformemente pelo território. A figura abaixo detalha a composição da população, por sexo, nas Regiões Administrativas do DF apontando, igualmente, uma distribuição populacional bem desigual no território (Figura 6).

FIGURA 6 – Distribuição da população pelas Regiões Administrativas, Distrito Federal, 2020
População por Região Administrativa - Sexo



Fonte: InfoSaúde/Secretaria da Saúde do Distrito Federal.

Nesse cenário, a preocupação da Educação deve se voltar para a formação de cidadãos críticos, conscientes e profissionalmente competentes, que sejam capazes de interagir com as diferentes áreas do conhecimento, respeitando o outro, a si mesmo e a natureza, ao mesmo tempo em que precisam acompanhar o constante avanço tecnológico.

TABELA 3 – Distribuição da População do Distrito Federal por grupos de características especiais, 2020

Distrito	Total	Homens	Mulheres	Mulheres em Idade Fértil (20 a 49 anos)	Faixa etária (pessoas)			
					0 a 4 anos	10 a 19 anos	60 anos e mais	30 a 69 anos
Região Central	486.912	202.309	284.603	138.009	18.964	46.499	75.495	233.977
...Brasília	250.128	114.100	136.028	78.761	9.974	26.211	45.821	145.378
...Área Norte	145.311	67.629	77.682	47.819	6.081	15.407	21.455	85.523
...Área Sul	104.817	46.471	58.346	30.941	3.893	10.804	24.366	59.855
...Cruzeiro	41.457	19.125	22.332	14.023	1.896	5.531	5.819	23.125
...Lago Norte	39.152	19.003	20.149	11.044	1.988	3.717	7.750	23.041
...Lago Sul	36.673	17.583	19.090	9.888	1.264	3.682	9.311	21.542
...Sudoeste/Oct	59.117	27.582	31.135	20.586	3.305	5.378	6.276	36.601
...Varejo do Torço	10.385	5.116	5.269	3.712	987	1.982	480	4.290
Região Centro - Sul	315.342	149.657	165.685	106.554	20.158	46.736	35.762	161.794
...Candangolândia	18.444	8.816	9.628	6.204	1.147	2.718	1.987	9.216
...Guará	126.828	57.381	69.446	41.904	6.696	15.749	29.629	69.345
...Núcleo Bandeirante	28.698	13.336	15.362	9.909	1.661	4.085	3.561	34.888
...Park Way	23.064	11.354	11.711	7.227	1.300	3.030	3.339	13.203
...Riacho Fundo I	41.347	19.845	21.502	14.624	2.639	6.108	3.544	21.393
...Riacho Fundo II	40.694	19.879	20.815	14.629	3.259	7.612	2.328	38.987
...SCIA (Estrutural)	33.494	17.089	16.405	11.487	3.581	7.162	1.256	13.322
...SIA	2.772	1.957	815	576	134	299	139	1.380
Região Leste	231.167	117.534	113.634	79.448	19.646	40.188	12.952	104.837
...Itapoá	50.073	25.336	24.737	17.701	5.995	9.794	1.496	20.723
...Jardim Botânico	23.385	11.387	11.998	7.726	1.467	3.022	2.526	13.327
...Paranóá	62.530	30.496	32.034	21.455	5.063	10.560	4.875	28.566
...São Sebastião	95.199	50.315	44.884	32.567	7.590	16.808	4.055	42.221
Região Norte	378.729	183.461	195.267	128.711	28.723	64.488	34.762	182.007
...Fercal	10.054	5.190	4.864	3.225	1.008	1.930	684	4.140
...Planaltina	195.027	95.444	99.583	66.721	15.861	35.896	15.873	89.650
...Sobradinho	89.935	42.560	47.375	29.948	5.669	12.991	11.342	46.792
...Sobradinho II	83.713	40.267	43.445	28.817	6.386	13.667	6.863	41.404
Região Oeste	526.871	254.763	272.109	177.511	41.101	85.603	52.264	253.840
...Bozylândia	65.834	32.628	33.186	21.553	5.245	11.998	6.373	30.301
...Colândia	461.057	222.134	238.923	155.958	35.857	73.610	45.891	223.540
Região Sudoeste	792.962	380.176	412.786	274.076	56.743	124.280	71.232	396.439
...Águas Claras	117.834	57.054	60.780	41.796	9.375	14.426	9.367	64.476
...Recanto das Emas	141.218	68.924	72.294	50.732	11.529	28.144	7.794	63.486
...Sambamba	226.355	109.781	116.574	78.746	18.293	39.097	15.088	105.129
...Taguatinga	299.315	110.382	128.933	79.443	13.122	32.467	33.983	126.806
...Vicente Pires	68.140	34.034	34.206	23.339	4.424	10.134	5.660	36.543
Região Sul	280.226	138.959	151.267	99.640	20.159	50.092	28.966	140.068
...Gama	156.321	74.124	82.197	52.628	9.671	25.445	20.361	78.802
...Santa Maria	123.905	64.836	69.069	47.011	10.488	24.646	8.585	61.267
DF	2.972.209	1.427.469	1.544.730	1.003.949	205.484	457.878	311.433	1.492.902

Fonte: InfoSaúde - SES/DF.

Assim, no contexto das transformações, a Universidade precisa refletir sobre as suas estruturas organizacionais e os objetivos traçados para o fazer pedagógico. O desafio de preparar uma geração para a vida, requer não só o conhecimento da realidade em que se está inserido, mas também a participação no enfrentamento dos problemas sociais de sua comunidade na construção de um futuro mais justo, equânime, saudável e sustentável.

2.3 CONTEXTO INSTITUCIONAL

2.3.1 Mantenedora - União Brasileira de Educação Católica

A União Brasileira de Educação Católica (UBEC) é uma associação civil, confessional, de direito privado, de caráter assistencial, educacional e filantrópico e sem fins econômicos, comunitária e reconhecida como de utilidade pública. Inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.331.801/0001-30, fundada em 08 de agosto de 1972, na Cidade de Brasília-DF, registrada no Cartório do 1º Ofício do Registro Civil de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Brasília-DF, sob nº de ordem 1.132, no Livro A-6, datado de 12 de agosto de 1972, com sede à Avenida Dom Bosco, nº 2.139, Silvânia-GO e, com Escritório Executivo na QS 01 Rua 210 sala 1105 e 1106, Lote 40 – Areal/Águas Claras-DF.

QUADRO 01 – Dados da UBEC

Mantenedora:	União Brasileira de Educação Católica - UBEC						
End.:	QS 1 Rua 210 salas 1105 e 1106					n.:	Lote 40
Bairro:	Areal	Cidade:	Brasília	CEP:	71950-770	UF:	DF
Fone:	(61) 3383-9000			Fax:	(61) 3383-9030		
Site:	http://www.catolica.edu.br/ubec/						

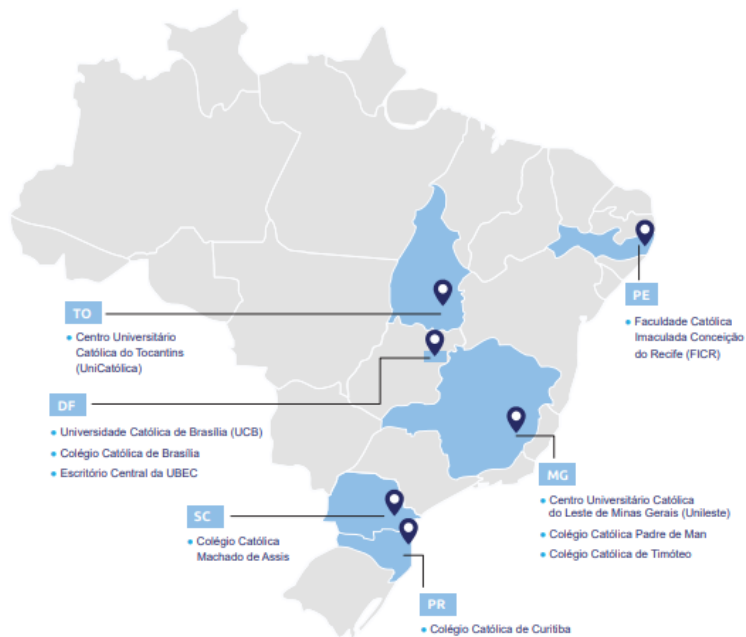
Fonte: UBEC

Constituída como Associação Civil, religiosa de direito privado e de caráter assistencial, educacional e filantrópica, a UBEC é formada pela união de cinco Províncias Religiosas e uma Diocese: a Província Lassalista de Porto Alegre – Irmãos Lassalistas; a Província São José da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo – Padres e Irmãos Estigmatinos; a Província Marista do Centro Norte do Brasil – Irmãos Maristas; a Inspeção São João Bosco – Salesianos de Dom Bosco; a Inspeção Madre Mazzarello – Irmãs Salesianas; a Diocese de Itabira/Coronel Fabriciano.

A diretoria da UBEC adota o modelo de Governança Corporativa (aprovado pela Assembleia Geral nº 84, de 17/18 de novembro de 2009), na intenção de aumentar a eficiência e eficácia no trato das ações desenvolvidas em todas as instâncias da UBEC.

Atualmente, além da UCB, a UBEC mantém: o Centro Educacional Católica de Brasília (CECB), o Centro Educacional Católica do Leste de Minas Gerais (CECMG), o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE), o Colégio Padre de Man (CPM), em Minas Gerais, a Faculdade Católica do Tocantins (FACTO) e a Faculdade Católica Imaculada Conceição do Recife (FCR), além de cinco instituições de Educação Básica em Brasília, Coronel Fabriciano, Timóteo, Joinville e Curitiba.

FIGURA 7 - Unidades de missões mantidas pela UBEC



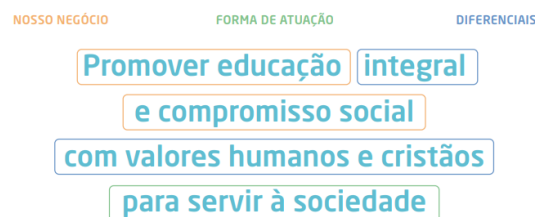
Fonte: UBEC

Ao longo de meio século de existência, muitas vidas foram e estão sendo transformadas por meio de ações educacionais e sociais desenvolvidas. Atualmente, mais de 27 mil estudantes fazem parte do Grupo e mais de 3,5 mil são atendidos pelo programa de filantropia.

O Plano Estratégico da UBEC (2023-2027) assume como valores institucionais: o humanismo solidário, a gestão compartilhada, a inovação com performance, a ética, a ecologia integral e a espiritualidade. Estes valores demonstram o compromisso do Grupo com sua missão.

FIGURA 8 – Missão do Grupo UBEC

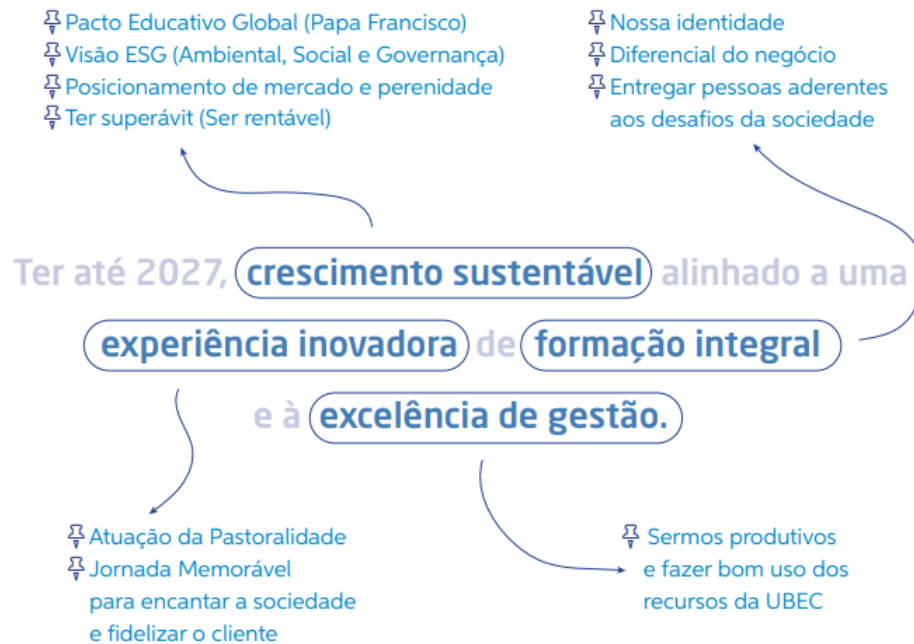
A Missão do Grupo UBEC é



Fonte: UBEC

FIGURA 9 – Visão do Grupo UBEC

A Visão do Grupo UBEC é



Fonte: UBEC

- São direcionadores da Visão da UBEC, definidos em seu Planejamento Estratégico:
- Crescimento Sustentável:** entendido como o potencial de crescer nos mercados em que atua e, também, em novos mercados, seja por novos negócios ou negócios já existentes. A perspectiva de conhecimento está alinhada à missão Institucional, pois pressupõe o crescimento como uma organização que prima por uma governança social e ambientalmente comprometida. Deve promover, desta forma, o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental, buscando a perenidade do Grupo UBEC ao mesmo tempo que garante nosso compromisso com a sociedade;
 - Experiência Inovadora:** a experiência inovadora traz uma atuação na jornada do estudante de modo que ele obtenha o máximo de aproveitamento e reconhecimento quanto ao crescimento pessoal e ao sucesso por ter percorrido sua jornada formativa. Neste sentido, o ecossistema educativo do Grupo, que impacta diretamente na experiência do estudante, é composto por vários atributos, dentre eles a formação integral, pensando na completude do ser, e a pastoralidade como um elemento de espiritualização e evangelização;
 - Formação Integral:** a formação integral é entendida como um conjunto de ações educativas que promovem o desenvolvimento da pessoa (criança, jovem e adulto) em todas as suas dimensões, envolvendo os aspectos emocional, espiritual, cultural, físico, intelectual, psíquico e social. Requer a compreensão de que a Educação deve

promover o crescimento para além da dimensão intelectual, proporcionando o aperfeiçoamento de toda a pessoa e de todas as pessoas. Por esse motivo, na Educação integral defendida e oferecida pelas instituições educacionais do Grupo UBEC, a aprendizagem não se dá apenas na sala de aula e nem só com a presença direta do professor/educador. Ela acontece nos diversos e múltiplos espaços e situações em que os estudantes/educandos vivenciam, por meio de experiências, formas e várias linguagens;

- d) Excelência em Gestão: elemento que envolve diversas práticas e resultados associados à produtividade, qualidade educacional, assegurado pelo uso eficiente dos recursos do Grupo.

2.3.2 Universidade Católica de Brasília

A Universidade Católica de Brasília (UCB), mantida pela União Brasileira de Educação Católica (UBEC), é regida pela legislação pertinente em vigor, pelos Estatutos da Mantenedora, no que couber, por seu Estatuto, pelo Regimento Geral e por atos normativos internos.

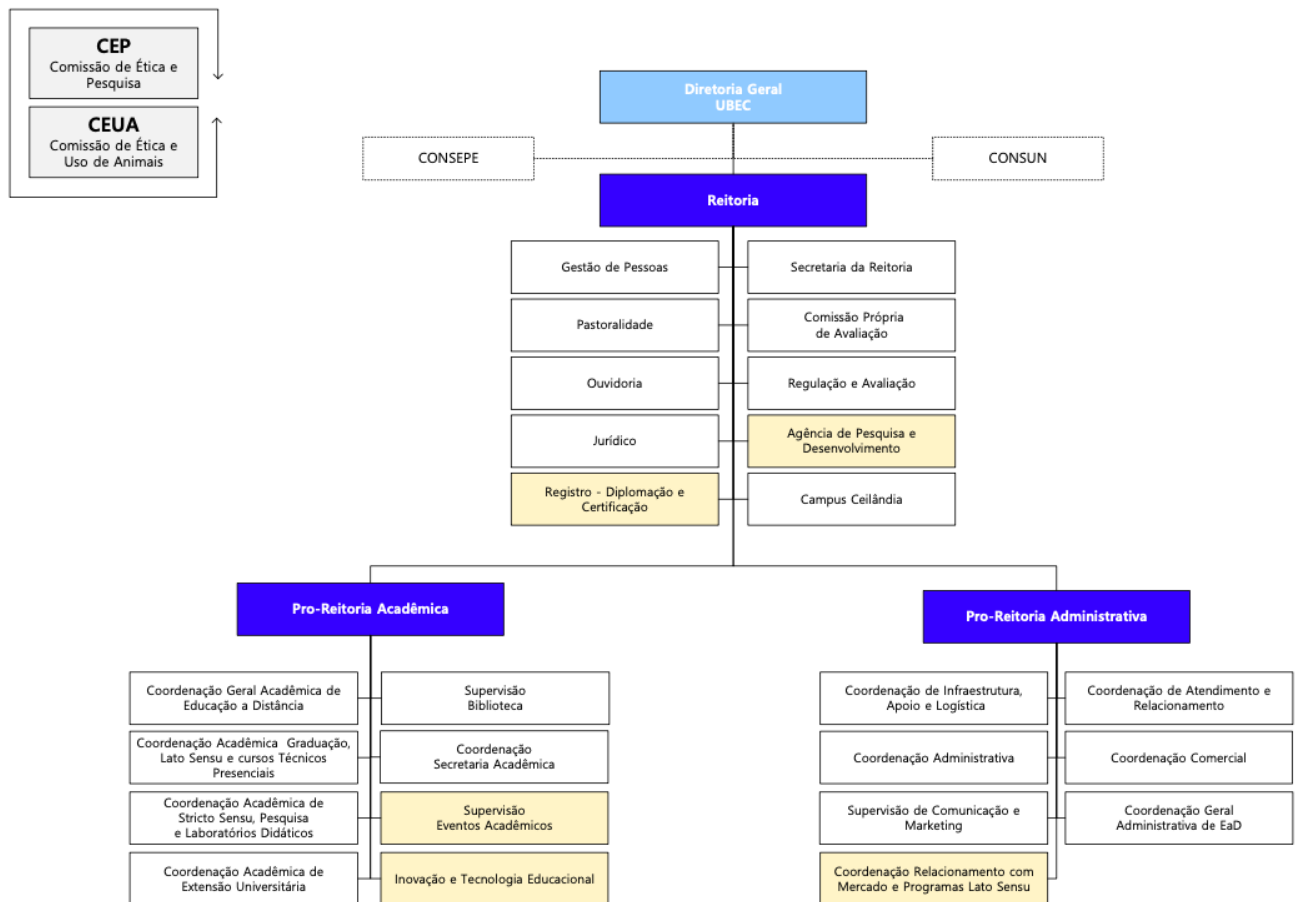
QUADRO 02 – Dados da UCB

Mantida:	Universidade Católica de Brasília – UCB						
End.:	QS 07 – Lote 1 – EPCT						
Bairro:	Águas Claras	Cidade:	Taguatinga	CEP:	71966-700	UF:	DF
Fone:	(61)3356 9000						
Site:	http://www.UCb.br						

Fonte: UBEC

A UCB goza de autonomia didático-científica, administrativa e disciplinar, dentro dos limites fixados pela legislação federal e por seu Estatuto, adotando o seguinte modelo organizacional:

ORGANOGRAMA 01 – Estrutura UCB



Fonte: UBEC

Toda a gestão da UCB, conforme apresentada no organograma acima, orienta-se pelos princípios cristãos e pauta sua atuação no respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, tendo como finalidades: formar cidadãos e profissionais conscientes e competentes; promover a Educação cristã pelo diálogo entre razão e fé, integrando os diversos ramos do saber, tendo como compromisso a busca da verdade; incentivar o exercício da justiça, o fortalecimento da sociedade humana, a compreensão e promoção dos direitos e deveres da pessoa; promover a evangelização da cultura; desenvolver ensino de qualidade; promover a pesquisa científica, tecnológica, filosófica, teológica e cultural em geral, bem como as atividades de Educação continuada; desenvolver atividades de extensão, colocando à disposição da comunidade os resultados das atividades de ensino e pesquisa, mediante cursos e serviços especiais; colaborar com entidades públicas e privadas na busca de um modelo integrado de desenvolvimento, fundado no respeito e na assimilação dos valores culturais, sem perder de vista a formação da consciência crítica para o exercício da cidadania, bem como o caráter universal do saber.

A história da UCB está ligada à própria organização da UBEC, em 1972, graças à iniciativa de diretores de Colégios Religiosos de Brasília, sob a liderança do Padre José Teixeira da Costa Nazareth. Em um primeiro momento, foi criada a instituição responsável por manter a futura Universidade Católica de Brasília, a União Brasileira de Educação Católica. Logo em seguida, foi criada a Faculdade Católica de Ciências Humanas (FUCH), em 1974, como primeira unidade de ensino.

O registro em cartório da Ata da Assembleia, Estatuto e Posse da 1ª Diretoria, realizado no dia 12 de agosto de 1972, oficializou o grupo de Diretores de Escolas Católicas de Brasília na fundação da UBEC - sociedade civil de direito privado e objetivos educacionais, assistenciais, filantrópicos e sem fins lucrativos -, cujo principal objetivo foi criar, na cidade de Brasília, uma Universidade Católica. Eram cerca de dez congregações, todas com mais de 100 anos de experiência internacional em Educação.

Das instituições iniciais, permaneceram seis associadas à frente da UBEC. A primeira unidade, a Faculdade Católica de Ciências Humanas (FUCH), foi sediada provisoriamente no Plano Piloto de Brasília, tendo início em 12 de março de 1974, com os cursos de Economia e Administração de Empresas, que funcionaram no Colégio Sagrado Coração de Maria, e com o curso de Pedagogia, cujas aulas ocorreram no Colégio Marista, na região administrativa de Taguatinga. Nos anos de 1980, duas outras Faculdades: a Faculdade Católica de Tecnologia e a Faculdade de Educação reuniram-se à FUCH. Nessa época, alteraram-se Estatutos e Regimentos, em razão da nova realidade conjuntural, permitindo uma estrutura de ensino coerente e adequada à sua própria expansão, sendo então instaladas as Faculdades Integradas da Católica de Brasília (FICB).

Os cursos na área de Educação, de capacitação dos docentes da Secretaria de Educação do DF e a Graduação na área de Ciência e Tecnologia foram priorizados, levando-se em conta o conhecimento, experiências históricas e proposições das FICB nessa área. A criação da Faculdade Católica de Tecnologia, reunindo os cursos de Ciências (Matemática, Física, Química e Biologia) e o Curso Superior de Tecnologia em Processamento de Dados, mostrava a expansão gradativa e segura da Católica. Em março de 1985, o *campus*, posteriormente denominado *campus* I, em Taguatinga, foi inaugurado com o primeiro prédio, hoje denominado São João Batista de La Salle. Em 1987, a Instituição oferecia cursos de Graduação tais como o de Ciências Biológicas, Ciência da Computação, Filosofia, Física, Letras, Matemática e Química, com opções em licenciatura e bacharelado, além de cursos de Pós-Graduação.

O desenvolvimento das FICB confirmava as possibilidades dos trabalhos acadêmicos consolidando os objetivos, as diretrizes de ação e as metas na elaboração do projeto para o reconhecimento das FICB como Universidade. Uma das ações necessárias para isso foi a implantação do Curso de Mestrado em Educação, cujas atividades começaram em 1994.

De acordo com a Portaria nº 1.827, de 28 de dezembro de 1994, a Católica foi reconhecida pelo Ministério da Educação e do Desporto como Universidade Católica de Brasília (UCB) e, no dia 23 de março de 1995, foi oficialmente instalada em seu *campus* I, em Taguatinga. Na ocasião, o Chanceler, Irmão Gentil Paganotto, teve a atribuição de nomear o Reitor, Padre Décio Batista Teixeira e entregar a Universidade à comunidade. Durante a gestão do Padre Décio, a UCB contava com 377 professores, 6.990 estudantes e 488 funcionários administrativos. Esse considerável corpo acadêmico ajudou o Reitor a superar as inúmeras dificuldades no processo de organização da Universidade.

Esse momento marca o início das edificações que hoje totalizam 112.460 m² de área construída nos *campi* da UCB, com prédios modernos e funcionais. De março de 1995 até 1998 existiam na UCB 20 cursos de Graduação e 24 cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (destes, 04 cursos na modalidade a distância), além de 03 cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*. Acompanhando esta linha de planejamentos bem estruturados, consolidou-se a Pós-Graduação *stricto sensu*, acompanhada da implantação de outros cursos de mestrado, como: Economia (1998), Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação (1998), Psicologia (1999), Educação Física (1999), Planejamento e Gestão Ambiental (2000), Ciências Genômicas e Biotecnologia (2000), Direito (2003), Gerontologia (2005). A expansão do *stricto sensu* se fortaleceu com a criação dos cursos de doutorado em Educação, Psicologia, Educação Física, Gerontologia, Ciências Genômicas e Biotecnologia.

2.3.2.1 Missão

A Universidade Católica de Brasília tem como missão promover Educação integral e compromisso social com valores humanos e cristãos para servir à sociedade.

2.3.2.2 Princípios institucionais

A Universidade Católica de Brasília faz parte da rede brasileira e mundial de Instituições de Educação Católica e traz em si a marca do compromisso em promover processos educativos que contribuam para a construção da dignidade da vida. Nesse sentido, professa e se compromete, diante da comunidade humana, a seguir os seguintes princípios fundantes:

- a) o sentido cristão da existência humana, a valorização da vida em todas as suas formas, o respeito à dignidade da pessoa humana e à liberdade pessoal, a busca da verdade e do transcendente e o relacionamento da pessoa humana consigo mesma, com os outros, com o mundo e com Deus;
- b) o confronto, no diálogo entre a fé e a cultura, de critérios e itinerários culturais e religiosos diferentes;
- c) a competência no Ensino, em todos os seus níveis e modalidades;
- d) a construção da comunidade, pelo testemunho solidário do convívio fraterno e da corresponsabilidade;
- e) a formação da consciência e do agir cristãos no âmbito social, para a consolidação da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e fraterna;
- f) a busca constante da eficiência e da eficácia na gestão acadêmica, administrativa e financeira, de acordo com o modelo de Governança Corporativa, assumido pela UBEC;
- g) a formação da consciência em relação ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável;
- h) gestão pautada na transparência, equidade e conformidade;
- i) unidade de patrimônio e de administração;
- j) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- k) racionalidade de organização para a utilização máxima dos meios disponíveis, vedada a duplicação de recursos para a realização de objetivos idênticos ou equivalentes;
- l) corresponsabilidade de todos os envolvidos na busca da realização dos objetivos da Universidade;
- m) flexibilidade de métodos e critérios com vistas às diferenças individuais dos estudantes, às peculiaridades regionais e às possibilidades de combinação dos conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa e de extensão;

n) universalidade de campo, pelo cultivo das áreas fundamentais do conhecimento humano, estudadas em si mesmas ou em razão de ulteriores aplicações em áreas técnico- profissionais.

São princípios que acompanham todo o fazer educativo da UCB, a saber:

- a) Pastoralidade: A UCB é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, conforme a natureza de uma Universidade, mas é também uma comunidade educativa confessional. Assim, tem sua referência numa experiência de fé, por meio da qual busca ser fermento evangélico no mundo social. Daí a importância de compreender a pastoralidade como o primeiro princípio estruturante da instituição;
- b) Extensionalidade: O princípio da extensionalidade, sob essa ótica, é valor epistemológico, ético e político buscado pela Instituição no seu processo educativo. Esse valor perpassa, transversalmente, as atividades de ensino-aprendizagem, visando oferecer condições para a geração de competências científicas, profissionais e humanas no mundo do trabalho e em todos os espaços onde a vida pode acontecer;
- c) Sustentabilidade: Entre os diversos segmentos que compõem a sociedade estão as instituições de Educação superior, colaboradoras importantes por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, na construção de um conhecimento compatível com a sustentabilidade do desenvolvimento, bem como com a equidade, o equilíbrio e a conservação do planeta e da humanidade. A sustentabilidade pode tornar-se um princípio da instituição à medida que pautar o seu processo de ensino e de aprendizagem, considerando, dentre outros, o aspecto ecológico, econômico, ecumênico, educacional e ético;
- d) Indissociabilidade: As atividades do ensino, da pesquisa e da extensão são tempos, espaços e processos de aprendizagem, em vista da formação do educando e da transformação social. Para tanto, a Universidade precisa constituir-se, cada vez mais, numa comunidade de aprendizes onde se desenvolvem os talentos, as competências e as habilidades necessárias para a formação pessoal, profissional e social. A atitude aprendente é, portanto, o elemento integrador das diversas formas de produção e comunicação do conhecimento. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é, acima de tudo, um princípio pedagógico e político que permeia todas as ações que são realizadas na Universidade. Assim, em cada ação realizada, devem estar

presentes: o princípio do ensino como processo de autonomia na aprendizagem; o princípio da pesquisa como processo de autonomia da investigação científica; o princípio da extensão como autonomia na ética e na relevância social do conhecimento.

2.3.2.3 Valores institucionais

Os valores e os princípios norteadores da existência da UCB estão em consonância com a proposta da sua fundação, com os pilares básicos ideológicos defendidos por sua Mantenedora e com o papel social de uma Universidade.

Valores:

- Humanismo solidário;
- Espiritualidade;
- Ecologia integral;
- Gestão compartilhada;
- Ética;
- Inovação com percepção.

Para o cumprimento dos valores institucionais a UCB empenha suas forças com foco em valores indispensáveis e necessários à sociedade, alinhados à visibilidade pública da Igreja Católica, quais sejam:

- a) Ser testemunho da Igreja na sociedade;
- b) Ser espaço dinâmico de encontro e tensão entre experiência de fé e saber científico, em contínua busca de sentido;
- c) Cumprir sua responsabilidade sociopolítica conforme as orientações da Igreja;
- d) Pronunciar-se com competência sobre questões político-econômico-sociais, tendo presentes princípios ético-religiosos;
- e) Prestar serviços à Igreja e à Sociedade;
- f) Como comunidade educativa católica:
 - atender a todos os estudantes, sejam quais forem suas convicções;
 - ser, para todos, lugar de experiência religiosa; de estímulo à busca do transcendente; de apresentação da proposta cristã sem proselitismo;

- proporcionar aos estudantes um ambiente favorável para o cultivo de sua identidade e a formação de lideranças cristãs, sendo um lugar de síntese entre fé e razão, sempre em espírito ecumênico, no sentido mais amplo do termo.
- Como Universidade:
- testemunhar e construir comunhão e fraternidade na comunidade acadêmica e estendê-las à comunidade local;
- ter presentes, em suas opções, as necessidades das classes populares;
- respeitar a diferença e propiciar o crescimento dos integrantes da comunidade acadêmica;
- oferecer, à sociedade e à Igreja, profissionais com fundamentada formação ética, cultural, tecnológica e científica.

2.3.2.4 Coordenação de pastoralidade

A Universidade Católica de Brasília (UCB), como um espaço de acolhida, evangelização e Educação na fé, dedica atenção especial aos universitários, docentes e colaboradores, disponibilizando momentos para celebração da vida, reflexão pastoral, vivência dos valores do Reino, ação evangelizadora no meio acadêmico e comunidade externa. E como instrumento para viabilizar essa missão, concretizando os valores e os princípios institucionais, o setor de Coordenação de Pastoralidade dispõe de espaços para a comunidade educativa desenvolver e valorizar a dimensão mística e espiritual em nossas vidas.

A pastoralidade tem seu fundamento no cuidado e no serviço das pessoas, como espiritualidade que inspira, permeia e norteia todas as ações e decisões institucionais, sendo uma dimensão que abarca a totalidade da Instituição, o complexo das suas atividades e o conjunto das pessoas que a compõem. Neste sentido, toda a comunidade acadêmica é convidada a: fazer parte dessa ação que se realiza no cotidiano da vida universitária para construir espaços e momentos celebrativos, reflexivos, meditativos e orantes; ajudar no planejamento de ações pastorais; dar sugestões para aperfeiçoar as já existentes e a criação de novas atividades de vivência da espiritualidade; e promover o diálogo entre fé, cultura, ciência, sustentabilidade ambiental nos processos educativos em que está inserido e assim contribuir para a efetividade do Reino de Deus em nossas vidas.

Assim, a pastoralidade é o DNA que irrigará toda a vida universitária em todas as suas dimensões, sejam elas pedagógicas, administrativas, financeira, educacional, pastoral e as relações humanas. Tendo esse norte, a UCB apresenta a Coordenação de Pastoralidade como o setor responsável por animar, promover e provocar as ações pastorais no ensino, pesquisa e extensão, extrapolando os muros do Câmpus e irradiando energias de um novo Sol para toda a sociedade.

2.3.2.5 Visão de futuro

Universidade Católica de Brasília será uma instituição de referência na excelência acadêmica e na geração do desenvolvimento sustentável. A visão Institucional é ter até 2027, crescimento sustentável alinhado a uma experiência inovadora de formação integral e à excelência em gestão.

Para a consecução dessa visão de futuro a UCB desenhou objetivos estratégicos com base nas perspectivas de crescimento e na consolidação desta Universidade como referencial de qualidade no Ensino Superior, dentro do cenário local, regional e nacional, bem como pelas diretrizes de sua mantenedora.

A UCB estabeleceu também alguns projetos como balizadores e prioritários para o seu desenvolvimento, bem como a sua correlação entre futuras metas e ações. Esse processo contará com uma avaliação permanente e ajustável, em função de um conjunto de fatores internos e externos inter-relacionados.

Os projetos têm por finalidade apresentar os principais elementos que compõem o processo de revitalização do modelo de gestão da Universidade Católica de Brasília e estabelecer os pilares do planejamento estratégico, visando ao desenvolvimento do Projeto de Universidade.

3 CONTEXTO DO CURSO DE DIREITO

QUADRO 03 – Dados do curso de Direito

Denominação do Curso:	Direito		
Modalidade:	Presencial		
Regime de matrícula:	Seriado		
Tempo de integralização	5 anos (10 semestres)		
Carga Horária Total	3.860 horas		
Vagas autorizadas	720 vagas anuais (Portaria Nº 210, 25 de junho de 2020)		
Situação Legal do Curso	Autorização	Reconhecimento	Renovação
Documento	Portaria Nº 1.108	Portaria Nº 2069	Portaria Nº 210
Data Documento	01/11/1996	17/07/2002	25/06/2020
Data da Publicação D.O.U.	04/11/1996	18/07/2002	07/07/2020

Fonte: UCB

O Curso de Direito na UCB (campus Taguatinga) foi autorizado por meio da Portaria MEC nº 1108 de 1º de novembro de 1996, tendo sua última renovação de reconhecimento por intermédio da Portaria MEC nº 419 de 8 de maio de 2017; nessa última avaliação, obteve conceito 5, conforme os critérios avaliativos do MEC/INEP.

A concepção e implementação do Curso de Direito foi objeto de uma proposta apresentada ao Conselho de Ensino e Pesquisa (CONSEPE), para criação da Faculdade de Ciências Jurídicas com oferta do curso, fixando do número de vagas e períodos de funcionamento. Tal proposta, depois de aprovada, conforme Parecer CONSEPE nº 02/95, de 23/06/1995, foi submetida ao Conselho Universitário (CONSUN).

Em seus aspectos principais, o relator, no CONSEPE, destacou que o Plano de Desenvolvimento Institucional apresentado ao Ministério da Educação (MEC) como condição, à época, para o reconhecimento da UCB, havia definido o cronograma da expansão do ensino de Graduação. O Curso de Direito – antiga aspiração da comunidade acadêmica e da sociedade local – representava o primeiro entre os novos cursos previstos no Projeto de Expansão, com implantação prevista para o quinquênio 1995-99. Essa prioridade nasceu da

análise cuidadosa de sua necessidade social, e o referido relator, *ad argumentando*, registrou:

De fato, não pairam dúvidas quanto à necessidade do Curso, bastando analisar os elevadíssimos índices de procura nos vestibulares das Instituições de Educação Superior que, no Distrito Federal, o oferecem, chegando-se a mais de cinquenta candidatos por vaga na Universidade de Brasília, no vestibular de 1995. Exemplo disso é a grande procura pelo Curso de Direito nesta Universidade, por parte da população.

Assim, a proposta de criação da Faculdade de Ciências Jurídicas e a oferta do bacharelado em Direito, com 200 vagas semestrais, 100 para o turno matutino e 100 para o turno noturno, com parecer favorável do relator, foi aprovada por unanimidade no CONSEPE. Posteriormente, foi encaminhada ao CONSUN, ao qual competia autorizar a criação de cursos e faculdades.

O curso de Graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília busca e prioriza a formação de juristas empreendedores, éticos e comprometidos com a transformação social crítico-democrática, possibilitando-lhes inserção ativa no mercado de trabalho. Nesse passo e consonante com os princípios da Universidade, delineia seu projeto de desenvolvimento tendo como base o objetivo primordial de oferecer um ensino de qualidade, articulado com o desenvolvimento da tríade universitária: ensino, pesquisa e extensão, colocando-o a serviço da comunidade.

O curso foi projetado, inicialmente, para funcionar nos dois turnos, matutino e noturno, com 50 alunos em cada um, ingresso semestral via vestibular. Desde os primeiros certames, observou-se um destacado desempenho, traduzido na procura crescente pelas vagas ofertadas. Isso permitiu manter um quadro discente apto a acompanhar a evolução do processo ensino- aprendizagem e patamares elevados com resultados refletidos na colocação de seus egressos no mercado de trabalho.

Ao longo da primeira década de sua existência, houve uma evolução gradativa do número de novos estudantes oriundos do vestibular, com o aumento do número de vagas ofertadas e o preenchimento das remanescentes por meio do processo de transferência. Depois de dois anos de funcionamento, houve incremento de 50 vagas para ingresso de alunos provenientes do vestibular no turno noturno e, no semestre seguinte, mais 50 no matutino.

Alternadamente, alcançou-se o preenchimento de 200 vagas ofertadas no matutino e 200 no noturno, consolidando-se a atual oferta.

O currículo do curso contemplava, também, três áreas de habilitação: Direito Civil, Direito do Trabalho e Previdenciário e Direito do Comércio Internacional. Buscava-se um curso mais profissionalizante para atender à demanda emergente de um período da educação superior que buscou fortalecer áreas prioritárias, segundo exigências locais. Posteriormente, essas habilitações foram suprimidas para dar lugar a uma formação generalista.

O currículo do Curso, desde sua implantação, sofreu mudanças, atendendo a imperativos legais da política educacional, de mudanças econômico-sociológicas, dos processos de avaliação do curso e de exigências de mercado.

Seu quadro de educadores foi implantado à medida que ele avançava a cada semestre, até sua definitiva consolidação. Houve, no entanto, ajustes como convêm a uma Instituição do porte da UCB e à própria natureza do Curso de Direito.

Em todos esses períodos e desde seus primeiros momentos de funcionamento, o corpo docente foi composto por educadores que lecionam disciplinas do ciclo de formação básica, comuns a outros cursos da Universidade. De modo geral, são profissionais do ensino superior e pesquisadores do quadro da UCB. No ciclo de formação geral e na parte profissionalizante, o corpo docente é formado por profissionais de todas as áreas relacionadas com o Direito, principalmente advogados das carreiras públicas e em prática privada, magistrados, membros do Ministério Público, dos Tribunais de Contas, das Defensorias Públicas etc. Enfim, são profissionais do Direito que também se dedicam ao ensino superior, a maioria com mais de 10 anos de docência na educação superior. Mas a UCB oferece, também, oportunidade para recém-formados que se candidatam ao magistério superior e que demonstrem competências docentes e perfil alinhado com os princípios e valores institucionais.

Ao longo de sua existência, o Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília não foge da responsabilidade coletiva de avançar na conquista de melhores índices de avaliação interna e externa; por corolário isso se reflete num

processo permanente de integração horizontal e vertical do curso, compatível com sua natureza, exigências, diretrizes curriculares e especificidades.

O Curso de Direito adota a pesquisa como fonte de todo o processo de ensino- aprendizagem, sempre atentos à evolução das vertentes no mundo jurídico; logo, o grande desafio é preparar o profissional multiespecializado e ético, que acompanhe a evolução tecnológica e as mudanças estruturais das organizações privadas e do Estado.

A **matriz curricular do curso está estruturada em 10 semestres**, com carga horária total de 3.700 horas, com 240 horas de estágios obrigatórios, 240 horas de disciplinas prático- profissionais, 100 horas de atividades complementares e trabalho de conclusão de curso; todas as horas são estruturadas a partir dos três eixos estruturantes de formação:

- Eixo de Formação Fundamental
- Eixo de Formação Profissional
- Eixo de Formação Prática

Com isso, o acadêmico do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília estará preparado para se adaptar aos novos tempos, com a capacidade de incorporar novos conhecimentos e habilidades. Adquirirá ao longo do curso concepção crítica, gerada a partir de suas habilidades e potenciais, tornando-o apto a exercer as atividades profissionais decorrentes de sua formação jurídica de excelência.

A Universidade Católica de Brasília e o Curso de Direito participam ativamente do processo de melhoria da qualidade educacional do País e da ampliação do acesso ao ensino superior pela população brasileira. Para tanto, não nos afastamos do objetivo precípua de ser a melhor e maior Universidade privada da região Centro-Oeste.

Neste sentido, mais uma vez, a UCB se propõe a ampliar os horizontes oferecendo a oportunidade para a população de Ceilândia e seu entorno de ter em seu Campus Avançado a oferta do Curso de Direito. O compromisso da universidade na promoção do ensino superior nos campus avançados preservam como fundamento básico a concepção de que, para formar um profissional competente, é preciso estimular o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes que lhe permitam pensar criticamente; ser

capaz de argumentar de maneira lógica e convincente; utilizar os recursos tecnológicos; dominar os conhecimentos de seu campo de atuação profissional e atuar de forma ética, responsável e compromissada com o desenvolvimento social e a sustentabilidade.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

4.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DO ÂMBITO DO CURSO DE DIREITO

A UCB, atenta ao Art. 207 da Constituição (1988), atua com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A organização didático-pedagógica do curso de Direito da UCB é estabelecida e atualizada a partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2023-2027), levando em consideração os aspectos regulatórios, a exemplo das Diretrizes Curriculares Nacionais, no caso do curso, a Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2018. A implementação das políticas de ensino, pesquisa e extensão tem foco na promoção do desenvolvimento integral da pessoa, da competência para o exercício profissional comprometido com a ética e com a aprendizagem contínua e do exercício da cidadania responsável, engajada e comprometida com os valores humanos e cristãos, visando à transformação da sociedade. As estratégias adotadas pela Universidade trazem a inovação como característica principal, sendo oferecida à comunidade acadêmica opções estratégicas do modelo acadêmico-pedagógico, a saber:

- a adoção da Educação híbrida como forma de estímulo à autonomia intelectual, ao protagonismo, à autoria, ao trabalho colaborativo e ao desenvolvimento de competências relacionadas ao uso qualificado de recursos tecnológicos e informacionais;
- a atenção ao desenvolvimento de conhecimentos de forma inter, multi e transdisciplinar.
- a inserção de 03 componentes curriculares relacionadas ao Programa Propósito de Vida (PPV) possibilitando, dentre outros aspectos, a reflexão necessária acerca do projeto de vida individual e de seu impacto pessoal, profissional e social;
- o cuidado com formação integral e humanística, revelado nos componentes curriculares do PPV, em componentes curriculares específicos, e em atividades e eventos acadêmicos diversos, realizados pela Universidade;
- o destaque às atividades de inserção social a partir de componentes curriculares dedicadas à realização e atuação em projetos de extensão;
- a diversificação curricular promovida pela carga horária destinada às atividades complementares, nas disciplinas optativas e, ainda, pela possibilidade de cursar componentes curriculares de forma eletiva;

- a atenção e o zelo pela formação profissional qualificada que podem ser observados no alinhamento das componentes curriculares específicas às Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos, às macrotendências e demandas sociais e ao perfil de egresso definido;
- o compromisso com a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, que marca todas as práticas educativas promovidas na e pela Universidade.

Em destaque, a opção Institucional pela inovação se dá pelo uso de tecnologias e metodologias de aprendizagem ativas que possibilitam o desenvolvimento da criatividade, do protagonismo, da autonomia e da experiência colaborativa, revelando nas práticas educativas a centralidade do estudante e de sua aprendizagem, visando a formação integral que privilegia o autodesenvolvimento e o desenvolvimento da sociedade, comprometido com o respeito ao meio ambiente e com o transcendente.

A organização didático-pedagógica do curso de Direito da UCB contempla as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. Isso está explícito nos componentes curriculares escolhidos para compor a grade curricular do curso, e implícito nos Planos de Ensino desses componentes curriculares. As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, atualmente em vigor na UCB, estão implementadas no curso de Direito.

A estrutura curricular proposta atende aos aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total, com a previsão de horários protegidos para o estudo e ampla articulação da teoria com a prática.

Os conteúdos curriculares, além de possibilitarem de maneira excelente o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, são coerentes com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), com os objetivos do curso, e com as necessidades sociais. Os estudantes têm acesso de maneira transversal, em grande número de disciplinas, a conteúdos pertinentes às políticas de Educação ambiental, de Educação em direitos humanos, Educação bilíngue (Libras – Português) e de Educação para as relações étnico-raciais.

Considerando que a Universidade visa o desenvolvimento da capacidade reflexiva e crítica em uma abordagem interdisciplinar e transdisciplinar, o curso busca implementar tais aspectos procurando possibilitar ao acadêmico o desenvolvimento de uma visão profunda e global sobre o ser humano, combinando os conhecimentos específicos das áreas técnicas com a abordagem de temas diversos. Portanto, o encadeamento dos componentes

curriculares permite um arranjo em espiral e de complexidade crescente dos raciocínios utilizados para trabalhar os diversos componentes que compõem a matriz curricular. Assim, a reflexão advinda preliminarmente serve de base à consolidação da matriz, constituindo uma totalidade de inteligibilidade, estruturalmente harmônica, formando uma unidade aos participantes do processo de ensino-aprendizagem.

Englobando tudo isso, este PPC contribui com a missão da instituição, de promover a Educação integral e o compromisso social com valores humanos e cristãos para servir à sociedade. As grandes funções da Universidade são permanentemente enriquecidas e complementadas por uma vasta ação educativa, que envolve os diversos seguimentos da Instituição, propiciando, ao lado do desenvolvimento profissional, o crescimento da pessoa em todas as suas dimensões: social, ética, cultural, afetiva e humanitária. Baseando-se em princípios que assumem eixos transversais, sendo eles: pastoralidade, extensionalidade, sustentabilidade e indissociabilidade. Tais princípios estão instituídos no projeto pedagógico por meio das unidades curriculares, projetos de extensão, horas complementares, atividades práticas supervisionadas obrigatórias, entre outros.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a integração entre ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável é fundamentada no fazer acadêmico e conduz a mudanças no processo pedagógico por posicionar estudantes e professores como sujeitos ao ato de aprender, ao mesmo tempo em que possibilita uma democratização do saber acadêmico capaz de contribuir na transformação social.

Neste sentido, os elementos que formam a base do projeto pedagógico do curso estão em consonância com o PDI e com o PPI da UCB.

4.2 POLÍTICAS DE ENSINO

Da maneira como descrito no PDI 2023-2027, a concepção de ensino adotada pela UCB define este um processo de mediação entre o conhecimento científico elaborado e o contexto social, desenvolvido entre docentes e discentes. Levando em consideração a Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2018, o curso de Direito, orienta as diferentes estratégias adotadas para o ensino focadas na formação integral do discente, tanto no

aspecto intelectual (técnico e profissional) quanto moral e ético, respeitando-se a liberdade do ser humano.

A fim de atender as Diretrizes Pedagógicas da Mantenedora, bem como aos aspectos legais e reguladores pertinentes ao curso, os seguintes elementos são considerados fundamentais: a abordagem curricular por competências, a partir de currículos construídos em torno de uma perspectiva integradora; a flexibilidade curricular, possibilitando a escolha do estudante na composição da sua própria formação; a inovação, elemento de expansão estratégia integrando ensino e pesquisas de ponta desenvolvidas no âmbito da universidade; a acessibilidade integral, garantindo para docentes, discentes e tutores o máximo de aproveitamento educacional de todas as estratégias adotadas, além dos demais pontos trazidos pela defesa de uma Educação emancipatória.

A aprendizagem híbrida também é adotada no curso de Direito, como uma modalidade de aprendizagem baseada na utilização de tecnologias para complementar o modelo presencial, pois utiliza-se de recursos online e digitais para apresentar diferentes formas de aprendizado ao aluno, engajando-o nos temas, exercícios e problemas apresentados.

Além disso, cabe destacar aqui a estrutura diferenciada da biblioteca virtual da instituição. A “Minha Biblioteca” da UCB é uma plataforma digital de livros que possui um vasto acervo de títulos técnicos e científicos. Formada por 16 grandes editoras acadêmicas e 42 selos editoriais, estudantes e professores têm acesso rápido, fácil e simultâneo a milhares de títulos, que atendem à bibliografia básica e complementar do curso.

A concepção pedagógica do curso de Direito fundamenta-se: no espírito crítico; na valorização de atitudes e estratégias problematizadoras; na inovação; na inserção do estudante na realidade local e no seu papel como protagonista do processo de ensino e de aprendizagem, que se dará em diferentes cenários, incluindo aqueles mediados pelas novas tecnologias educacionais e práticas metodológicas inovadoras.

A integração dos saberes, a centralidade na aprendizagem, a pesquisa como eixo da estruturação curricular, a extensão como partícipe do processo de construção do conhecimento e do compromisso social e a avaliação como reflexão do ensinar e do aprender são os pontos norteadores da concepção didático-pedagógica da UCB, que se assenta no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Os fundamentos das Metodologias de Aprendizagem Ativa são elementos importantes da filosofia educacional da UCB e figuram há muito tempo em seus documentos institucionais. Tais fundamentos consideram o estudante protagonista no processo de

aprendizagem, no ensino, na pesquisa e na extensão, com foco simultâneo no “conteúdo do sujeito” e no “conteúdo da matéria”. Propõe-se, assim, uma prática educativa calcada na cooperação, interatividade, olhar crítico, reflexivo e criativo, comprometido com a pesquisa orientada para o desenvolvimento sustentável.

4.3 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A extensão é definida como um processo educativo interdisciplinar de caráter científico, cultural e social cujo objetivo é promover a interação entre a Universidade e a sociedade com a participação da comunidade acadêmica. Tem como foco aumentar o protagonismo estudantil e a dimensão acadêmica que impacte na formação do estudante.

As atividades extensionistas na UCB possuem diferentes modalidades:

- a) Projetos: conjunto de ações de caráter comunitário, educativo, cultural, científico e tecnológico, com objetivo bem definido e prazo determinado. O prazo é definido de acordo com o tempo necessário para alcançar os objetivos da proposta. Tem característica multidisciplinar, ajustados às linhas de pesquisa institucionais. O Programa Ser+ reúne os projetos institucionais e coordena as ações junto às comunidades, organizações e entidades parceiras;
- b) Prestação de serviços: está relacionada à realização das práticas obrigatórias dos cursos ou programas. A prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico e científico, sendo encarada como um trabalho social. Configura-se como tarefa profissional fundamentada em habilidades e competências inerentes a cada profissão, tais como: atendimento jurídico, à saúde humana, ao público nas áreas de Educação, ciências e tecnologia ou ainda para exames e laudos técnicos, além de prestação de serviços eventuais como assessorias, consultorias e curadoria;
- c) Eventos: ações pedagógicas de caráter teórico ou prático, planejadas e organizadas de modo sistemático, com carga horária de 4 a 180 horas. São organizadas na forma de apresentação pública, livre ou para clientela específica, objetivando a difusão de conhecimento. Tais atividades podem ocorrer com a participação dos cursos. Podem ser: palestras, cursos, workshops, seminários, congressos, exposições, espetáculos, festivais, dentre outros;

- d) Ligas acadêmicas: associações civis e científicas livres, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, que visam complementar a formação acadêmica, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nelas, são desenvolvidas atividades extraclasse com ações voltadas para a promoção da saúde, da Educação e da pesquisa, contribuindo para o desenvolvimento científico e o aprimoramento do futuro profissional;
- e) Componentes curriculares extensionistas: componentes curriculares desenvolvidos no âmbito do curso, envolvendo a prática e a vivência comunitária discente.

As atividades extensionistas estão sustentadas nas seguintes linhas de atuação:

- Sustentabilidade ambiental: consiste em ações que objetivam a manutenção das funções e dos componentes dos ecossistemas para assegurar que continuem factíveis, capazes de se autorreproduzir e adaptarem-se às alterações, mantendo assim a variedade biológica;
- Sustentabilidade econômica: ações que pretendem realizar práticas econômicas, financeiras e administrativas que visam ao desenvolvimento econômico de um país ou empresa, preservando o meio ambiente e garantindo a manutenção dos recursos naturais para as futuras gerações;
- Justiça social e direitos humanos: ações que visam à manutenção do direito à vida, privacidade, igualdade, liberdade, além de outros conhecidos como direitos fundamentais, que podem ser divididos entre direitos individuais, coletivos, difusos e de grupos. Seu foco está na construção moral e política baseada na igualdade de direitos e na solidariedade coletiva;
- Humanização da saúde: ações integradas que visavam mudar substancialmente o padrão de assistência à saúde, com o objetivo de provocar mudanças progressivas, sólidas e permanentes na cultura de atendimento à saúde, em benefício tanto dos usuários-clientes quanto dos profissionais;
- Educação e tecnologia: ações que visam causar mudanças no processo de ensino e aprendizagem, buscando novas soluções para tornar o aprendizado mais significativo, prático, fácil, interativo e até mesmo divertido para as pessoas.

4.4 POLÍTICAS DE PESQUISA E/OU INICIAÇÃO CIENTÍFICA

A Universidade considera a iniciação científica como fundamento da formação do estudante desde o início da Graduação. Essa preocupação se concretiza na oferta de componentes curriculares que o estudante tem contato com as principais questões referentes à fundamentação conceitual da ciência e da prática de pesquisa científica. Contribui ainda para a elaboração de trabalhos acadêmicos, utilizando as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), salientando a relevância da pesquisa científica para a formação acadêmica e profissional.

É importante ressaltar que estreitar o contato do estudante da Graduação com a pesquisa passa pelo hábito da leitura, por meio da qual aprofunda os conhecimentos adquiridos, familiarizando-se com o vocabulário técnico das obras especializadas. O contato com os textos científicos contribui ainda para o desenvolvimento das competências comunicativas e para o princípio do compartilhamento de conhecimentos. Para tanto, a UCB realiza diferentes ações para orientar os estudantes sobre a pesquisa acadêmica, promovendo diferentes atividades na Trilha de Pesquisa do PPV.

Para além das atividades de iniciação à pesquisa integradas às atividades de ensino, realizadas a partir de pesquisas exploratórias, trabalhos de conclusão de curso, pesquisas de campo e bibliográficas, a UCB também apoia o surgimento de novos talentos em todas as áreas do conhecimento, por meio de programas de iniciação científica. O fomento à pesquisa se dá por meio de editais internos; editais externos e apoio à participação de pesquisadores em eventos científicos na Graduação e Pós-Graduação.

Dentre os objetivos institucionais para a oferta dessas atividades está o de contribuir para a formação de recursos humanos para a pesquisa, incentivando a participação discente ativa em projetos de pesquisa com qualidade acadêmica, mérito científico e orientação adequada e continuada.

Na Graduação, a inserção dos estudantes em atividades de pesquisa e inovação se faz por meio de atividades voluntárias e, também, de bolsas de Iniciação Científica (IC), bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (ITI) e por meio da vinculação dos projetos de conclusão de curso aos projetos de pesquisa institucionais.

O Programa de Iniciação Científica concede bolsas em três modalidades:

- Programa Interno (PIC/UCB): utiliza recursos financeiros próprios e engloba estudantes voluntários. Nesse caso, as bolsas são distribuídas em forma de cotas e seguem critérios estabelecidos em editais específicos;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC – CNPq/UCB): com fomento do Governo Federal, as bolsas institucionais do PIBIC são distribuídas

anualmente sob a forma de cotas, a partir dos critérios estabelecidos em editais anuais, que consideram os méritos técnicos e científicos da proposta;

–Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq/UCB): voltado à formação e ao engajamento de estudantes de Graduação em atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação.

A UCB tem em seu corpo docente pesquisadores aptos a atender a editais externos de financiamento à Ciência e Tecnologia, com reconhecimento local, regional, nacional e internacional. A instituição viabiliza as pesquisas por meio de sua infraestrutura laboratorial, alocação de horas para as atividades, bem como recursos para custeio e investimento. O apoio é oferecido tanto para projetos aprovados por agências de fomento (CNPq, FINEP, CAPES, Fundações de Amparo à Pesquisa, organismos internacionais e outros) como para atividades inovadoras ou projetos desenvolvidos em conjunto com empresas privadas. Possui também um programa próprio de apoio à participação de seus pesquisadores em eventos científicos que contribuam para a divulgação dos resultados de projetos de pesquisa.

A UCB participa da organização e da realização dos Congressos de Iniciação Científica do Distrito Federal disponibilizando logística, infraestrutura e o apoio técnico de seu núcleo de eventos, em um esforço conjunto com as outras instituições do DF que possuem Programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq.

Durante estes eventos, pesquisadores de instituições externas ao DF avaliam os trabalhos dos estudantes como parte do processo de avaliação do Programa PIBIC. Desde 2009, os melhores trabalhos de cada sessão são premiados com a concessão de certificados aos estudantes e seus orientadores. Além dos Congressos anuais de IC do DF, cuja participação é obrigatória, os trabalhos desenvolvidos por estudantes da UCB são encaminhados e aceitos para apresentação em congressos locais, nacionais e internacionais.

A UCB conta com diversos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que oferecem oportunidades de pesquisa para os estudantes.

4.5 RESPONSABILIDADE SOCIAL DA FORMAÇÃO INTEGRAL

A temática Responsabilidade Social (RS) na Universidade Católica de Brasília encontra-se fundamentada e descrita no PDI como um de seus princípios norteadores. Ciente de seu papel na formação integral de cidadãos competentes para atuação como agentes de transformação social, na defesa do meio ambiente e com o empreendedorismo social.

A missão da UCB deve se refletir em todos os eixos que perpassam o trabalho da Universidade, devendo, portanto, estar evidenciada também nas atividades de extensão. E para que a extensão cumpra seu papel, necessita desenvolver ações com o objetivo de atender a sociedade nos aspectos culturais, científicos, tecnológicos e na prestação de serviços, como resultado da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Concebida como instrumento articulador do ensino e da pesquisa entre si, e da Universidade com a comunidade em que atua, a extensão cumpre papel relevante como instrumento de emancipação.

A Universidade atribui à extensão um escopo amplo e diversificado, que se desdobra em ações voltadas às comunidades interna e externa da Instituição e à comunidade relacionada aos campi da Universidade.

Além disso, a extensão precisa estar alinhada aos objetivos de responsabilidade social da Universidade, neste sentido, a UCB oferece serviços que têm como objetivo servir à comunidade. São clínicas (de odontologia, fisioterapia, nutrição, veterinária, farmácia, psicologia, entre outras). Estrutura para prática esportiva, atendimento jurídico e outros que estreitam os laços da população interna da universidade e externa a ela, e propiciam uma formação não só técnica, mas também embasada em valores humanos.

Assim, visa-se à promoção de um desenvolvimento sustentável para a região e à produção e à disseminação de conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Nesse contexto, a articulação entre o Curso de Graduação e a Política de RS fundamenta-se nos propósitos da UCB, previstos no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no PDI, trazendo para as ações pedagógicas a perspectiva tríade referente à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a inter-relação entre teoria e prática. Ainda, garante-se atenção especial aos princípios e diretrizes para o ensino, destacando o compromisso com a missão, os valores, os princípios e os objetivos da UCB, a formação integral, a autonomia intelectual, a flexibilidade, a inter, multi e transdisciplinaridade, a pluralidade, a atualização e a excelência acadêmica.

A Política de Responsabilidade Social, que está presente desde a concepção inicial do Curso, integra, conseqüentemente, os percursos formativos dos estudantes,

mobilizando a comunidade acadêmica e geral ao permitir que os sujeitos envolvidos possam construir conhecimentos, procedimentos, comportamentos e atitudes, materializando as questões epistemológicas que permeiam o propósito Institucional e que conferem valor às três dimensões do desenvolvimento sustentável - econômico, social e ambiental. Dessa maneira, componentes e atividades do currículo buscam contribuir com a formação dos estudantes, sendo previstas habilidades e competências voltadas à temática da RS. Dito isso, entende-se a RS como dimensão transversal, encontrada de diferentes maneiras, em diferentes tempos e espaços do Curso, perspectivada pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Ainda, à RS se atribui valor formativo, pois ela permite criar oportunidades de estudo, de ensino e de aprendizagem, promovendo diálogos com as necessidades sociais das comunidades do entorno da Universidade Católica de Brasília, levando os estudantes à proposição de alternativas para as demandas das sociedades contemporâneas, tornando-os agentes de mudanças, de transformação e de consciência cidadã.

Por fim, a concretização da Política de RS apresenta-se e organiza-se de formas múltiplas, desde a integração de objetos de conhecimento específicos nos componentes curriculares da matriz do Curso, que estabelecem relações com este campo, até a execução de trabalhos, ações, atividades e programas que efetivam conexões dialógicas entre estudantes, professores e comunidades. Em relação a este conjunto, as parcerias públicas e privadas de interesse e de impacto coletivo, colaboram com a inclusão, a justiça social, o desenvolvimento econômico e sustentável, a melhoria da qualidade de vida, da infraestrutura local e a inovação social.

5 COERÊNCIA ENTRE O PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO E AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO

O Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília está estruturado seguindo as Diretrizes Curriculares Nacionais, estabelecidas na Resolução nº5 de 17 de dezembro de 2018.

Nesse passo, o desenvolvimento intelectual, profissional e moral do acadêmico do Curso de Direito possibilitará o atendimento preconizado nessas supramencionadas Diretrizes.

Como já apontado, o curso de Direito da Universidade Católica estruturou sua matriz curricular a partir da concepção inserida no artigo 5º, da Resolução CNE/CES 09/2004:

- Eixo de Formação Fundamental
- Eixo de Formação Profissional
- Eixo de Formação Prática

O Curso de Direito da UCB tem como pressuposto corresponder às transformações advindas do fenômeno mundial de integração de mercados. Esse fenômeno envolve as relações internacionais em sua literalidade e o ambiente nacional em todas as áreas, principalmente a profissional.

Nessa perspectiva, a UCB acompanha o movimento conjuntural do Brasil, pautando-se nos princípios basilares que norteiam a missão para a qual foi criada – a excelência técnica e humanística – e a busca da formação integral do ser humano. Para tanto, tem entre seus principais instrumentos a geração do saber e a ação comunitária, comprometidas com a qualidade e os valores éticos e cristãos.

No que toca à formação profissional, o egresso do Curso de Direito se destacará em seu meio de atuação por sua compreensão do fenômeno jurídico-social como algo surgido das relações humanas em sociedade. O Direito será, a um só tempo, fonte e espelho para os quais se voltará à busca de soluções e instituição reparadora de desigualdades.

Nessa perspectiva, como agente transformador, por meio da extensão, o Curso de Direito tem nos Núcleos de Prática Jurídica (NPJs) sua principal ferramenta. Nesses núcleos, os discentes atuam de forma proativa no atendimento à comunidade carente que busca soluções para seus problemas jurídicos, tanto na Justiça do Distrito Federal, quanto

na Justiça Federal, incluindo a Justiça do Trabalho. Os discentes atuam, também, em escritórios de advocacia, nas Defensorias Públicas, no Ministério Público, no Poder Judiciário e nos respectivos Conselhos Nacionais, nas procuradorias e em outros órgãos e empresas públicas e privadas, cobertos, quando necessário, por convênios firmados com a Universidade. No NPJ, além de assessoria em via contenciosa, há efetiva utilização de meios alternativos de solução de conflitos, especialmente as vinculadas às técnicas de direito sistêmico.

Assim, a formação de profissionais éticos e comprometidos com a realidade do País, capazes de atuar de forma dinâmica, competente e eficiente tanto no setor público quanto no privado, aptos a empreender e a aprender sempre, tendo em vista o cenário jurídico e político-social em que vivemos, marcado por grandes mudanças e transformações intensas, é a consequência lógica de todo parâmetro estrutural e pedagógico do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília.

5.1 OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS DO CURSO DE DIREITO

O Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília, de acordo com o Art. 5º, da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, priorizando a interdisciplinaridade e a articulação de saberes, tem os seguintes objetivos no que diz respeito às perspectivas formativas:

Quanto à formação geral, oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

Quanto à formação técnico-jurídica, dar enfoque dogmático e especial importância à aplicação do conhecimento, observando as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômica, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, dando ênfase a conteúdos referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito

Processual, Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos.

Quanto à formação prático-profissional, buscar a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o Trabalho de Curso (TC).

Além dos objetivos supramencionados, o Curso de Direito tem os seguintes objetivos específicos a serem alcançados:

I - Proporcionar aos bacharéis em Direito uma formação técnica adequada ao exercício de qualquer profissão jurídica, com ênfase especial nas carreiras públicas, com base nos princípios da solidariedade, da boa-fé e da probidade, nos valores democráticos e nos direitos e garantias constitucionalmente consagrados.

II - Desenvolver, paralelamente ao conhecimento teórico, habilidades práticas que permitam a conjugação eficaz das modernas e inovadoras teorias e técnicas judiciais e o domínio de sua aplicação na solução de problemas complexos surgidos no exercício cotidiano da profissão; trazer a “prática” dos casos concretos para o contexto teórico da sala de aula.

III - Promover o saber científico e estimular a evolução cultural no todo da Instituição e no particular de cada aluno, de modo a socializar os conhecimentos produzidos pela academia.

IV - Incentivar a atuação do aluno na comunidade regional, não apenas para prover o atendimento das necessidades comunitárias, mas para tomar consciência da importância do Direito como instrumento de transformação e evolução social. Para tanto, desenvolver, apoiar e estimular atividades de ensino, pesquisa ou extensão relacionadas com a solução de problemas sociopolíticos e culturais.

V - Atender, com as atividades de extensão, do NPJ e do Centro Integrado de Estudos e Práticas do Direito (CIEPDIR), as comunidades carentes da região abrangida pelo Curso, buscando possibilitar o exercício dos Direitos Humanos, muitas vezes negado a elas. Contribuir para que instituições da comunidade regional alcancem níveis de excelência no desenvolvimento de suas atividades, com a produção de benefícios culturais e científicos que possam ser revertidos

em prol de toda a sociedade.

VI- Propiciar uma formação que possibilite a compreensão do processo educativo de forma ampla e consciente, considerando as características das diferentes realidades e níveis de especialidade em que elas se processam. Integrar o acadêmico à dinâmica do mundo do trabalho e proporcionar, aos egressos, por meio de cursos, eventos e publicações jurídicas, a possibilidade de contínua atualização e aprimoramento jurídico-profissional.

Em decorrência dos seis itens acima, é imperioso registrar que também se pretende:

I- Preparar os estudantes para conhecerem a si mesmos, suas potencialidades, seus semelhantes, o mundo e seu Criador.

II- Desenvolver a liberdade e a solidariedade humanas, na perspectiva dos valores que enfatizam a dignidade do ser humano.

III - Estimular, em coerência com sua natureza, a busca e o permanente questionamento da verdade.

IV- Aperfeiçoar a educação em geral, com o desenvolvimento das letras, artes, ciências básicas e filosóficas e habilitar profissionalmente os alunos, pela articulação de conhecimentos práticos com uma sólida cultura geral.

V- Preparar os estudantes para acompanhar o rápido desenvolvimento da sociedade em que vivem, promovendo a educação em seus aspectos informativo e formativo.

VI - Habilitar os jovens a emitirem juízos, desenvolvendo a capacidade crítica e autocrítica por meio da participação em congressos, seminários, colóquios e outros, nas diversas áreas do saber.

VII- Desenvolver um currículo no qual a habilitação profissional se assente sobre uma base geral, essa entendida não apenas como conteúdo, e sobre o cultivo, em cada aluno, das formas positivas de pensar, sentir e agir. Essas devem lhes permitir novos avanços, com autonomia crescente, com base em um enfoque científico.

Nesse passo, o desenvolvimento do Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília é direcionado para a formação humanista; com domínio da gênese e dos fundamentos do conteúdo do ordenamento jurídico vigente, dentro

de um posicionamento crítico, visando uma dinâmica evolutiva à luz da consciência dos problemas do tempo e espaço no qual se insere.

Por fim, é certo que não se pode afastar do que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases (LDB – Lei 9394/96), artigo 43, *verbis*:

Art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares.

6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O acadêmico formado em Direito pela Universidade Católica de Brasília deverá ter visão global do funcionamento das organizações e do Estado, dominar as técnicas jurídico- argumentativas, conhecer as repercussões do fenômeno jurídico na construção de paradigmas políticos, econômicos, filosóficos e sociais, além de ser possuidor de responsabilidade social, agindo com justiça e ética, apto a inserir-se na vida profissional de maneira digna e ser capaz de atuar, com eficiência e proficiência, no equacionamento e na solução de conflitos sociais.

A partir de sua inscrição formal nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, o Bacharel em Direito se torna advogado, profissional da área da administração da Justiça, além de assistente e procurador, na maior parte das ocasiões indispensável, de pessoas físicas ou jurídicas, empresas nacionais ou multinacionais e entidades públicas, em cujo nome age e representa, no processo, defendendo os interesses do constituinte e da promoção da Justiça, em ações judiciais ou extrajudiciais.

Existem carreiras reservadas privativamente ao Bacharel em Direito. São cargos profissionais acessíveis em geral mediante concurso público, dentre as quais se destacam, específica e nomeadamente:

- Ministério Público da União, dos Estados ou do Distrito Federal.
- Defensoria Pública.
- Magistratura Estadual, do Distrito Federal ou da União.
- Procuradorias Jurídicas da Administração Direta ou Indireta.
- Tabelião e Oficial do Registro Público.
- Carreira de Policial Civil Estadual ou Federal, podendo exercer, entre outros, o cargo de delegado.
- Magistério superior, principalmente para o próprio ensino do Direito, caso em que se deve obter a pós-graduação em cursos de Mestrado ou de Doutorado.

O Curso de Direito da Universidade Católica de Brasília se propõe a formar profissionais que tenham não só o perfil de agentes técnicos do ordenamento jurídico, mas que se mostrem sensíveis à realidade política,

econômica e social do Brasil e do mundo. Trata-se de formar indivíduos cientes da complexidade, historicidade e interdependência do Direito, capaz de conectá-lo ao substrato social, sendo, dessa forma, capazes de analisar criticamente o funcionamento das instituições político-jurídicas.

O egresso do curso de Direito deverá se adaptar, com alguma facilidade, à evolução de sua área, haja vista que foi educado para isso, mediante:

a) Construção de seu próprio conhecimento, a fim de acompanhar a evolução do setor e levar para o mercado ideias inovadoras, capazes de transformá-lo.

b) Participação constante em eventos de amplitude local, nacional e internacional, relacionados com as diversas áreas do Direito.

c) Uso de equipamentos de última geração tecnológica, bem como suporte bibliográfico de literatura consagrada, periódicos e revistas doutrinárias especializadas.

Verifica-se, assim, o cuidado com a qualidade diferenciada que se almejou desde a autorização do curso de Direito da Universidade Católica de Brasília, uma vez que se tornou fonte de ensino de excelente nível na formação dos profissionais do Direito. A UCB tem por meta, de fato, propiciar um ensino de alta qualidade técnica, a um expressivo número de alunos, mediante métodos inovadores de ensino jurídico, formando profissionais que terão um diferencial em relação a outros cursos, mercê de sua estrutura e conteúdo modernos, condizentes com um mercado de alta competição em que vivemos.

Assim o estudante estará consciente da estreita relação entre Direito, Democracia e Cidadania, como também dos métodos extrajudiciais de solução de conflitos, adequando-se aos conhecimentos da técnica, da tecnologia e da prática jurídica à reconstrução de uma sociedade

mais justa, harmônica e igualitária, objetivando a emancipação do indivíduo contra qualquer tipo de repressão.

Busca-se, portanto, conciliar uma postura reflexiva, de visão crítica, que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, com uma postura ativa, objetiva compatível com o exercício da advocacia

contemporânea, bem como atendendo às demandas das novas carreiras jurídicas.

6.1 DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS SEGUNDO AS DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS

O percurso formativo do estudante do curso de Direito da UCB foi construído para proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências pertinentes à atuação do futuro profissional, e leva em consideração premissas institucionais e regulamentares.

A preocupação da Educação deve se voltar para o desenvolvimento de cidadãos críticos, conscientes e que saibam lidar com a enorme gama de conhecimento disponível, interagindo com ele por meio das possibilidades advindas do constante avanço tecnológico, sem se descuidar de valores imprescindíveis como criatividade, coerência, comprometimento, empatia e transparência, os quais devem fazer parte do comportamento de todos aqueles que compõem a comunidade acadêmica da UCB.

Dessa forma, todo o processo de aprendizagem se dá por meio do relacionamento dos diversos atores sociais que se manifesta nas bases de uma Educação voltada para: o desenvolvimento de capacidades cognitivas e socioemocionais, de comunicação, interação, colaboração e boa relação interpessoal; a solução de problemas; a aprendizagem significativa; o autodesenvolvimento e a autonomia; a agilidade mental e a reflexão, os quais perpassam as competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso.

Os cursos de graduação da UCB têm como perspectiva:

- a) Desenvolver a integralidade, espiritualidade, respeito, empatia, cooperação, ética, solidariedade, sociabilidade, predileção pelos vulneráveis, culturas do diálogo com o diferente e para a paz;
- b) Promover o autoconhecimento, autonomia, autocuidado, autoconfiança, autocrítica, protagonismo, senso de equidade, determinação, responsabilidade, resiliência e adaptabilidade;
- c) Estimular o pensamento crítico-reflexivo, cidadania, criatividade, inovação e curiosidade intelectual;
- d) Identificar problemas, formular hipóteses e propor/criar soluções;
- e) Desenvolver competência leitora na enunciação e recepção de discursos;

- f) Oferecer novas experiências estéticas, culturais e intelectuais, possibilitando a superação da discriminação, aceitação da diversidade e do pluralismo cultural, bem como novos pensamentos e conhecimentos para o exercício da tolerância e da inclusão;
- g) Assumir compromisso e responsabilidade socioambiental;
- h) Dominar e utilizar tecnologias de informação e comunicação, por meio da consolidação da cultura digital no ambiente acadêmico;
- i) Instrumentalizar para a tomada de decisão pautada em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários das especificidades de cada curso.

O Curso de Direito, em atendimento ao que prescreve o Art. 4º, da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2018, deverá possibilitar a formação profissional que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais, que capacitem o graduando a:

I – Interpretar e aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira e comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.

II – Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.

III – Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.

IV – Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.

V – Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.

VI – Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.

VII – Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.

VIII – Atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.

IX – Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.

X – Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.

XI – Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica.

XII – Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

XIII – Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.

XIV – Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

A preocupação da educação deve se voltar para o desenvolvimento de cidadãos críticos, conscientes e que saibam lidar com a enorme gama de conhecimento disponível, interagindo com ele por meio das possibilidades advindas do constante avanço tecnológico, sem se descuidar de valores imprescindíveis, como criatividade, coerência, comprometimento, empatia e transparência, os quais devem fazer parte do comportamento de todos aqueles que compõem a comunidade acadêmica da Universidade Católica de Brasília.

Dessa forma, todo o processo de aprendizagem se dá por meio do relacionamento dos diversos atores sociais, que se manifesta nas bases de uma educação voltada para: o desenvolvimento de capacidades cognitivas e socioemocionais de comunicação, interação, colaboratividade e boa relação interpessoal; a solução de problemas; a aprendizagem; o autodesenvolvimento e a autonomia; a agilidade mental e a reflexão, os quais perpassam as competências e habilidades a serem desenvolvidas no curso.

Os Cursos de Graduação do Grupo UBEC têm como perspectiva:

- Desenvolver a integralidade, espiritualidade, respeito, empatia, cooperação, ética, solidariedade, sociabilidade, predileção pelos vulneráveis, culturas do diálogo com o diferente e para a paz;
- Promover o autoconhecimento, autonomia, autocuidado, autoconfiança, autocrítica, protagonismo, senso de equidade, determinação, responsabilidade, resiliência e adaptabilidade;
- Estimular o pensamento crítico-reflexivo, cidadania, criatividade, inovação e curiosidade intelectual;
- Identificar problemas, formular hipóteses e propor/criar soluções;
- Desenvolver competência leitora na enunciação e recepção de discursos;
- Oferecer novas experiências estéticas, culturais e intelectuais, possibilitando a superação da discriminação, aceitação da diversidade e do pluralismo cultural, bem como novos pensamentos e conhecimentos para o exercício da tolerância e da inclusão;
- Assumir compromisso e responsabilidade socioambiental;
- Dominar e utilizar tecnologias de informação e comunicação, por meio da consolidação da cultura digital no ambiente acadêmico;
- Instrumentalizar para a tomada de decisão pautada em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários das especificidades de cada curso.

A estas perspectivas se associam as competências e habilidades específicas do curso. O curso de Direito da Universidade Católica de Brasília possibilita a formação profissional nos diferentes níveis de conhecimento, habilidade e atitude.

O nível de conhecimento compreende a interpretação e aplicação do Direito; pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência na forma de precedentes, da doutrina e de outras fontes do Direito; correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito.

O nível de habilidade se vincula à leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas; utilização de raciocínio jurídico (lógico e crítico), de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica; domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

O nível de atitude capacita e habilita o julgamento e a tomada de decisões; a adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.

6.2 MONITORAMENTO DO PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

No Curso de Direito da UCB tem mecanismos de revisão sistemática do perfil do formando, por meio do NDE, do Colegiado de Curso, da Avaliação Institucional e da percepção da coordenação.

O NDE, por sua atribuição inata, fará acompanhamento de todo curso para garantir que:

- a) Os objetivos do curso continuem alinhados ao perfil profissional do egresso e à estrutura curricular e que seus conteúdos estejam atualizados e na medida necessária de carga horária; que respondam às demandas do contexto educacional, às características locais e regionais e apontem para as práticas atuais no campo da Direito;
- b) As políticas institucionais de ensino, extensão e pesquisa, previstas no curso, promovam oportunidades de aprendizagem coerentes com o perfil que se quer formar;
- c) A acessibilidade metodológica esteja adequada e sempre respondendo às demandas discente.

O Colegiado de Curso, pelo PDI, define o perfil do egresso e poderá propor mudanças curriculares para garantir a sua consecução.

O Colegiado de Curso e o NDE, subsidiados pelo Relatório da CPA, farão reflexões e tomarão decisões de mudanças de rumo, se necessário for, para garantir o desenvolvimento das competências constituintes do perfil, visando que o profissional, egresso da UCB tenha um perfil, o mais atualizado possível, com o desenvolvimento científico da área e com a expectativa da sociedade.

O coordenador de curso também tem importante contribuição na revisão constante do perfil do egresso, na medida em que acompanhará o desenvolvimento do curso cotidianamente. Testemunhará se, o que foi idealizado para a construção do perfil está se concretizando, o que precisa de intervenção imediata, que se resolve com diálogo e orientação ao professor, ou mesmo, o que deve ser levado ao NDE e Colegiado de Curso para os devidos encaminhamentos e alinhamento. Ele deverá acompanhar o desempenho dos discentes, comparar resultados do desenvolvimento de habilidades de cada período, levantar hipótese e inventariar as situações para o corpo docente, discentes e colegiados. O perfil precisa ser revisitado sempre. Todas as atividades e práticas, como também, todos os atores desse processo formativo, devem cooperar para o desenvolvimento e revisão do perfil em formação.

7 ESTRUTURA CURRICULARES E COMPONENTES CURRICULARES

O currículo do curso de Direito leva em consideração a Resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2018 e foi concebido em uma abordagem curricular que privilegia o desenvolvimento de competências, estratégia inovadora adotada para implementação das disposições do PDI UCB 2023-2027. Para a consecução dos princípios e das perspectivas que orientam o modelo acadêmico-pedagógico adotado pela UCB, a estrutura curricular da matriz é organizada considerando os seguintes componentes:

- atividades de extensão universitária a partir da inserção em Projetos de Extensão e atividades de atendimento à comunidade;
- atividades complementares, visando propiciar ao estudante experiências diversificadas, inerentes e indispensáveis à formação do estudante enquanto cidadão e profissional;
- estágio curricular supervisionado obrigatório, quando previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- trabalho de conclusão de curso, quando previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais;
- componentes curriculares optativas;
- componentes curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística do Grupo UBEC, comuns a todos os cursos e Unidades de Missão, com o objetivo de promover a prática pedagógica interdisciplinar, com vistas à superação da estrutura fragmentada do conhecimento e à promoção de conectividade, integração, diálogo, reciprocidade, integralização de saberes para a significação das aprendizagens e, de modo especial, para o desenvolvimento do Projeto de Vida do estudante;
- componentes curriculares do Núcleo Comum das Áreas de Conhecimento dos cursos;
- componentes curriculares de formação específica de cada curso, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

7.1 PROGRAMA PRÓPÓSITO DE VIDA

A Universidade Católica de Brasília (UCB), como um espaço de acolhida, evangelização e Educação na fé, dedica atenção especial aos universitários, docentes e colaboradores, disponibilizando

momentos para celebração da vida, reflexão pastoral, vivência dos valores do Reino, ação evangelizadora no meio acadêmico e comunidade externa. E como instrumento para viabilizar essa missão, concretizando os valores e os princípios institucionais, o setor de Coordenação de Pastoralidade dispõe de espaços para a comunidade educativa desenvolver e valorizar a dimensão mística e espiritual em nossas vidas.

A pastoralidade tem seu fundamento no cuidado e no serviço das pessoas, como espiritualidade que inspira, permeia e norteia todas as ações e decisões institucionais, sendo uma dimensão que abarca a totalidade da Instituição, o complexo das suas atividades e o conjunto das pessoas que a compõem. Neste sentido, toda a comunidade acadêmica é convidada a: fazer parte dessa ação que se realiza no cotidiano da vida universitária para construir espaços e momentos celebrativos, reflexivos, meditativos e orantes; ajudar no planejamento de ações pastorais; dar sugestões para aperfeiçoar as já existentes e a criação de novas atividades de vivência da espiritualidade; e promover o diálogo entre fé, cultura, ciência, sustentabilidade ambiental nos processos educativos em que está inserido e assim contribuir para a efetividade do Reino de Deus em nossas vidas.

Assim, a pastoralidade é o DNA que irrigará toda a vida universitária em todas as suas dimensões, sejam elas pedagógicas, administrativas, financeira, educacional, pastoral e as relações humanas. Tendo esse norte, a UCB apresenta a Coordenação de Pastoralidade como o setor responsável por animar, promover e provocar as ações pastorais no ensino, pesquisa e extensão, extrapolando os muros do Câmpus e irradiando energias de um novo Sol para toda a sociedade.

Programa Propósito de Vida:

Em todos os países, as Universidades constituem a sede primeira da investigação científica para o avanço dos conhecimentos e da sociedade, desempenhando um papel determinante no desenvolvimento econômico, social e cultural, sobretudo em um tempo, como o nosso, marcado por rápidas, constantes e visíveis mudanças no campo das ciências e das tecnologias. (PAPA FRANCISCO, 2018, p. 25)

O Programa Propósito de Vida (PPV) objetiva o protagonismo de cada estudante e de cada educador com vistas à formação acadêmica-profissional inspirado em valores fundantes distintos daqueles sustentados pela lógica mercantilista. Tais valores devem considerar as múltiplas maneiras a partir das quais e com as quais as relações do eu-com-o-outro e com-o-mundo se efetivam com vistas a possibilitar amplos e diversos significados da vida universitária. Esses significados devem ultrapassar os meros modelos fixos de compreensão já tão propalados e sustentados por uma concepção de Educação mecanicista, objetivista e instrumental.

No limiar das duas primeiras décadas do Século XXI já temos mostras do esgotamento desse modelo, pois ele não abre espaço para o protagonismo estudantil e muito menos promove uma formação humanizante e inspiradora que considere as múltiplas e infinitas maneiras de atuar ética e solidariamente visando um mundo mais justo e fraternal.

Nesse sentido, o PPV objetiva contribuir para a formação gradativa/processual do estudante promovendo, ao longo da sua jornada acadêmica, experiências significativas que ampliem seus horizontes de modo a aprimorar o ser ético, o ser histórico e o ser solidário. Todas estas três dimensões se sustentam no agir solidário porque são pautadas na busca de sentidos que revelem originalidade e autenticidade das suas ações. Assim, todo o processo educativo deve se direcionar para a busca da felicidade, pois essa contribuirá para a consolidação de novos sentidos da formação profissional sempre atrelada a princípios humanísticos. Trata-se assim de favorecer o florescimento de cada uma dessas dimensões.

Em se tratando da busca por uma formação humanística com vistas a ampliar os sentidos do que significa ser graduado pela Universidade Católica de Brasília, o PPV tem como finalidade favorecer o florescimento de cada uma dessas dimensões. A oferta das três componentes curriculares que compõem o Núcleo de Formação Geral e Humanística deve promover um complemento valoroso à formação técnica, científica e profissional.

7.1.1 O ser ético

Trata-se de considerar então o ser ético que se instaura no mundo e procura realizações significativas a partir de si mesmo. Será ele capaz de perceber que pode e deve agir solidariamente e para isso reconhecerá o outro como dimensão fundamental para a realização dos seus projetos existenciais.

A dimensão ética a ser fomentada não se constitui numa mera questão de discussão acadêmica ou de caráter formal. Busca-se acentuar a ética atrelada à própria condição humana, ou seja, refere-se ao ser de possibilidades porque revela o seu inacabamento, sua indeterminação e sua pluralidade. O estudante deve, portanto, construir e desconstruir seu próprio ser, pois sua condição primeira e fundamental é a de seguir fazendo-se pessoa a partir das experiências reveladoras de si mesmo.

Considerando que as exigências e os desafios para a formação profissional têm se tornado cada vez mais complexos, torna-se imperioso o agir ético de modo a proporcionar uma convivência respeitosa e feliz porque pautada em princípios humanísticos.

7.1.2 O ser histórico

A outra dimensão relevante que o PPV busca promover na formação do estudante é a sua condição de ser histórico. Tal condição deve ser fomentada nas experiências plurais a serem realizadas ao longo da sua vida acadêmica. Cabe salientar então que os fundamentos autenticamente históricos do ser se revelam a partir do momento em que este se faz como protagonista da história e da sua própria história. Dada a sua natureza inacabada, o estudante deve rearticular constantemente os sentidos do arcabouço teórico-conceitual da sua área com as vivências significativas a serem adquiridas ao longo de todo o processo formativo. Assim, perceberá a relevância de pautar suas ações em valores humanísticos, favorecendo a ampliação dos significados da sua própria história de vida.

A proposta das componentes curriculares do PPV é contribuir para que o estudante perceba os sentidos de pertencimento. Esses se efetivam não só porque o ser está num determinado tempo histórico, mas antes de tudo, porque ele se faz como ser histórico a partir daquilo que realiza no mundo com o outro. Assim, ele pertence à história porque dela é protagonista cada vez mais engajado, pois visa a construção permanente do seu ser.

Desse modo, a proposta do PPV procura promover no estudante a compreensão de que o ser não é temporal por estar na história, mas existe historicamente por ser temporal. Fundada na temporalidade, a historicidade do ser enquanto capacidade de construir uma história é um modo que ele tem de assumir o seu próprio futuro.

7.1.3 O ser solidário

Uma terceira dimensão promovida pela proposta do PPV é a da pastoralidade como valor agregador de toda e qualquer área de formação e atuação profissional. A condição concreta da existência humana exige que olhemos o outro como resposta ao apelo fundamental à solidariedade.

Num mundo em que a dinâmica social é marcadamente definida por interesses materiais e individualistas, onde as mudanças ocorrem de maneira acelerada e essas por sua vez resultam numa situação de constantes crises sociais, emocionais, culturais e identitárias, torna-se cada vez mais urgente a reelaboração de sentidos sobre a formação acadêmica e profissional.

Trata-se então de redefinir constantemente os papéis do educador e do educando, pois fazem-se necessárias ações que promovam a solidariedade e o olhar constante para o outro assim como o bom pastor olha para suas ovelhas. Constitui-se tarefa inadiável o compromisso por uma Educação superior que promova mudanças radicais de paradigma e a proposta do PPV se dispõe a ser contribuição significativa para isso.

Neste sentido, cabe destacar que os objetivos do PPV serão consolidados por meio de diferentes estratégias e abordagens acadêmicas. A primeira delas é caracterizada pela oferta das três componentes curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística. São elas:

- a) Relação: Princípios e Valores;
- b) Profissão: Competências e Habilidades;
- c) Cooperação: Humanismo Solidário, Redes e Comunidades.

Além da oferta das componentes curriculares acima destacadas, com o intuito de abarcar as diversas áreas de formação que compõem os cursos de graduação, o PPV contempla também a realização de 6 (seis) trilhas de desenvolvimento relacionadas à consecução das atividades complementares, componente curricular obrigatório nos cursos. São elas: (1) Liderança, (2) Pesquisa, (3) Esporte, (4) Cultura, (5) Espiritualidade e (6) Empreendedorismo. As trilhas apresentam, ainda, estreita relação com a atuação discente nos projetos de extensão, em especial os que atuam no atendimento às comunidades e instituições parceiras por meio do Programa Ser+.

O Programa Propósito de Vida objetiva, desta forma, uma ressignificação dos sentidos da formação acadêmica em consonância com os princípios norteadores do Grupo UBEC. Sua finalidade maior se exprime na identificação dos interesses dos estudantes pela busca de projetos significativos e inspiradores que possam nortear sua vida pessoal, acadêmica e profissional e seus projetos futuros. Nesse sentido, o PPV espera contribuir para que, ao longo da formação acadêmica, se efetivem vivências pautadas em princípios éticos e solidários que marcam a identidade do Grupo UBEC. Trata-se, portanto, de manter e reforçar o espírito fundante e a razão de ser de uma Educação solidária, ética, evangelizadora e, por isso, promotora de espírito humanizador.

7.2 CONTEÚDOS PERTINENTES ÀS POLÍTICAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO BILÍNGUE E ECOLOGIA INTEGRAL

A Resolução CNE/MEC nº 1, de 17 de junho de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. E a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH).

As observações, recomendações e definições presentes nessas Resoluções, bem como no Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004 devem orientar as definições curriculares e as políticas institucionais no que tange à Educação das Relações Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como as políticas para a Educação dos Direitos Humanos. Neste sentido, institui a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos relacionados ao tratamento destas questões, tendo como meta promover a Educação de cidadãos atuantes e conscientes na sociedade brasileira, marcadamente multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.

A Educação das Relações Étnico-raciais, segundo a Resolução CNE/MEC nº 1/2004 (art. 2º, §1), tem por objetivo “a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira”. Já o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo “o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas” (Resolução CNE/MEC nº01/2004, art. 2º §2º).

E é pela Educação para o atendimento aos Direitos Humanos que alcançaremos uma sociedade melhor e mais justa. A própria Resolução CNE/CP nº 1/2012 afirma que “a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades.”. Reafirma ainda que tal Educação “poderá influenciar a construção e a consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos.”. Toda a compreensão da EDH se fundamenta nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na Educação; transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental.

Cabe ressaltar que os princípios que orientam a Resolução CNE/CP nº 02/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental) e a Resolução CNE/CP nº 01/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos) são princípios

norteadores da Educação preconizada pela UCB, assumidos em sua missão. Dessa forma, as questões relacionadas à formação de uma consciência cidadã, marcada pelo respeito à diversidade, pela defesa dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, econômicos e culturais, na construção de uma sociedade justa e equânime, representam o projeto de formação desta Universidade, encontrando-se presentes em suas políticas institucionais.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, em componentes curriculares de formação humanística geral, como “Relação: princípios e valores”, “Profissão: competências e habilidades”, “Cooperação: Humanismo solidário, redes e comunidades”.

O Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação) e a Resolução CNE/CP nº02, de 15 de junho de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental), compõe o marco legal específico que orienta a atuação da UCB em relação à Educação Ambiental.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº02/2012, art. 3º), a Educação Ambiental “visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” e não deve ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (art. 8º).

Da mesma forma que a Universidade aborda as questões da Educação das Relações Étnico-Raciais, do Ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Africana e da Educação em Direitos Humanos, as questões e conteúdos relacionados à Educação Ambiental também são tratados de forma transversal e nos componentes curriculares do Núcleo de Formação Geral e Humanística, citados anteriormente. Por fim, cabe destacar que a Educação Ambiental, em especial seu aspecto de sustentabilidade, é contemplada na missão da UCB, orientando a gestão da Universidade e sua atuação por meio dos programas e projetos de pesquisa e extensão, considerando de forma especial a perspectiva da ecologia integral, preconizada pelo Papa Francisco na carta encíclica Laudato Si’. Neste sentido, defende-se o estudo e a promoção das relações entre os organismos vivos e o meio ambiente, em defesa das condições de vida e de sobrevivência, questionando os modelos de desenvolvimento, consumo e produção em favor da vida e do planeta.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, em componentes curriculares de formação humanística geral, quanto em componentes curriculares específicas, além de orientar a atuação discente em suas práticas extensionistas e na realização das Trilhas formativas do PPV. Ademais, esses conteúdos são também contemplados de

maneira transversal por meio da oferta de palestras, mesas-redondas, encontros e eventos culturais ao longo dos semestres.

7.3 FLEXIBILIDADE CURRICULAR

Flexibilidade curricular dos cursos de graduação se constitui a adoção de estratégias acadêmicas e de atividades didáticas, que despertem no estudante a necessidade de interação com outras áreas do saber e, de modo especial, com o mundo do trabalho e da cultura, desde o início do curso. Assim, se faz necessário que se articule, no processo de formação do aluno, maior comunicação e permeabilidade entre diferentes cursos, buscando eixos comuns e disciplinas que permitam a formação ampla dos universitários, com mobilidade entre cursos. A integração entre cursos por meio de eixos temáticos comuns é uma prática que estimula a mobilidade do aluno na Educação superior e favorece sua formação interdisciplinar.

Nesse sentido, a UCB busca ampliar a flexibilidade curricular como prática pedagógica que favorece o desenvolvimento da autonomia do aluno e a sua formação interdisciplinar e integral. Essa flexibilização implica rever as disciplinas, buscando aspectos integradores e organizações curriculares que favoreçam a interdisciplinaridade.

O Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014/2024 estabelece que as Instituições de Ensino superior deverão buscar a flexibilização de seus currículos, ofertando, no mínimo, 10% (dez por cento) da carga horária do curso em programas de extensão.

Há também pareceres do CNE (nº 776/97 e nº 583/2001) que defendem flexibilidade na organização de cursos, para atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e às expectativas e interesses dos sujeitos que fazem a Educação, bem como a revisão dos cursos que burocratizados e fragmentados revelam incongruência com as tendências contemporâneas para uma boa formação na graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Assim, na UCB a Flexibilização curricular é identificada:

- na busca de articulação entre teoria e prática desde os momentos mais precoces do curso;
- nas Atividades Complementares, que integram obrigatoriamente o currículo desse curso. Com base no princípio de que o aluno é o agente da aprendizagem, ele é estimulado a aprender a aprender e a ter responsabilidade e compromisso com sua Educação, sendo estas atividades um dos mecanismos que proporcionarão a participação do aluno na construção do saber com

- experiências inovadoras. A proposta também permite ao discente a participação na formação do seu currículo, atendendo à necessidade de diversificação do conhecimento;
- na implantação de disciplinas optativas no Curso que são decorrentes das escolhas do sujeito que constrói o próprio conhecimento e percurso formador;
 - nas metodologias ativas e problematizadoras, que possibilita ao aluno vivenciar a práxis educativa, construindo e fundamentando as decisões para a solução de problemas, o que favorece a interdisciplinaridade e a percepção da realidade;
 - na extensão, cumprindo o que preconiza a Resolução CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que foi alterada pelo CNE, pelo Parecer CNE/CES Nº 498/2020;
 - na pesquisa, que trazem diferencial à formação, e, se concretiza quando se transforma em trajetórias autônomas e particulares, nos currículos de cada discente, enriquecidos de conhecimentos diversificados.

Na “sociedade do conhecimento”, uma das habilidades exigidas é a de trabalhar em grupo, pensar coletivamente, com pessoas com pontos de vistas e conhecimentos diferenciados. Acreditamos que favorecer a convivência entre estudantes de diferentes áreas do saber por meio de Componentes curriculares que tenham um eixo comum é uma forma de desenvolver essa habilidade. Ampliar o desenvolvimento de atividades relacionadas a empreendedorismo, incluindo no currículo projetos e/ou Componentes curriculares que estimulem o empreendedorismo é também uma exigência que se faz na inserção social dos cidadãos.

Nessa perspectiva, também se busca ampliar a integração entre a graduação e a pós-graduação. Esta deverá ocorrer não apenas por intermédio de docentes que lecionem em ambos os níveis de ensino, mas também pela participação de estudantes em grupos de pesquisa da pós-graduação e até na possibilidade de o aluno frequentar aulas de determinadas disciplinas da pós-graduação, conforme cada curso reger.

7.4 INTERDISCIPLINARIDADE

A interdisciplinaridade não está ligada apenas à organização dos conteúdos em si, mas também à ação do professor e do processo de ensino que ele utiliza para que o aluno aprenda, bem como à

organização que a instituição propõe para que o aluno se movimente entre as várias áreas de conhecimento e disciplinas acadêmicas.

Tanto a interdisciplinaridade, quanto a transdisciplinaridade ocorrem no sujeito, no professor e no aluno e surgirão a partir das possibilidades concebidas no âmbito dos processos de ensino e de aprendizagem. Quanto ao professor, que domina a disciplina, que entende profundamente as hierarquias conceituais nela presentes e que adota processos de ensino planejados e intencionais, cabe atravessar fronteiras das áreas do conhecimento e encarar a complexidade da realidade do pensamento pontual. Aos estudantes cabe o desafio de romperem, invadirem e mesclarem essas fronteiras na busca de solução às questões postas pelos problemas do cotidiano e das áreas de saberes diversos.

Objetiva-se, assim, que os projetos pedagógicos dos cursos da UCB garantam a possibilidade de o aluno movimentar-se entre as várias áreas dos saberes, buscando as interlocuções e as complementações de sua formação. Assim, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) têm a liberdade para inovarem e usarem a criatividade na elaboração de seus Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC).

Alguns procedimentos são importantes para que se possa ser bem-sucedido no desenvolvimento de uma organização curricular inovadora e do protagonismo estudantil. Uma das orientações para isso é a ênfase que as próprias DCNs colocam na redução do tempo que o aluno passa dentro de uma sala de aula.

Conseqüentemente, as atividades complementares são consideradas de fundamental importância no desenvolvimento do currículo e exigem, da parte do aluno e da IES, sistematização e organização para seu cumprimento.

As atividades de síntese e integração de conhecimentos são também oportunidades tanto para o desenvolvimento do protagonismo estudantil como para o estímulo à interdisciplinaridade.

Essa mobilidade e flexibilidade na construção do currículo do aluno possibilita uma formação profissional generalista e adaptável a situações novas e emergentes, sem renunciar à fundamentação técnica e teórica de sua área de formação.

Oferecer sentido ao trabalho acadêmico é o grande desafio da Educação. A visão interdisciplinar dos problemas ligados ao fazer profissional não apenas oferece sentido como multiplica as possibilidades de solução de problemas. Ao oferecer a perspectiva de busca de solução de problemas - não de respostas a perguntas - muda inteiramente a perspectiva do ensino profissional, tornando-o útil, real e efetivo.

Para se atingir os objetivos de sua atuação na área de ensino, pesquisa e extensão, a UCB declara, em acordo com os aspectos gerais da maioria das Diretrizes Curriculares Nacionais que objetiva formar profissionais com:

- Formação generalista, humanista e reflexiva;
- Visão do seu contexto socioeconômico e cultural;
- Preocupação ambiental;
- Visão crítica, criativa e empreendedora;
- Competências e habilidades, explicitadas no PPC, requeridas para o exercício profissional;
- Atitudes com ênfase nos princípios e valores.

As DCNs apresentam uma clara e explícita articulação entre os elementos de competências, habilidades e atitudes, as estratégias de ensino e aprendizagem e os esquemas de avaliação. Diante do exposto a UCB entende que o modo como o professor desenvolve o processo de ensino e aprendizagem permitirá o desenvolvimento do aluno. Professor, conteúdo e aluno desempenham papéis fundamentais e complementares.

Diante do exposto, é possível definir que a coerência entre as atividades de ensino dos níveis da graduação e pós-graduação acontece quanto as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da IES estão articuladas com a proposta pedagógica e aplicadas nesses dois níveis, mantendo um correto alinhamento entre políticas, objetivos e metas.

Há também pareceres do CNE (nº 776/97 e nº 583/2001) que defendem flexibilidade na organização de cursos, para atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e às expectativas e interesses dos sujeitos que fazem a Educação, bem como a revisão dos cursos que burocratizados e fragmentados revelam incongruência com as tendências contemporâneas para uma boa formação na graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

7.5 ARTICULAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

No Curso da Universidade Católica de Brasília, a articulação teoria-prática baseia-se na tese segundo a qual o conhecimento deve emergir da prática e a ela retornar mediado pela reflexão teórica. Trata-se de enfatizar o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes.

As metodologias ativas contribuem com esta articulação, ao estimular no curso a aplicação de metodologias dinâmicas do processo ensino-aprendizagem como instrumentos de desenvolvimento do discente, disseminando também a cultura da pesquisa, da discussão, do debate, do levantamento de situações-problema para análise crítica.

7.6 CONTEÚDOS PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Os conteúdos curriculares, previstos no PPC, possibilitam o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação da bibliografia, a acessibilidade metodológica, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de Educação ambiental, de Educação em direitos humanos e de Educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, diferenciam o curso dentro da área profissional e induzem o contato com conhecimento recente e inovador.

Para alcançar o perfil profissional delineado e atender às políticas de ensino, os conteúdos serão selecionados para favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades dos estudantes. Os conteúdos serão tratados metodologicamente para que o aluno se aproprie ativamente dos conceitos e desenvolvam as competências necessárias para atuar como médicos. A seleção dos conteúdos passa pelo direcionamento das DCNs e das entidades profissionais e pesquisadores das várias áreas de conhecimento.

As estratégias de ensino foram escolhidas a partir do tipo de conteúdo, para garantir a consecução do perfil de egresso desejado. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais de todos os cursos têm apontado para um currículo que possibilita uma formação de perfil profissional generalista e adaptável a situações novas e emergentes. Consequentemente a UCB orienta os professores para que desenvolvam um trabalho de articulação entre conteúdos e estratégias pedagógicas de forma a favorecer ao aluno o desenvolvimento de competências para:

- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo em que estiver envolvido, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão, com fundamentação ética e responsável;
- Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional e o meio, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;

- Refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle e/ou gerenciamento;
- Desenvolver raciocínio crítico e analítico para operar com valores nas relações formais e causais entre fenômenos característicos de sua área de atuação, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos;
- Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos e sistemas, revelando-se profissional versátil;
- Dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;
- Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional;
- Atuar em equipe multiprofissional;
- Manter-se atualizado com a legislação pertinente à sua área profissional;
- Manter-se atualizado com a evolução do conhecimento e das práticas profissionais em seu campo de atuação, através do envolvimento com a formação continuada;
- Dentro de sua área profissional de formação, ampliar a preocupação com o desenvolvimento de ações sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente.

7.7 MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

O princípio estabelecido no PPI da UCB de que “[...] para alcançar o perfil profissional delineado e atender às políticas de ensino, devem ser selecionados conteúdos que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades nos estudantes [...]”, será respeitado no âmbito do Curso de Direito, mas, com suas especificidades. Cada semestre corresponde a 1 (um) conjunto de 20 (vinte) semanas, constituído de 02 (duas) a 5 (cinco) componentes curriculares.

Cada Componente curricular (CC) corresponde a um conjunto de conteúdos integrados reunindo conhecimentos básicos e clínicos. A componente curricular integra várias áreas do conhecimento, articulando-as, indo muito além da justaposição de conteúdo.

O currículo do Curso de Direito da UCB propicia formação dos estudantes para atuarem com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana.

Cabe enfatizar que o desenho desta proposta inovadora intra e interdisciplinar e transversal propicia uma conjugação de saberes, o aperfeiçoamento e a atualização técnico-científica, primando por uma formação na área humanística e de conhecimento técnico, com espírito científico, empreendedor e consciente da ética profissional.

O currículo do Curso de Direito da UCB está coerente com os objetivos do curso e com o compromisso da mantenedora com a região onde está inserida, orienta para a formação de profissionais integrados com a realidade local e a qualificação despertada para o aproveitamento das potencialidades socioeconômicas e culturais, de modo a tornar os futuros profissionais aliados para o desenvolvimento regional. A visão crítica, empreendedora e humanística da realidade social, trabalhada ao longo de todo o curso, insere no aluno, por meio da conjugação da teoria à prática, uma perspectiva pluralista da prática das disciplinas e das atividades acadêmicas previstas para o curso.

Respeitando os aspectos pedagógicos, o currículo do curso conta com atividades complementares, abordando as áreas de conhecimento, habilidades, atitudes e valores éticos fundamentais à formação profissional.

A matriz curricular dá visibilidade ao percurso que o aluno deve fazer para integralização curricular, indicando, para cada período as disciplinas e atividades complementares sugeridas, assim como as respectivas cargas horárias teóricas e práticas.

7.8 MATRIZ, EMENTAS E REFERÊNCIAS

7.8.1 Matriz curricular

GRH01HB01T - DIREITO E ECONOMIA

1-EMENTA

Noções e conceitos básicos de Economia. Princípios da Teoria Microeconômica. Contabilidade Social e Princípios da Teoria Macroeconômica. Economia Monetária. Macroeconomia aberta. Demanda e Oferta Agregada e o Impacto das políticas monetária e fiscal sobre a Demanda Agregada.

TURNOS DISPONÍVEIS: Matutino Vespertino Noturno Integral

Sem.	Seq.	Cód. Disc.	Disciplinas	Mod.	Pré-Requisito(s)		Qtd.	Carga Horária				
					Disciplina(s)	Min. Cr.		Créd.	Teor.	Prát./Lab.	Ext.	TDE
1º	1	GRH01HB01T	DIREITO E ECONOMIA	HIB			4	50	0	0	30	80
1º	2	GPNCNSAIB1T	ECONOMIA, POLÍTICA E SOCIEDADE	HIB			4	50	0	0	30	80
1º	3	GRH01HB02T	FILOSOFIA POLÍTICA	HIB			4	50	0	0	30	80
1º	4	GPNGGHEC01T	EXTENSÃO - CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE	EXT			6	0	0	120	0	120
1º	5	GRH01HB03T	TEORIA DO ESTADO E DA CONSTITUIÇÃO	HIB			4	50	0	0	30	80
2º	6	GRH01HB05T	DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO	HIB			4	50	0	0	30	80
2º	7	GRH01HB06T	DIREITO CONSTITUCIONAL: HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS	HIB			4	50	0	0	30	80
2º	8	GRH01HB07T	DIREITO PENAL: TEORIA DO CRIME	HIB			4	50	0	0	30	80
2º	9	GPNGGHHB04T	RELAÇÃO: PRINCÍPIOS E VALORES	HIB			4	50	0	0	30	80
2º	10	GRH01HB08T	TEORIA DO DIREITO (IED)	HIB			4	50	0	0	30	80
3º	11	GRH01HB09T	DIREITO ADMINISTRATIVO: ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E AGENTES PÚBLICOS	HIB			4	50	0	0	30	80
3º	12	GRH01HB10T	DIREITO CIVIL: OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	HIB			4	50	0	0	30	80
3º	13	GRH01HB04T	DIREITO CONSTITUCIONAL: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO, DOS PODERES E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	HIB			4	50	0	0	30	80
3º	14	GRH01HB12T	DIREITO PENAL: TEORIA DA PENA	HIB			4	50	0	0	30	80
3º	15	GRH01HB13T	DIREITO PREVIDENCIÁRIO	HIB			4	50	0	0	30	80
4º	16	GRH01HB14T	DIREITO ADMINISTRATIVO: PROCESSO, CONTROLE E CONTRATOS	HIB			4	50	0	0	30	80
4º	17	GRH01HB15T	DIREITO CIVIL: CONTRATOS	HIB			4	50	0	0	30	80
4º	18	GRH01HB16T	DIREITO PENAL: CRIMES EM ESPÉCIE I	HIB			4	50	0	0	30	80
4º	19	GPNGGHHB03T	PROFISSÃO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	HIB			4	50	0	0	30	80
4º	20	GPNCNSAIB3T	RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS	HIB			4	50	0	0	30	80
5º	21	GRH01HB18T	DIREITO CIVIL: DIREITOS REAIS	HIB			4	50	0	0	30	80
5º	22	GRH01HB20T	DIREITO PENAL: CRIMES EM ESPÉCIE II	HIB			4	50	0	0	30	80
5º	23	GRH01HB21T	DIREITO PROCESSUAL CIVIL: TEORIA DO PROCESSO E PROCESSO DE CONHECIMENTO	HIB			4	50	0	0	30	80
5º	24	GRH01HB22T	DIREITO PROCESSUAL PENAL: INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PROCESSO DE CONHECIMENTO	HIB			4	50	0	0	30	80
6º	25	GPNGGHEC12T	EXTENSÃO - COOPERAÇÃO: HUMANISMO SOLIDÁRIO, REDES E COMUNIDADES	EXT			6	0	0	120	0	120
6º	26	GRH01HB23T	DIREITO CIVIL: FAMÍLIA E SUCESSÕES	HIB			4	50	0	0	30	80
6º	27	GRH01HB24T	DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PROCESSO NOS TRIBUNAIS	HIB			4	50	0	0	30	80
6º	28	GRH01HB25T	DIREITO PROCESSUAL PENAL: EXECUÇÃO E RECURSOS	HIB			4	50	0	0	30	80
6º	29	GRH01EC26T	EXTENSÃO - DIREITO ELEITORAL	EXT			6	0	0	120	0	120
7º	30	GRH01HB27T	DIREITO DO CONSUMIDOR	HIB			4	50	0	0	30	80
7º	31	GRH01HB28T	DIREITO EMPRESARIAL: TEORIA DA EMPRESA E DIREITO SOCIETÁRIO	HIB			4	50	0	0	30	80
7º	32	GRH01HB29T	DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO	HIB			4	50	0	0	30	80

7.8.2 Ementas e referências

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MANKIW, N G. Introdução à Economia. Tradução da 3ª edição Norte-Americana. Thomson Pioneira. São Paulo. 2004. VASCONCELOS, Marco Antônio S. Introdução a Economia. São Paulo: Editora Atlas, 2012. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual. Núcleo de Formação Básica da Escola. Introdução à Economia. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2016.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BESANKO, DAVID e BRAEUTIGAM, RONALD R. Microeconomia. Rio de Janeiro: LTC, 2004. GREMAUD, Amauri Patrick; MOTOYA DIAS, Maria Dolores; AZEVEDO, Paulo Furquim; e TONETO JÚNIOR, Rudinei. Introdução a Economia. São Paulo: Editora Atlas, 2007. MANSFIELD, E. e Yoke G. Microeconomia. São Paulo. Ed. Saraiva. 2006. NEVES, Silvério das. Introdução à economia - 11ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2012. STIGLITZ, J & WALSH, C. Introdução à Microeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

GPNCHSAHB1T - ECONOMIA, POLÍTICA E SOCIEDADE

1-EMENTA

Economia e Política como aspectos fundamentais da vida em sociedade. Conceitos básicos de Economia: escassez, incerteza, racionalidade instrumental, custo oportunidade, oferta, demanda, demanda agregada. Noções de economia política e política econômica. A Teoria Política e sua influência na constituição da democracia contemporânea. Origem e formação do Estado. Estrutura política e organizacional do Estado. Sociedade, classes sociais e poder. A relação entre economia e política e seus impactos sobre a sociedade.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOBBIO, Norberto. A teoria das formas de governo. 10. ed. Brasília, DF: Editora UnB, 2001. 179 p. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 33. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2018. ISBN 9788502638617. MANKIW, N. Gregory. Introdução à economia. 4. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, c2020. xxxi, 686 p. ISBN 9788522127917.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Tradutor). Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2012. 173 p. (Coleção Pensamento Crítico; 69) ISBN 9788577530175 MELO, Débora Sinflorio da Silva. Ciência política e teoria geral do estado. Porto Alegre SAGAH 2017 1 recurso online ISBN 9788595021891. QUINTANEIRO, Tânia. Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2002. 159 p. ISBN: 85-7042-317-3. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Economia micro e macro. 6. São Paulo Atlas 2015 1 recurso online ISBN 9788597003505. WEBER, Max. Conceitos sociológicos fundamentais. 2. São Paulo Grupo Almedina 2018 1 recurso online (Biblioteca 70). ISBN 9789724422534.

GRH01HB02T - FILOSOFIA POLÍTICA

1-EMENTA

O que é filosofia política. Teorias clássicas: a experiência da polis: Platão e Aristóteles; o Estado soberano: Maquiavel e Hobbes; o governo constitucional: John Locke; a democracia: Rousseau e Tocqueville. Teorias políticas contemporâneas.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNNINGHAM, Frank. Teorias da democracia uma introdução crítica: debates contemporâneos. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009. KYMLICKA, Will. Filosofia política contemporânea. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2006. MACKENZIE, Iain. Política. Conceitos-Chave em Filosofia. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BONJUOUR, L.; BAKER, A. Filosofia: textos fundamentais comentados. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos: Ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe: escritos políticos. Coleção OS Pensadores. São Paulo, SP: Nova Cultural, c1999. RAWLS, John. Uma teoria da justiça. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002. TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. 4. ed. Belo Horizonte, MG: Itatiaia, 1998.

GPNFGHEC01T - EXTENSÃO - CIÊNCIA, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE

1-EMENTA

Estudo dos fundamentos da Ciência e da História do Conhecimento. Abordagem interdisciplinar dos componentes curriculares do semestre. Contribuições teóricas e práticas da elaboração em projetos interdisciplinares de pesquisa e intervenção social colaborativos, considerando as seguintes etapas: análise de contexto social e identificação de um problema; definição do problema de pesquisa e levantamento de hipóteses; construção do marco teórico; definição da metodologia e da proposta de intervenção/solução do problema.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FOUREZ, Gérard. A Construção das Ciências: introdução à Filosofia e à Ética das ciências. São Paulo, SP: Unesp, 1995. HÜHNE, Leda M. (Org.). Metodologia Científica. Caderno de textos e técnicas. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Agir, 2000. LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de Metodologia Científica. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 1991.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Celicina Borges. Metodologia Científica ao Alcance de Todos. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2018. E-book. CARVALHO, M. C. R. (coord.). Manual para apresentação de trabalhos acadêmicos da Universidade Católica de Brasília. 13. ed. Brasília, DF: Universidade Católica de Brasília, 2020. ESTRELA, Carlos. Metodologia Científica: ciência, ensino, pesquisa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. E-book.

GRH01HB03T - TEORIA DO ESTADO E DA CONSTITUIÇÃO

1-EMENTA

Elementos do Estado. Tipos de Estado. Estado de Direito. Poder. Divisão e Equipotencial dos Poderes. Limitações do Poder. Mecanismos de controle. Regimes Políticos. Formas de Governo. Sistemas de Governo. Partidos e Representação política. Movimento Sociais. Direitos Humanos e Estado. Constituição: conceitos formal e jurídico, sociológico, político e jurídico. Classificação das Constituições e supremacia constitucional. Constituições brasileiras. Poder Constituinte: conceitos, espécies limitações. Elementos das constituições.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAVIDES, Paulo. Ciência política. 19. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2012. MALUF, Sahid. Teoria geral do estado. 29. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. ([E-book]. MENEZES, Aderson de. Teoria geral do estado. 8. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1996. BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 24. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2009. MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2009. BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 10. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 32. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. DIAS, Reinaldo. Ciência Política. São Paulo, SP: Atlas, 2011. FILOMENO, José Geraldo Brito. Manual de teoria geral do estado e ciência política. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2012. FRIEDE, Reis. Ciência política e teoria geral do estado. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2011. BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional e a efetividade de suas normas: Limites e possibilidades da constituição brasileira. 6. ed., atual. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2002. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 22. ed., atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2001. CHIMENTI, Ricardo Cunha; CAPEZ, Fernando; ROSA, Márcio Fernando Elias; SANTOS, Marisa Ferreira dos. Curso de direito constitucional. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 36. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2013. TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. 24. ed., rev., atual. São Paulo, SP.

GRH01HB05T - DIREITO CIVIL: TEORIA GERAL DO DIREITO PRIVADO

1-EMENTA

Pessoas naturais. Pessoas jurídicas. Domicílio. Bens. Ato. Fato jurídico. Negócio jurídico. Atos jurídicos lícitos e ilícitos. Prescrição e decadência. Prova do fato jurídico.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. 12. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. Código civil interpretado. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2004. DINIZ, Maria Helena. Curso de direito civil brasileiro, v. 1: teoria geral do direito civil. 39. São Paulo: Saraiva Jur, 2022. TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil, volume único. 12. Rio de Janeiro Método 2022.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Negócio jurídico: existência validade e eficácia. 4. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2002. CABRERA, Carlos Cabral; WAGNER JUNIOR, Luiz Guilherme da Costa; FREITAS JUNIOR, Roberto Mendes de. Direitos da criança, do adolescente e do idoso: doutrina e legislação. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2006. WALD, Arnoldo. Direito civil, v. 1 introdução e parte geral. 14. São Paulo Saraiva Uni 2015. MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil. 34. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2001. GOMES, Orlando. Introdução ao direito civil. 22. Rio de Janeiro Forense 2019.

GRH01HB06T - DIREITO CONSTITUCIONAL: HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS

1-EMENTA

Interpretação e Hermenêutica Constitucional, Princípios e Métodos informadores. Constituição da República de 1988: Preâmbulo e Princípios Fundamentais. Direitos e Garantias Fundamentais: Direitos e Deveres Individuais e Coletivos; Direitos Sociais; Nacionalidade; Direitos Políticos.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 24. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2009. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 36. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2013. CHIMENTI, Ricardo Cunha; CAPEZ, Fernando; ROSA, Márcio Fernando Elias; SANTOS, Marisa Ferreira dos. Curso de direito constitucional. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. MENDES, Gilmar Ferreira. Manual didático de direito constitucional/Gilmar Ferreira Mendes; João Trindade Cavalcante Filho. – 1. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021. (Série IDP - Linha Doutrina).

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 22. ed., atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2001. SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. 24. ed., rev., atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2012. PINHO, Rodrigo César Rebello. Teoria geral da Constituição e direitos fundamentais. 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. [E-book]. MIRANDA, Jorge. Teoria do Estado e da Constituição. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2009.

GRH01HB07T - DIREITO PENAL: TEORIA DO CRIME

1-EMENTA

Conceito, objeto, fontes e método do Direito Penal. Política Criminal e Criminologia. Evolução histórica do Direito Penal e das escolas penais. Teoria da norma penal. Classificação das normas penais. Princípios de Direito Penal. Interpretação da lei penal. Conflito aparente de normas. Aplicação da lei penal. Teoria do crime. Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade. Erros. Consumação e tentativa do crime. Concurso de pessoas.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. 21. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. 6. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. GRECO, Rogério. Curso de direito penal. 12. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2015.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Luiz Flávio; CUNHA, Rogério Sanches (Coord.). Ciências criminais. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2010. GRECO, Rogério. Código penal: comentado. 2. ed., rev. ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2009. JESUS, Damásio E. de. Direito penal. 20. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. NUCCI, Guilherme de Souza. Direito penal: parte especial. 2. ed. rev. amp. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2013. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro. 9. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2007.

GNPFGHHB04T - RELAÇÃO: PRINCÍPIOS E VALORES

1-EMENTA

Programa Propósito de Vida (Inspirações). Projeto de vida. Relacionamento do eu, outro, planeta e transcendente. História de vida. Fundamentos da ética. Felicidade. Espiritualidade Existencial. Consciência da Educação Superior. Competências acadêmicas. Habilidades educacionais.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOFF, L. Ética e moral. A busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes, 2003. FREIRE, P. Pedagogia da esperança. Um reencontro com a pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 1992. ROHR, F. Educação e espiritualidade. Contribuições para uma compreensão multidimensional da realidade, do homem e da educação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2013.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GARCIA, O. M. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. PEGORAGO, O. Ética dos maiores mestres através da história. 4. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2010

GRH01HB08T - TEORIA DO DIREITO (IED)

1-EMENTA

Conceito de Direito. Fundamentos do Direito. Fins do Direito (Metafísica do Direito). O Direito Natural. Fontes do Direito. Fontes Internacionais do Direito. Lacunas da lei. O Direito e a Segurança Jurídica. Relações do Direito com outras áreas do saber. Fundamentação epistemológica do Direito. Codificação no Direito Brasileiro. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Moral e Direito. Justiça e Equidade. Divisões do Direito (Ramos do Direito). Direito Público e Direito Privado. Sujeitos do Direito. Capacidade e Personalidade. Atos e Fatos jurídicos.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BETIOLI, Antônio Bento. Introdução ao direito. 11. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. [E-book]. NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 33. Ed., ver. E atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2003.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Luiz Otavio de Oliveira. Teoria geral do direito: de acordo com o código civil de 2002. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2006. DINIZ, Maria Helena. Compêndio de introdução à ciência do direito. 22. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. LOUREIRO, Luiz Guilherme. Curso completo de direito civil. 3. ed. São Paulo, SP: GEN-Método, 2010. NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 27. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2006.

GRH01HB09T - DIREITO ADMINISTRATIVO: ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS E AGENTES PÚBLICOS

1-EMENTA

Direito Administrativo: origem, objeto, conceito e princípios. O regime jurídico-administrativo. A organização administrativa. Terceiro setor (entidades paraestatais). Atividade administrativa. Poderes da Administração. Agentes Públicos: conceito, classificação, disposições constitucionais e legais, ética no serviço público. Atos administrativos: elementos, atributos, modalidades, extinção e convalidação. Serviços Públicos: fundamento constitucional, conceito, princípios aplicáveis à prestação do serviço público, classificação. Responsabilidade civil extracontratual do Estado.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 30ª ed., São Paulo, SP: GEN/Atlas, 2016 (E-book) DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29ª ed., São Paulo, SP: Forense, 2016. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 16ª ed., São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17ª ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 32ª ed., São Paulo, SP: Malheiros, 2015. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo. 16ª ed., São Paulo, SP: Forense, 2014. NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 6ª ed., São Paulo, SP: GEN/Atlas, 2016. SANTOS, Mauro Sérgio dos. Curso de direito administrativo. 2ª ed., Salvador, BA: JusPODIVM, 2016.

GRH01HB10T - DIREITO CIVIL: OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL

1-EMENTA

Introdução ao Direito das Obrigações. Teoria Geral das Obrigações. Princípios. A estrutura da relação obrigacional e seu conteúdo. Espécies de Obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e extinção das obrigações. Inadimplemento das obrigações. Cláusula Penal. Arras. Responsabilidade Civil Contratual e Extracontratual.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. 13. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. v. 2. TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil, volume único. 12. Rio de Janeiro Método 2022. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, v. 4 responsabilidade civil. 17. São Paulo Saraiva Jur 2022.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direito das obrigações. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2009. TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. Código Civil interpretado: conforme a Constituição da República. 2. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2007. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. 7. ed. atual. São Paulo, SP: Atlas, 2007. v. 2. WALD, Arnaldo. Direito civil. 20. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. v.2.. GAGLIANO, Pablo Stolze. Manual de direito civil volume único. 6. São Paulo Saraiva Jur 2021. TARTUCE, Flávio. Direito civil, v.2 direito das obrigações e responsabilidade civil. 17. Rio de Janeiro Forense 2022.

GRH01HB04T - DIREITO CONSTITUCIONAL: ORGANIZAÇÃO DO ESTADO, DOS PODERES E CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1-EMENTA

Organização do Estado: Organização Político-Administrativa; União; Estados Federados; Municípios; Distrito Federal e Territórios; Intervenção; Organização dos Poderes: Poder Legislativo; Poder Executivo; Poder Judiciário; Funções Essenciais à Justiça. Defesa de Estado e das Instituições Democráticas: Estado de Defesa e Estado de Sítio; Controle de Constitucionalidade. Teoria Geral do Controle de Constitucionalidade. Controle de Constitucionalidade na Constituição Federal de 1988. Controle Difuso e Controle Concentrado.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BONAVIDES, Paulo. Curso de direito constitucional. 24. ed., atual. e ampl. São Paulo, SP: Malheiros, 2009. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de direito constitucional. 7. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. (e-book) SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 36. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2013. SARLET, Ingo Wolfgang. Curso de Direito Constitucional. 11 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DANTAS, Ivo. Direito constitucional comparado: introdução, teoria e metodologia. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2006. CANOTILHO, José Joaquim Gomes. Comentários à Constituição do Brasil. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2018. MENDES, Gilmar Ferreira. Direitos fundamentais e controle de constitucionalidade: estudos de direito constitucional. 4. ed., rev. ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. MORAES, Alexandre de (Coord.). Os 20 anos da constituição da república federativa do Brasil. São Paulo, SP: Atlas, 2009. TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional. 24. ed., rev., atual. São Paulo, SP: Malheiros, 2012. BARROSO, Luís Roberto; MELLO, Patrícia Perrone Campo (colab). O controle de constitucionalidade no direito brasileiro: exposição sistemática da doutrina e análise crítica da jurisprudência. 9 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022.

GRH01HB12T - DIREITO PENAL: TEORIA DA PENA

1-EMENTA

Princípios, classificação e aplicação da pena. Sistema penal alternativo e penas substitutivas. Concurso de crimes. Erro na execução e resultado diverso do pretendido. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Reabilitação. Medidas de Segurança. Ação penal. Causas extintivas da punibilidade. Ações constitucionais penais: habeas corpus.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. 21. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. GRECO, Rogério. Curso de direito penal. 12. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2015. JESUS, Damásio E. de. Direito penal. 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. v. 1.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal. 15. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. MITTERMAIER, C. J. A.; HEINRICH, Herbert Wüntzel (Trad.). Tratado da prova em matéria criminal ou exposição comparada. 4. ed. Campinas: Bookseller, 2004. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: parte geral: parte especial. 8. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2012. PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro. 11. ed. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2013. v. 1. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro. 9. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

GRH01HB13T - DIREITO PREVIDENCIÁRIO

1-EMENTA

Direito Previdenciário no mundo e no Brasil. Seguridade Social no Brasil. Autonomia e fontes. Legislação. Regimes de previdência Social. Regime Geral de Previdência Social. Financiamento da Seguridade Social. Prestações de benefícios e serviços. Cálculo do valor dos benefícios do RGPS. Tempo de Contribuição. Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais. Custos da previdência social. Processo Administrativo Previdenciário. Processo Judicial Previdenciário. Regimes Próprios de Previdência Social. Crimes contra a previdência social. A atual administração da previdência. Previdência privada. Previdência social rural.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. 16. ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011. TAVARES, Marcelo Leonardo. Direito previdenciário: regime geral de previdência social e regimes próprios de previdência social. 13. ed., rev. atual. Niterói, RJ: Impetus, 2011. HUBACK, Kerlly. Manual de Direito Previdenciário. 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Grupo GEN, 2012. [E-book]. CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de direito previdenciário. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BALERA, Wagner. Noções Preliminares de direito previdenciário. São Paulo: Quartier Latin, 2004. MARTINEZ, Wladimir Novaes. Princípios de direito previdenciário. 3.ed São Paulo, SP: LTr, 1995. LENZA, Pedro. Direito previdenciário esquematizado. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. [E-book]. GONÇALES, Odonel Urbano. Manual de direito previdenciário: Acidentes de trabalho. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2002. MONTEIRO, Antônio Lopes. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais. 10. São Paulo: Saraiva, 2020. ALENCAR, Hermes Arrais. Cálculo de Benefícios Previdenciários. Teses revisionais. 12. São Paulo, Saraiva Jur, 2022. STUCHI, Victor. Comentários sobre a nova Previdência. Rio de Janeiro: Método, 2020.

GRH01HB14T - DIREITO ADMINISTRATIVO: PROCESSO, CONTROLE E CONTRATOS

1-EMENTA

Controle da Administração Pública. Licitações Públicas. Contratos Administrativos. Bens públicos. Intervenção do Estado na propriedade e no domínio econômico. Processo administrativo. Improbidade Administrativa.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 29ª ed., São Paulo, SP: Forense, 2016. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 32ª ed., São Paulo, SP: Malheiros, 2015. PIRES, Antônio Cecílio Moreira. Direito administrativo. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. [E-book]. JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 16. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. 30. ed. São Paulo, SP: GEN/Atlas, 2016. [E-book]. GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Curso de direito administrativo. 16ª ed., São Paulo, SP: Forense, 2014. NOHARA, Irene Patrícia. Direito Administrativo. 6. ed. São Paulo, SP: GEN/Atlas, 2016. SANTOS, Mauro Sérgio dos. Curso de Direito Administrativo. 2 ed., rev. e ampl. Salvador, BA: JusPODIVM, 2016.

GRH01HB15T - DIREITO CIVIL: CONTRATOS

1-EMENTA

Teoria geral dos contratos. Crise da teoria clássica dos contratos. Estágio atual dos contratos. Contratos típicos e atípicos. Responsabilidade Civil contratual.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo curso de direito civil. 8. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. v. 4, tomos 1 e 2. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil. 12. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. v. 3. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil: contratos. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. [E-book]. GOMES, Orlando. Contratos. 28. Rio de Janeiro Forense 2022.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro: contratos e atos unilaterais. 9. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. v. 3. NEGREIROS, Teresa. Teoria do contrato: novos paradigmas. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2006. QUEIRÓZ, Mônica Cristina. Direito civil: parte geral do direito civil e teoria geral dos contratos. São Paulo, SP: Atlas, 2010. RIZZARDO, Arnaldo. Contratos. 20. Rio de Janeiro Forense 2021. WALD, Arnaldo. Direito Civil. 18. ed., ref. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 3. TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil, volume único. 12. Rio de Janeiro Método 2022.

GRH01HB16T - DIREITO PENAL: CRIMES EM ESPÉCIE I

1-EMENTA

Teoria geral da parte especial do Código Penal. Crimes contra a pessoa. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra o sentimento religioso e respeito aos mortos. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a organização do trabalho. Crimes contra a família.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal: Parte especial. Dos crimes contra a pessoa. 13. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. v. 2 CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal: Parte Especial. Vol. 2, 15 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal. Vol. II. 9 ed., rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2013.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Dos crimes contra a pessoa. 18. São Paulo: Saraiva, 2014. [Ebook]. JESUS, Damásio Evangelista de. Direito Penal – Parte Especial: Crimes contra a pessoa e dos crimes contra o patrimônio. Vol. 3. 33 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. MASSON, Cleber. Código Penal comentado. Rio de Janeiro: Método, 2015. [Ebook]. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. 11 ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015. PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal brasileiro. V. 2. 11 ed., rev., atual e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013.

GPNFGHHB03T - PROFISSÃO: COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

1-EMENTA

Programa Propósito de Vida (Proposições). Qualificação profissional. Ética profissional. Felicidade do bem viver e bem-estar. Espiritualidade profissional. Hard and Soft Skills. Criatividade. Inovação. Empreendedorismo. Liderança.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TORRES, J.C.B. (Coord.).?Manual de ética: questões de ética teórica e aplicada.?Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. ZABALA, A.?Métodos para ensinar competências.?Porto Alegre Penso 2020 (recurso online).

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBIERI, J.C..?Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável.?3ª ed. São Paulo Saraiva 2017 (recurso online). SÁ, A.L. de.?Ética profissional.?10. Rio de Janeiro Atlas 2019 (recurso online).

GNCHSAHB3T - RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS

1-EMENTA

Conceitos fundamentais. Relações Governamentais. Relações Institucionais. Lobby. Advocacy. Políticas Públicas. Instituições Democráticas. Sistema Partidário. Relação Executivo-Legislativo. Comportamento Eleitoral. Processo Legislativo. Modelos de tomada de decisão. Novas formas de Participação Política. Mecanismos de Pressão. Grupos de Pressão e Tecocracia. Análise Política. Interação entre Política e Negócios. Defesa de interesse em âmbito Internacional. Ética e exercício da demanda política.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EASTON, David. Modalidades de Análise Política. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1970. GALAN, Gilberto. Relações Governamentais & Lobby: aprendendo a fazer. São Paulo, SP: Associação Brasileira de Comunicação Empresarial, c2012. HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Coord.). Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2007.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Regimento Interno da Câmara dos Deputados [recurso eletrônico]: aprovado pela Resolução n. 17 de 1989 e alterado até a Resolução n. 12 de 2019. 21. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020. Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br/regimento-interno-21>. Acesso em: 12 maio.2021. BRASIL. Congresso Nacional. Senado Federal. Regimento Interno do Senado Federal. Vol. I. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/regimento-interno>. Acesso em: 12 maio.2021. CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. 50. São Paulo: Atlas, 2021. 1 recurso online ISBN 9788597027464. SECCHI, Leonardo.?Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções. São Paulo: Cengage Learning, 2016. 1 recurso online ISBN 9788522125470. VOBKUHLE, Andreas. Defesa do Estado Constitucional Democrático em Tempos de Populismo. São Paulo, SP: Saraiva, 2020. 1 recurso online (IDP). ISBN 978655592245.

GRH01HB18T - DIREITO CIVIL: DIREITOS REAIS**1-EMENTA**

Direito das coisas. Objeto em geral do Direito das Coisas e suas modalidades. Bens excluídos por indisponibilidade absoluta e relativa. Posse. Conceituação e natureza da posse e a sua evolução no direito antigo e moderno. Classificação de posse e suas modalidades. Efeitos da posse. Proteção possessória. Comosse. Função social da Posse. Propriedade e domínio em geral. Aquisição e perda da propriedade móvel. Propriedade imóvel. Aquisição da propriedade pelo registro. Perda da propriedade. Condomínio. Aquisição e perda da propriedade móvel. Propriedade imóvel. Função social da propriedade. Direito de vizinhança. Proteção do direito de propriedade. Direitos reais limitados de fruição. Direito real de aquisição.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, Orlando. Direitos reais. 21. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2012. MONTEIRO, Washington de Barros. Curso de direito civil 3: direito das coisas. 42. ed. São, Paulo, SP: Saraiva, 2011. (e-book). TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil, volume único. 12. Rio de Janeiro Método 2022. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro, v. 5: direito das coisas. 18. São Paulo: Saraiva Jur, 2023.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GAGLIANO, Pablo Stolze. Manual de direito civil volume único. 6. São Paulo Saraiva Jur 2021. VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil, v. 4 direitos reais. 22. São Paulo Atlas 2022. LÔBO, Paulo. Direito civil, v. 4 coisas. 7. São Paulo Saraiva Jur 2022 PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil. 25. ed Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2012. v. 2. CÓDIGO civil comentado doutrina e jurisprudência: Lei n. 10.406, de 10.01.2002. 16. Barueri Manole 2022. TARTUCE, Flávio. Manual de direito civil, volume único. 12. Rio de Janeiro Método 2022.

GRH01HB20T - DIREITO PENAL: CRIMES EM ESPÉCIE II**1-EMENTA**

Parte Especial: Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes contra a administração pública. Legislação Especial: Crimes da legislação extravagante: Genocídio (Lei nº 2.889/56). Tráfico ilícito de entorpecentes (Lei nº 11.343/2006). Crimes contra as relações de consumo (Lei nº 8.137/90). Estatuto do desarmamento (Lei nº 10.826/2003). Crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90). Crimes contra o meio ambiente (Lei nº 9.605/98). Abuso de autoridade (Lei nº 13.869/19). Crimes contra a ordem econômica e tributária (Lei nº 8.137/90). Crimes contra o Sistema Financeiro (Lei nº 7.492/86). Crimes de Trânsito (Lei nº 9.503/97). Contravenções Penais (Decreto-Lei nº 3.688/41). Crimes eleitorais. Crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). Racismo (Lei nº 7.716/89).

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Álvaro Mayrink da. Direito penal: parte especial. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2010. v. 6 e 7. [E-book]. MORAES, Alexandre de; SMANIO, Gianpaolo Poggio. Legislação penal especial. São Paulo, SP: Atlas, 2002. NUCCI, Guilherme de Souza. Leis penais e processuais penais comentadas. 6. ed., rev., reform. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2012.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAPEZ, Fernando. Curso de direito penal: parte especial: dos crimes contra a dignidade sexual a dos crimes contra a administração pública: arts. 213 a 359-H. 13. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. v. 3. GOMES, Luiz Flavio. Lei das Armas de Fogo. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2002. GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. Crimes Hediondos. Tóxicos, Terrorismo, Tortura. São Paulo, SP: Saraiva, 2002. MASSON, Cleber. Direito Penal Esquemático – Parte Especial (arts. 213 – 359-H). V. 3. 3 ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Método, 2013.

GRH01HB21T - DIREITO PROCESSUAL CIVIL: TEORIA DO PROCESSO E PROCESSO DE CONHECIMENTO

1-EMENTA

Formas Históricas de Solução de Conflitos. Jurisdição, Ação e Processo. O Direito de Ação. Condições da Ação e Pressupostos Processuais. Princípios Constitucionais do Processo e Princípios do Direito Processual. Meios Extrajudiciais de Solução de Conflitos. Normas processuais. Função Jurisdicional. Sujeitos do Processo. Intervenção de Terceiros. Litisconsórcio. Processo. Processo de Conhecimento. Procedimento Ordinário. Fase Postulatória. Fase Saneadora. Fase Instrutória. Noções de Sentença. Tópicos especiais.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. Vol. I, 56ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 2015. DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: introdução ao direito processual civil e processo de conhecimento: volume 1. 19. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. DIDIER JÚNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de direito processual civil: teoria da prova, direito probatório, decisão, precedente, coisa julgada e tutela provisória: volume 2. 12. ed. rev., ampl. e atual. Salvador: JusPodivm, 2017. MEDINA, José Miguel Garcia. Direito Processual Civil Moderno: de acordo com a lei 13.256/2016 (reforma do novo CPC). 2 ed. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

THEODORO JUNIOR, Humberto; OLIVEIRA, Fernanda Alvim Ribeiro de; e NORATO, Ester Camila Gomes. Primeiras Lições de Direito Processual Civil. Rio de Janeiro: Forense. 2015. RIBEIRO, Marcelo. Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral e Processo de Conhecimento. Rio de Janeiro: Forense; SP: Método, 2015. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Volume Único. Editora Método. 7. ed. 2015. WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, et. al., coordenadores. Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. RIBEIRO, Marcelo. Curso de Direito Processual Civil: Teoria Geral e Processo de Conhecimento. RJ: Forense; SP: Método, 2015. THEODORO JÚNIOR, Humberto; NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Volume Único. Editor Método. 7ª edição. 2015. MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Novo Curso de Processo Civil. 2 ed., rev., e atual. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2016.

GRH01HB22T - DIREITO PROCESSUAL PENAL: INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E PROCESSO DE CONHECIMENTO

1-EMENTA

Do processo penal em geral e do direito de punir do Estado. Sistemas Processuais. Princípios Constitucionais e Processuais Penais. A investigação penal e o Inquérito policial. Condições da ação penal e suas espécies. Ação civil ex delicto. Sujeitos processuais: o Juiz, o Ministério Público e o Advogado. Competência. Das questões prejudiciais e dos processos incidentes. Teoria geral da prova. Das Provas em Espécie. Interceptação Telefônica (Lei n. 9.296/96). Das provas ilícitas. Prisões cautelares e liberdade provisória. Audiência de Custódia. Processo e Procedimento. Formas procedimentais: procedimento comum; sumário; sumaríssimo da Lei nº 9.099/95 e Tribunal do Júri. Outros procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal e na legislação extravagante. Processos de competência dos Tribunais Superiores. Da sentença penal.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 11. ed. São Paulo, SP, Saraiva 2015. [E-book] LOPES Jr., Aury. Direito processual penal. 12. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. [E-book] OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. 18. ed. São Paulo, Atlas, 2014. [E-book]. CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 29. São Paulo Saraiva Jur 2022.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, Alexis Couto de. Processo penal brasileiro. 2. São Paulo: Atlas, 2014. CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. O processo penal em face da Constituição: princípios constitucionais do processo penal. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1998. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. NUCCI, Guilherme de Souza. Princípios constitucionais penais e processuais penais. 3. ed. São Paulo, SP: Editora Revista dos Tribunais, 2013. RANGEL, Paulo. Direito processual penal. 18. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2011. MOUGENOT, Edilson. Curso de processo penal. 13. São Paulo Saraiva 2018. REIS, Alexandre Cebrian Araújo. Processo penal procedimentos, nulidades e recursos. 20. São Paulo Saraiva 2020.

GPNFGHEC12T - EXTENSÃO - COOPERAÇÃO: HUMANISMO SOLIDÁRIO, REDES E COMUNIDADES

1-EMENTA

Programa Propósito de Vida (Atuação comunitária). Ética comunitária. Felicidade comunitária. Aprendizagem participativa. Inserção, responsabilidade e compromisso social. Ecologia Integral. Exercício da cidadania. Atuação profissional comunitária.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 49. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2014. JONAS, H. O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro, RJ; Contraponto, 2006. SUNG, J. M.; SILVA, J. C. Conversando sobre Ética e sociedade. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

JONAS, H. O Princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. LEITE, M. B. A questão da dimensão ética em ser e tempo [recurso eletrônico]. 2. São Paulo: Blucher, 2017.

GRH01HB23T - DIREITO CIVIL: FAMÍLIA E SUCESSÕES

1-EMENTA

Do Direito de Família. Do casamento. Dos impedimentos e Causas suspensivas matrimoniais. Dos efeitos jurídicos do casamento. Dos regimes de bens entre os cônjuges. Da dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Das Relações de Parentesco. Da filiação. Do reconhecimento de filhos. Da adoção. Do poder familiar. Dos alimentos. Da união estável. Da Tutela. Da Curatela. Herança Jacente e Vacância. Capacidade para suceder. Indignidade. Sucessão legítima. Vocação Hereditária. Direito de representação. Herdeiros necessários. Sucessão Testamentária. Capacidade para dispor em testamento e para receber. Formas Ordinárias de Testamento. Testamentos especiais. Codicilo. Disposições testamentárias em geral. Legados. Substituições. Direito de Acrescer entre herdeiros e legatários. Redução das disposições testamentárias. Revogação dos testamentos. Colação. Deserdação. Do Inventário. Da Partilha. Sonegados e sobrepilha. Garantia dos quinhões hereditários. Responsabilidade Civil no âmbito do Direito das

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Estatuto da família de fato: de acordo com o novo código civil - lei nº 10.406, de 10/01/2002. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2011. RODRIGUES, Sílvio. Direito civil. 29. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2003. v. 7. VENOSA, Sílvio de Salvo; RODRIGUES, Cláudia. Direito civil. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. MADALENO, Rolf. Direito de Família. Disponível em: Minha Biblioteca, (12th edição). Grupo GEN, 2022.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMORIM, Sebastião Luiz; OLIVEIRA, Euclides Benedito de. Inventários e partilhas: direito das sucessões: teoria e prática. 22. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: LEUD - Livraria e Editora Universitária de Direito, 2009. AZEVEDO, Álvaro Villaça (Coord.). Código civil comentado: parte especial do direito de família. São Paulo, SP: Atlas, 2003. v. 19 [E-book] CABRERA, Carlos Cabral. Direitos da criança, do adolescente e do idoso: doutrina e legislação. Belo Horizonte, MG: Del Rey, 2006. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito civil. 7. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. v. 5 - Família e sucessões. GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito civil brasileiro. 8. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. (v. 7 - Direito das sucessões).

GRH01HB24T - DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PROCESSO NOS TRIBUNAIS

1-EMENTA

Tutelas Provisórias. Processo nos Tribunais e os Meios de Impugnação das Decisões Judiciais.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSIS, Araken de. Manual dos Recursos. São Paulo, RT, 2018. GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios Novo curso de direito processual civil, processos nos tribunais e meios de impugnação das decisões: volume 3 / Marcus Vinicius Rios Gonçalves. 9. ed. de acordo com o Novo Código de Processo Civil – Lei n. 13.105, de 16-3-2015 – São Paulo Saraiva, 2016. DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil: meios de impugnação às decisões judiciais e processo nos tribunais: volume 3. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2017. Câmara, Alexandre F. O Novo Processo Civil Brasileiro. Disponível em: Minha Biblioteca, (8th edição). Grupo GEN, 2022.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CIANCI, Mirna, et al. Novo Código de Processo Civil: Impactos na Legislação Extravagante e Interdisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2016. V. 2. GRECO, Leonardo. Instituições de processo civil: recursos e processos da competência originária dos tribunais. Rio de Janeiro: Forense, 2015. V. 3.

GRH01HB25T - DIREITO PROCESSUAL PENAL: EXECUÇÃO E RECURSOS

1-EMENTA

Nulidades. Teoria Geral dos Recursos. Recursos em Espécies: Recurso em Sentido Estrito. Apelação. Embargos de Declaração. Embargos Infringentes e de Nulidades. Agravo em Execução. Carta Testemunhável. Recurso Ordinário Constitucional. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Revisão Criminal. Habeas Corpus. Mandado de Segurança. Do objeto e da Aplicação da Lei de Execução Penal. Direitos do Reeducando. Dos órgãos da Execução Penal. Dos Estabelecimentos Penais e do Pessoal Prisional. Da Execução das Penas em Espécies. Das Autorizações de Saída. Do Livramento Condicional. Incidentes da execução. Detração. Noções de Direito Processual Penal Militar.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRECO FILHO, Vicente. Manual de processo penal. 11. ed. São Paulo, SP, Saraiva 2015. [E-book] OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de processo penal. 16. ed., atual. São Paulo, SP: Atlas, 2012. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. 16. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 29. São Paulo Saraiva Jur 2022.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRUDA, Rejane Alves de. Manual de direito processual penal. São Paulo: Saraiva, 2014. [Ebook]. CAMPOS, Walfredo Cunha. Tribunal do júri teoria e prática. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2015. LOBÃO, Célio. Direito processual penal militar: justiça militar federal e estadual. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2011. LOPES JR., Aury. Direito processual penal. 11. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 12. Rio de Janeiro, Forense, 2015. NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Militar comentado. 3. Rio de Janeiro Forense 2019. REIS, Alexandre Cebrian Araújo. Processo penal procedimentos, nulidades e recursos. 20. São Paulo Saraiva 2020. PEDRINA, Gustavo Mascarenhas Lacerda (Org.). Habeas corpus no Supremo Tribunal Federal. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2019.

GRH01EC26T - EXTENSÃO - DIREITO ELEITORAL

1-EMENTA

Direito Eleitoral Brasileiro. Fontes e Conceitos. Direitos Políticos. Classificação. Alistamento Eleitoral. Elegibilidade: nacionalidade, plenitude do exercício dos direitos políticos, alistamento eleitoral, domicílio eleitoral, filiação partidária e idade mínima. Inelegibilidade: constitucionais e infraconstitucionais. Justiça Eleitoral: organização e competências. Ministério Público Eleitoral. Partidos Políticos. Sistemas Eleitorais. Alistamento. Elegibilidade e Inelegibilidade. Processo Eleitoral. Ações e Procedimentos Típicos Eleitorais.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 18ª Edição, Atlas: 2022 - Livro Eletrônico. FREITAS, Luciana Fernandes de. Direito eleitoral. Rio de Janeiro: Método, 2022 - Livro Eletrônico. ZILIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral. 9ª Edição, JusPodvm, 2023. VASCONCELOS, CLEVER; SILVA, Marco Antônio da. Direito Eleitoral. 3 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2022 - Livro Eletrônico.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de direito processual civil: volume único. 8. ed. Salvador, BA: JusPODIVM: 2016. MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de direito constitucional. 15. ed. São Paulo Saraiva: 2020. LENZA, Pedro. Direito constitucional. 26 ed. São Paulo Saraiva Jur: 2022.

GRH01HB27T - DIREITO DO CONSUMIDOR

1-EMENTA

Evolução e fundamentos do direito do consumidor. Política nacional das relações de consumo. Princípios constitucionais e infraconstitucionais aplicados à relação de consumo. A relação jurídica de consumo. A hermenêutica nas relações de consumo e o diálogo das fontes. A proteção ao consumidor e às práticas comerciais. Responsabilidade civil do fornecedor. Proteção contratual. Bancos de dados e informações positivas. Superendividamento do consumidor. Nova contratualística. A tutela do consumidor em juízo. Desconsideração da Personalidade Jurídica no CDC. As sanções administrativas e criminais previstas no Código de Defesa do Consumidor. Tutela coletiva do consumidor. Dano moral coletivo. Jurisprudência atualizada do Superior Tribunal de Justiça.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antônio Herman V.; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao código de defesa do consumidor. 3. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010. NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Curso de direito do consumidor. 10. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. TARTUCE, Flávio. Manual de direito do consumidor. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2013. [E-book].

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, João Batista de. A proteção jurídica do consumidor. 7. ed., ver. E atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de direito do consumidor. 3. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2010. CARVALHO, José Carlos Maldonado de. Direito do consumidor: fundamentos doutrinários e visão jurisprudencial. 5. Ed., ver. E ampl. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2012.

GRH01HB28T - DIREITO EMPRESARIAL: TEORIA DA EMPRESA E DIREITO SOCIETÁRIO

1-EMENTA

Teoria Geral do Direito Empresarial. Evolução histórica. Autonomia do Direito Empresarial. Fontes. Teoria dos atos de comércio. Teoria da empresa. Caracterização do empresário. Estabelecimento empresarial. Agentes auxiliares da empresa. Nome empresarial. Registro mercantil. Aquisição e desconsideração da personalidade jurídica. Propriedade Industrial. Microempresa e empresa de pequeno porte. Teoria geral do direito societário. Sociedades em espécie. EIRELI. Teoria Geral dos Títulos de Crédito. Classificação dos Títulos de Crédito. Princípios dos Títulos de Crédito. Atos cambiais: endosso, aval, aceite e prescrição. Ações cambiais. Principais Títulos de Créditos: Letra de Câmbio, Nota Promissória, Cheque e Duplicatas. Títulos impróprios. Teoria Geral dos Contratos. Contratos Mercantis. Direito Falimentar. Falência. Recuperação Judicial e Recuperação Extrajudicial.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

REQUIÃO, Rubens. Curso de direito comercial. 29. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial: direito de empresa. 18. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014. v. RAMOS, André Luiz Santa Cruz. Direito Empresarial Esquemático. 4 ed., Rio de Janeiro, RJ: Grupo GEN, 2013. [E-book].

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAMEDE, Gladson. Direito empresarial brasileiro: empresa e atuação empresarial. v.1, 7 ed., São Paulo, SP: Atlas. 2013. [E-book] FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de direito comercial. 10. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. MARTINS, Fran. Curso de direito comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio. 35. Ed. Rio de Janeiro, RJ: GEN: Forense, 2012. TOMAZETTE, Marlon. Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário. 5. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. [E-book]. NEGRÃO, Ricardo. Direito empresarial: estudo unificado. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. [E-book].

GRH01HB29T - DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

1-EMENTA

Teoria do Direito do Trabalho. História. Conceito de Direito do Trabalho. Divisões. Autonomia e natureza jurídica Direitos do trabalhador. Origem e aspectos históricos. Direito Internacional do Trabalho. Direito Individual do Trabalho. Fontes. Princípios. Interpretação e aplicação do Direito do Trabalho Público. Relações entre o Direito do Trabalho e outras ciências e ramos do direito. Elaboração, classificação e hierarquia das normas jurídicas trabalhistas. Eficácia da lei trabalhista no tempo e no espaço. O empregado: conceito legal, distinção entre empregado, autônomo, eventual, avulso sindicalizado, temporário, estagiário. Espécies de trabalhadores. Relação de emprego. O Empregador: Conceito legal, grupos de empresas. (solidariedade/subsidiariedade). Poder de direção do empregador. A microempresa. Despersonalização do empregador. Contrato de trabalho: conceito, espécies, alteração, suspensão, interrupção e extinção. Tendências atuais do contrato de trabalho (flexibilização, teletrabalho, trabalho intermitente, terceirização etc.). Verbas rescisórias. Empregador. Condições de trabalho. Duração do trabalho. Períodos de descanso. Remuneração. Horas extraordinárias. Dano extrapatrimonial. Acidente de trabalho. Estabilidades. FGTS. Acordo de prorrogação e compensação. Férias: aquisição, duração, gozo, perda, faltas ao serviço, proporcionais, abono. Salário: conceito, proporcionalidade, irreduzibilidade, gratificações, equiparação. Aviso-prévio. Extinção do contrato de trabalho e

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Curso de direito do trabalho. 12ª. Ed. 2018. São Paulo, SP. Forense. JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Manual de direito do trabalho. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2004. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho. 24. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALVO, Adriana. Manual de direito do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013. [E-book]
CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Atlas, 2015.
MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho: relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho. 9ª. Ed. Saraiva, São Paulo, SP: Saraiva, 2018.
PINTO, José Augusto Rodrigues. Tratado de Direito Material do Trabalho. São Paulo, SP: LTr, 2007.
SARAIVA, Renato. Direito do Trabalho. São Paulo, SP: Editora Método, 2013.
RESENDE, Ricardo. Direito do Trabalho. 8 ed. Rio de Janeiro: Método, 2020.
RENZETTI, Rogério. Manual de Direito do Trabalho. 6 ed. Rio de Janeiro: Método: 2021.

GRH01HB30T - DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS, EXECUTIVOS E ACAUTELATÓRIOS

1-EMENTA

Tutelas Provisórias. Urgência e Evidência. Cumprimento de Sentença e Execução. Teoria Geral da Execução. Pressupostos/requisitos. Elementos subjetivos e Objetivos. Títulos Executivos. Responsabilidade Patrimonial. Procedimentos executivos. Oposição à pretensão executiva. Suspensão e Extinção da Execução. Procedimentos Especiais.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSIS, Araken de. Manual da Execução. São Paulo: RT, 2018.
DIDIER JÚNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. Curso de direito processual civil: execução: volume 5. 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2017.
THEODORO JÚNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil: volume III: execução forçada, processos nos tribunais, recursos, direito intertemporal. 50. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.
CÂMARA, Alexandre F. O Novo Processo Civil Brasileiro. Disponível em: Minha Biblioteca, (8th edição). Grupo GEN, 2022.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CIANCI, Mirna, et al. Novo código de processo civil: impactos na legislação extravagante e interdisciplinar. São Paulo: Saraiva, 2016. V. 2.
JUNIOR, Humberto T. Lei de execução fiscal. Disponível em: Minha Biblioteca, (13th edição). Editora Saraiva, 2016.

GRH01EC31T - EXTENSÃO - PRÁTICA JURÍDICA - FORMAS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

1-EMENTA

Introdução ao Direito Sistemico. Fundamentos do pensamento sistêmico. Teoria geral do Direito Sistemico. O Direito, a justiça, os sistemas humanos e os conflitos. Intervenções sistêmicas. Os sistemas familiares. Os sistemas extrafamiliares: organizações, empresas, instituições, órgãos governamentais e as nações. Dinâmicas psicojurídicas nas relações humanas. Intervenções sistêmicas e possibilidades na mediação e conciliação. Mediação. Conciliação. Arbitragem. As dinâmicas sistêmicas nas profissões jurídicas. O profissional do direito e as ordens da ajuda.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CÂMARA, Alexandre Freitas. Arbitragem: Lei nº 9.307/96. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2002. CARMONA, Carlos Alberto. Arbitragem e processo: um comentário a lei 9.307/96. 3. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Atlas, 2009. PEREIRA, Cesar A. Guimarães; TALAMINI, Eduardo. Arbitragem e Poder Público. 1. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. [E-book].

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COOLEY, John W.; LONCAN, René (Trad.). A advocacia na mediação. Brasília, DF: Editora UnB, 2001. ALMEIDA, Ricardo Ramalho. Arbitragem comercial internacional e ordem pública. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2005. MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição. 3. ed., rev. e atual. Porto Alegre, RS: Livraria do Advogado, 2008. LORENTZ, Lutiana Nacur. Métodos extrajudiciais de solução de conflitos trabalhistas: Comissão de conciliação prévia, termos de ajuste de conduta, mediação e arbitragem. São Paulo, SP: LTr, 2002. GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. Manual de arbitragem: doutrina, legislação, jurisprudência. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Método, 2007. SILVA, Luciana Aboim Machado Gonçalves D. Mediação de conflitos. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo GEN, 2013.

GRH01HB32T - DIREITO COLETIVO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

1-EMENTA

Segurança e Medicina do Trabalho. Estabilidade e garantias de emprego. Direito do Trabalho Coletivo: definição, autonomia, princípios, entes coletivos, instrumentos de negociação, sindicatos, formas de solução de conflitos e greve. Direito Processual do Trabalho. Princípios. Organização da Justiça do Trabalho. Competência. Partes e procuradores. Gratuidade de justiça. Honorários. Intervenção de terceiros. Ação trabalhista. Procedimentos. Prazos processuais. Audiência. Resposta do réu. Provas. Exceção e reconvenção. Réplica. Recursos. Liquidação de sentença. Execução. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Cálculos trabalhistas. Ação de consignação em pagamento. Impugnação aos cálculos. Embargos à execução. Ação rescisória.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HINZ, Henrique Macedo. Direito coletivo do trabalho. 2. São Paulo: Saraiva, 2008. JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Manual de direito do trabalho. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lumen Juris, 2004. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do Trabalho: doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 33. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012. LEITE, Carlos Henrique Bezerra Leite. Curso de direito processual do trabalho. 11. Ed. São Paulo, SP: Ltr, 2013.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho. 13. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2005. NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. OLIVEIRA, Francisco Antônio de. Execução na justiça do trabalho: doutrina, jurisprudência, súmulas e orientações jurisprudenciais. 6. ed. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2007. SARAIVA, Renato. Curso de direito processual do trabalho. 9. ed. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2012 [E-book]. CHIRMICI, Anderson. Introdução à segurança e saúde no trabalho. Rio de Janeiro, Guanabara: Koogan, 2016. SANTOS, Enoque Ribeiro dos. Negociação Coletiva de Trabalho. 3. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

GRH01HB33T - DIREITO FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO

1-EMENTA

Atividade financeira do Estado. Necessidades Públicas. Fenômeno financeiro. Direito Financeiro no Brasil. Receita Pública. Crédito Público. Despesa Pública. Orçamento Público. Controle e Fiscalização orçamentária. Controle Externo e Controle Interno. Tribunais de Contas. Responsabilidade Fiscal. Direito Tributário e suas relações com a Ciência das Finanças. Sistema Tributário Nacional. Tributação e Meio Ambiente. Tributo: acepções, conceito constitucional, definição legal e classificação. Competência tributária: espécies, características e repartição. Limitações constitucionais ao poder de tributar. Princípios Constitucionais Tributários. Imunidades Tributárias. Funções da Lei Complementar. Legislação tributária. Obrigação tributária. Crédito tributário. Garantias e privilégios do crédito tributário. Administração Tributária. Processo administrativo fiscal e Processo judicial tributário.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BALLEIRO, Aliomar. Uma introdução à Ciência das Finanças. Rio de Janeiro: Forense. CAMPOS, Dejalma de. Direito financeiro e orçamentário. São Paulo: Atlas. CRUZ, Flávio da, et al. Comentários à Lei 4.320. São Paulo: Atlas. OLIVEIRA, Régis Fernandes de. Curso de Direito Financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais. NÓBREGA, Livânia Tavares. Direito financeiro. Brasília: Fortium. SCHOUERI, Luís Eduardo. Direito Tributário. 11 ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2021. CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 30 ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2015. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 32. Ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2011. BALLEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Atualizado por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2010. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 24. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Aldemário de Castro. Direito Tributário. 3ª ed. Brasília: Fortium, 2007. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. COELHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988: sistema tributário. 10. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2006. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2007. PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro Esquematizado, 3. Ed., Rio de Janeiro, RJ: Grupo GEN, 2012. [E-book]. BECHO, Renato Lopes. Lições de Direito Tributário – Teoria geral e constitucional, 1ª edição. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. [E-book]. SABBAG, Eduardo. Manual de direito tributário. 5 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. CONTI, José Maurício. Levando o direito financeiro a sério a luta continua. 2 ed. São Paulo: Blucher, 2018. NUNES, Cleucio. Curso Completo de Direito Processual Tributário. São Paulo: Saraiva, 2022.

GRH01HB17T - ESTUDOS DE DIREITOS HUMANOS

1-EMENTA

O processo de internacionalização dos Direitos Humanos. O Direito Internacional dos Direitos Humanos. O Direito Internacional Humanitário. O Direito Internacional dos Refugiados. Os sistemas regionais de proteção dos Direitos Humanos. O papel das organizações internacionais e sociedade civil na promoção e proteção dos Direitos Humanos. Concepção Multicultural de Direitos Humanos. As agendas internacionais de promoção e proteção dos direitos humanos. O panorama dos Direitos Humanos no Brasil.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANNONI, Danielle. Os Novos Conceitos do Novo Direito Internacional: cidadania, democracia e direitos humanos. Rio de Janeiro, RJ: América Jurídica, 2022. BOBBIO, Norberto. A era dos Direitos. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2004. GOMES, Luís Flávio; PIOVESAN, Flávia Cristina. O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos e o Direito Brasileiro. São Paulo, SP: ed. Revista dos Tribunais, 2000.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEZERRA, João Brígido. [et al]. Refúgio no Brasil: caracterização dos perfis sócio demográficos dos refugiados (1998-2014). Brasília, IPEA, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30866&catid=400&Itemid=424. Acesso em 11.maio.2021. GARCIA, Emerson. Proteção Internacional dos direitos humanos: breves reflexões sobre os sistemas convencional e não-convencional. 3. São Paulo: Atlas, 2015. PEREIRA, Gustavo Oliveira de Lima. Direitos Humanos e hospitalidade a proteção internacional para apátridas e refugiados. São Paulo: Atlas, 2014. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e o direito constitucional internacional. 18 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2018. TEIXEIRA, Carla Noura. Direito Internacional para o século XXI. São Paulo, SP: Saraiva, 2012.

GRH01ES35T - PRÁTICA CÍVEL

1-EMENTA

Diretrizes institucionais do Estágio Supervisionado. Articulação entre teoria e prática da área do conhecimento construído ao longo do curso. Ampliação do conhecimento e análise da realidade profissional e da atuação do profissional. Vivência assistida de situações práticas da profissão. Elaboração de registros escritos, relatórios e/ou projetos específicos. Prática forense e não forense civil real. Exercício profissional do advogado civilista. Atendimento e orientação jurídica às partes. Redação de peças processuais: da petição inicial ao cumprimento de sentença. Audiência judicial e sustentação oral. Mediação, Conciliação e Arbitragem. Acompanhamento processual.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Theodoro de; THEODORO, Ana Vitoria Mandim. Código de processo civil anotado. 19. Ed., ver., atual. E ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015. DIDIER JR., Fredie. Curso de direito processual civil. V. 1. 17. ed. Salvador, BA: Edições PODIVM, 2011. THAMAY, Renan Faria Krüger. Direito processual civil teoria geral do processo, processos de conhecimento, de execução, cautelar e procedimentos especiais. São Paulo, SP: Saraiva, 2015 [E-book]

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHACON, Luis Fernando Rabelo. Manual de prática forense civil. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. ALMEIDA, Diogo Assumpção Rezende de. A mediação no Novo Código de Processo Civil. Rio de Janeiro RJ: Forense, 2015, [E-book]. MACHADO JR., Dario Ribeiro. Novo Código de Processo Civil anotado e comparado. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2015, [E-book]. DONIZETTI, Elpídio. Novo Código de Processo Civil comentado Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015: análise comparativa entre o Novo CPC e o CPC/73. São Paulo, SP: Atlas, 2015, [E-book]. NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo CPC, Código de Processo Civil Lei 13.105/2015. 2. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2015, [E-book].

GRH01HB36T - PSICOLOGIA JURÍDICA

1-EMENTA

A interação entre o Direito e a Psicologia: considerações históricas e sociais. Fundamentos teórico-metodológicos e éticos da Psicologia aplicada ao Sistema de Justiça e de Garantia de Direitos. A Psicologia Jurídica no Brasil e os diversos contextos de atuação.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GONÇALVES, H.S.; BRANDÃO, E.P. (Coord.). Psicologia jurídica no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nau Editora, 2011. PINHEIRO, C. Manual de psicologia jurídica. 6ª ed. São Paulo, SP: Saraiva Jur, 2022 (recurso online). SILVA, D.M.P. Psicologia jurídica no processo civil brasileiro: a interface da psicologia com o direito nas questões de família e infância. 3. ed., rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2016.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, D.M. Psiquiatria forense interfaces jurídicas, éticas e clínicas. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: ArtMed, 2019 (recurso online). CEZAR-FERREIRA, V.A.M..?Guarda compartilhada?uma visão psicojurídica. Porto Alegre. RS: ArtMed, 2016 (recurso online). HIRIGOYEN, M.F.; KUHNER, M.H. (Trad). A violência no casal: ?da coação psicológica à agressão física.?Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2006. HUTZ, C.S., BANDEIRA, D.R., TRENTINI, C.M., ROVINSK, R.L.S. & LAGO, V.M. (Orgs.). Avaliação psicológica no contexto forense. Porto Alegre ArtMed 2019 (recurso online). SÁ, A.A. Criminologia Clínica e execução penal: proposta de um modelo de terceira geração. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015 (recurso online).

GRH01HB19T - DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

1-EMENTA

Definição, fundamentos e objeto do Direito Internacional Privado. Direito Internacional Privado e Público: aproximações e distinções. Fontes do Direito Internacional Privado. História e Regras de conexão. A Lei de Introdução ao Direito Brasileiro e as soluções para o conflito da lei no espaço (Lei Aplicável). Cooperação Jurídica Internacional (Cartas rogatórias, homologação de sentença estrangeira e exequatur). Organismos de uniformização do Direito Internacional Privado (UNCITRAL, UNIDROIT). Contratos internacionais de comércio com ênfase na compra e venda – princípios contratuais, construção de cláusulas e análise de casos concretos (outros contratos a serem conhecidos leasing, joint-venture, franquia). Oficinas de contratuais.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNIO, Thais. Contratos Internacionais de compra e venda. São Paulo: Editora Atlas, 2009. MAZZUOLI, Valério de Oliveira. Direito Internacional Privado: curso elementar. São Paulo: Editora Forense, 2011. PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. Direito Internacional Público e Privado. Rio de Janeiro: Editora Podium, 2015.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BASSO, Maristela. Curso de Direito Internacional Privado. 2ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2011. BASSO, Maristela. Contratos internacionais de comércio: negociação, conclusão e prática. Rio de Janeiro: Livraria do advogado, 2014. RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado: teoria e prática. Rio de Janeiro: Editora Saraiva, 2014.

GRH01HB38T - DIREITO TRIBUTÁRIO ESPECIAL

1-EMENTA

Sistema Tributário Nacional. Impostos sobre o Comércio Exterior. Impostos sobre o Patrimônio. Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Impostos sobre a produção e circulação. Outros impostos. Empréstimo compulsório. Taxas. Contribuições para fiscais. Contribuição de Melhoria.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 32. Ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2011. BALEEIRO, Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. Atualizado por Misabel Abreu Machado Derzi. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2010. CARVALHO, Paulo de Barros. Curso de direito tributário. 24. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COÊLHO, Sacha Calmon Navarro. Comentários à Constituição de 1988: sistema tributário. 10. Ed., ver. E ampl. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2006. TORRES, Ricardo Lobo. Curso de direito financeiro e tributário. 14. ed. Rio de Janeiro, RJ: Renovar, 2007. PISCITELLI, Tathiane. Direito Financeiro Esquematizado, 3. Ed., Rio de Janeiro, RJ: Grupo GEN, 2012. [E-book]. BECHO, Renato Lopes. Lições de direito tributário. 3. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2015. VALADÃO, Marcos Aurélio Pereira; BASTOS, Ricardo Victor Ferreira. Repercussão Geral no Direito Tributário – Estudos de Casos Relacionados às Contribuições. Coleção UCB. Brasília: Almedina, 2020. QUEIROX, Mary Elbe. Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza. Barueri: Monele, 2004.

GRH01ES39T - PRÁTICA PENAL

1-EMENTA

Prática jurídica supervisionada penal. Estágio supervisionado simulado penal. Exercício profissional das atividades criminais. Elaboração de peças processuais penais. Relaxamento de prisão. Revogação de prisão. Resposta à acusação. Alegações finais por memoriais. Apelação. Recurso em sentido estrito. Embargos infringentes. Habeas Corpus. Embargos em execução. Procedimentos ordinário e especial. Simulação de audiências, plenários do tribunal do júri e sustentação oral. Realização de simulados penais de exame prático profissional da OAB.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo Henrique. Prática forense penal. 5. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. MUCCIO, Hidejalma. Prática de processo penal: teoria e modelos. 6. ed. São Paulo, SP: GEN: Método Editora, 2001. TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de processo penal. 33. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2011.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. 3. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. v. 4. BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal. 3. ed., rev. e atual. São Paulo, SP: Saraiva, 2009. v. 5. CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 21. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. ISHIDA, Válder Kenji. Prática Jurídica de Execução Penal. 3 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2015. MIRABETE, Júlio Fabbrini. Manual de direito penal. 26. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009. NUCCI, Guilherme de Souza. Prática forense penal. 5. ed., rev., atual. e ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2011.

GRH01ES40T - PRÁTICA TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

1-EMENTA

Prática jurídica trabalhista simulada. Estágio supervisionado simulado trabalhista. Organização judiciária trabalhista. Reclamação trabalhista. Cálculos trabalhistas. Audiência. Contestação. Exceção e reconvenção. Réplica. Recursos. Sustentação oral simulada. Ação de consignação em pagamento. Impugnação aos cálculos. Embargos à execução. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. Ação rescisória. Realização de simulados trabalhistas de exame prático profissional da OAB.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHOHFI, Thiago; CHOHFI, Marcelo Chaim. Prática Forense Trabalhista. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: GEN, 2013. [E-book]. LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. 12 ed. São Paulo, SP: LTr, 2014. MARTINS, Sérgio Pinto. Direito Processual do trabalho: doutrina e prática forense, modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 33 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2012.

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho. 37. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2012. CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Prática jurídica trabalhista: atualizada pela Lei 13.015, de 21 de Julho de 2014. São Paulo: Atlas, 2015. [Ebook]. CISNEIROS, Gustavo. Manual de audiência e prática trabalhista. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2014. ([E-book].) NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. 28. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013. OLIVEIRA, Aristeu de. Manual de prática trabalhista. 48 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2013. GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Manual de Processo do Trabalho. 3ª Ed. Jus Podiym 2018.

GRH01TF41T - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

1-EMENTA

Trabalho acadêmico: normas e regulamentação específicas do curso do Curso de Direito. Sistematização do conhecimento como resultado do processo investigativo. Apresentação de resultados em produções acadêmico-científicas. Trabalho acadêmico: normas e regulamentação específicas do curso do Curso de Direito. Sistematização do conhecimento como resultado do processo investigativo. Apresentação de resultados em produções acadêmico-científicas.

2-BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. Manual da monografia jurídica: como se faz: uma monografia, uma dissertação, uma tese. 9. ed., rev. São Paulo, SP: Saraiva, 2011. [E-book]. VIEIRA, Liliane dos Santos. Pesquisa e monografia jurídica na era da informática. 3. ed. Brasília, DF: Brasília Jurídica, 2007. UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Universidade Católica de Brasília Virtual – UCB Virtual. Curso de graduação, Bacharelado em Direito: Direito da Criança, do Adolescente, da Mulher e do Idoso. Disponível em: <http://www.biblioteca.ucb.br/Manual.pdf>

3-BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

K&Ouml;CHE, José Carlos. Fundamentos da metodologia científica/ teoria da ciência iniciação à pesquisa. 29. ed. Porto Alegre, RS: Editora Vozes, 2011.LAKATOS, Eva Mari MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo, S Atlas, 2010. MARCHI, Eduardo C. Silveira. Guia de metodologia jurídica: teses, monografias, artigos. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.MEZZAROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilh Manual de metodologia da pesquisa no direito. 5. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2009.QUEIRO Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina; SILVA, Angela Moreira Domingues da (Coord Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso . São Paulo: Saraiv FGV Direito, 2014. (Série GVlaw. Metodologia.)

7.9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

A implementação das atividades complementares (AC) no curso tem como objetivo enriquecer o processo formativo do estudante por meio da diversificação de experiências, dentro e fora do ambiente universitário, propiciando o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, em atividades presenciais ou a distância.

Consideram-se como Atividades Complementares aquelas que tenham cunho acadêmico e que propiciem ao estudante as condições para o desenvolvimento de competências que contribuam para o aprimoramento da formação básica e específica do futuro profissional, bem como a integração com a sociedade e a capacidade de desenvolver ações sociais.

A partir de 2021, a AC buscou evocar os acadêmicos para as Trilhas de Desenvolvimento do Programa Propósito de Vida (PPV) da UCB, por meio de ambiente educativo que estimule atitudes de confiança, liberdade interior, alegria e responsabilidade social, promovendo competências socioemocionais e acadêmicas relevantes para construir o futuro que almeja. Visa também integrar o desenvolvimento regional, nacional e internacional, atuando como agente transformador.

Além disto, desde 2022, foram adotados como canais de solicitações para o cômputo das horas de AC o Portal do Estudante (GOL) e/ou a central de atendimento ao estudante, o ATENDE. Além disso, foi habilitado no Sistema Acadêmico (RM) o recurso para registro e acompanhamento de eventos acadêmicos internos, sendo que estes poderão ser previamente cadastrados e validados pelos organizadores, cujo lançamento da categoria e carga horária será realizada automaticamente.

Para regulamentar a realização, o registro e a validação das ACs no curso foi construído e aprovado em Conselho o regulamento para o cômputo das horas de Atividades Complementares nos cursos de graduação presencial da UCB.

Resumidamente as AC dividem-se em categorias, conforme descrição a seguir:

a) Atividades internas:

- Atividades desenvolvidas pela UCB no âmbito das Trilhas de Desenvolvimento do PPV, aplicáveis aos estudantes que ingressaram a partir do ano de 2021;
- Outras atividades acadêmicas promovidas pela UCB (iniciação científica, atuação no Projeto Ser+, participação em grupos de estudo/ligas acadêmicas, atuação no Programa de Monitoria, participação em atividades de representação estudantil – CAs, Atléticas, DCE, participação em eventos acadêmicos – palestras, oficinas, cursos, minicursos, seminários, congressos entre outros);

b) Atividade externas: atividades externas que contribuam para a formação acadêmica (apresentação de trabalhos, publicação científica, exposição em Mostras, cursos de atualização, estágio não-obrigatório, viagem de estudo, atuação voluntária, representação esportiva, capacitação em instituições conveniadas, cursos de línguas estrangeiras, participações em intercâmbio, entre outros).

7.9.2 Premissas das atividades complementares

Com vistas a otimizar o fluxo do processo, sugere-se a adoção das seguintes premissas:

- a) A carga horária total de ACs a ser cumprida pelo estudante é variável, a depender do curso de graduação no qual ele está matriculado e deve estar em consonância com o estabelecido no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) –
- b) Na UCB, a realização e comprovação das AC como componente curricular obrigatório deve acontecer ao longo do curso, até que se alcance a carga horária prevista na Matriz Curricular, atendendo aos seguintes critérios:
 - Ao menos 60% da carga horária total do componente curricular AC deve ser cumprida em Atividades Internas, isto é, atividades promovidas pela UCB (Trilhas de Desenvolvimento do PPV ou outras atividades acadêmicas);

- Desenvolver atividades em pelo menos 2 Trilhas ou categorias, dentre as atividades realizadas na UCB;
 - Indica-se que, para a inserção nas atividades das Trilhas, o estudante tenha cursado ou esteja cursando a primeira Unidade Curricular (UC) do Núcleo de Formação Geral e Humanística (NFGH);
 - Realizar atividades em no mínimo 02 categorias diferentes mais 01 Trilhas de Desenvolvimento do PPV;
- c) Para a categoria de Extensão, serão validadas apenas as atividades realizadas fora do escopo da Extensão Curricularizada;
 - d) Só serão reconhecidas atividades relacionadas a área de conhecimento e/ou em áreas correlatas do curso de graduação do estudante;
 - e) Não serão aproveitadas atividades complementares realizadas em período distinto daquele em que o estudante estiver regulamente matriculado no curso;
 - f) Certificados/declarações sem discriminação de carga horária serão indeferidos para o cômputo de Atividades Complementares;
 - g) Em casos de transferência externa, o estudante ingressante que não obtiver aproveitamento de alguma disciplina será analisada a possibilidade de utilizar para AC, em caso positivo, será sinalizado no próprio aproveitamento de estudos;
 - h) Ao atingir a carga horária total exigida pelo curso, o sistema automaticamente fará o bloqueio de novas inserções;
 - i)As solicitações devem ser registradas via Portal do Estudante ou presencialmente no ATENDE, apresentando as devidas documentações (declarações/certificados) no último ano do curso;
 - j)Em casos de transferência externa, o estudante ingressante que possua certificados de eventos realizados durante a permanência na instituição de origem, poderá registrar tais certificados no último ano letivo do curso;
 - k) Os certificados das atividades complementares realizadas durante o período de integralização do curso deverão ser registrados entregues para cômputo de AC no último ano letivo do curso;
 - l)O prazo estipulado para a abertura da solicitação é de fevereiro a maio no primeiro semestre letivo do ano corrente e de julho a outubro para o segundo semestre letivo do ano vigente. O prazo para análise e lançamento das horas é de até 20 (vinte) dias úteis, após o registro dos certificados no sistema.

O lançamento da carga horária ocorrerá por áreas de conhecimento, conforme Quadro 05.

QUADRO 05 – Atividades Complementares – carga horária por área de conhecimento

Área	Cursos
Ciências Agrárias, Biológicas e da Saúde	Biomedicina, Biotecnologia, Ciências Biológicas, Educação Física - Licenciatura e Bacharelado, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Gastronomia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Zootecnia, Gerontologia e Psicologia
	Medicina
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	Direito
	Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Cinema e Mídias Digitais, Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Design Visual, Design de Produtos, Filosofia, Fotografia, Gestão de Recursos Humanos, Jornalismo, Letras Português/Inglês, Pedagogia, Relações Internacionais e Serviço Social.
Ciências Exatas, Engenharias, Arquitetura e Tecnologia	Agronomia, Redes de Computadores, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Ciência de Dados, Design de Interiores, Sistemas de Informação, Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Engenharia Ambiental e Sanitária, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia de Software, Física, Matemática e Química.

Fonte: UCB

Apresenta-se a seguir, no Quadro 06, uma síntese das categorias das atividades complementares e sua respectiva carga horária, para cômputo e registro.

QUADRO 06 – Síntese de categorias

Categorias/Trilhas	Atividades	Horas
Apoio ao Ensino	Programa de Monitoria	Carga horária total da monitoria*
	Atividades de representação discente (Ligas Acadêmicas, CAs, Atléticas, DCE, representante de turma)	Até 50 horas
Pesquisa	Programas de Iniciação Científica	60 horas
	Atividades em Grupos de Estudos	
Extensão	Projetos de Extensão	60 horas
	Trabalho Voluntário Continuado	60 horas
	Ser+	Carga Horária total do projeto
	Participação em Empresa Júnior	100 horas

	Ação Social	10 horas de atividades por evento ou as horas do certificado
	Estágios não obrigatórios (fora do componente curricular)	100 horas
	Atividades realizadas na UCB (Semanas temáticas / Semana universitária / Jornadas Acadêmicas / Congressos/ Seminários /Simpósios / Palestras, Conferências, Aulas Magnas / Oficinas, cursos de atualização	Até 60 horas
Eventos e cursos	Atividades realizadas fora da UCB (Semanas temáticas / Semana universitária / Jornadas Acadêmicas / Congressos/ Seminários /Simpósios / Palestras, Conferências, Aulas Magnas / Oficinas, cursos de atualização	Até 60 horas
	Participação em Audiências, Julgamentos	
	Eventos culturais	
	Aprovação em disciplinas eletivas, escolhidas dentre as disciplinas oferecidas nos diversos cursos	
Trilhas de Desenvolvimento do Programa Propósito de Vida (PPV)	Liderança	Horas do certificado, com limite de 40 horas total
	Pesquisa	
	Esporte	
	Cultura	
	Espiritualidade	
	Empreendedorismo	

Fonte: UCB

7.10 ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

O estágio não obrigatório é desenvolvido pelo estudante como atividade opcional, visando ao aperfeiçoamento profissional na área de conhecimento de seu curso. É considerado como atividade riquíssima sob a perspectiva de agregar conhecimento prático ao conteúdo trabalhado em sala de aula, contribuindo efetivamente para a formação profissional do estudante para o mercado de trabalho. É normatizado nas instituições cedentes pela Lei nº 11.788, de 25/09/2008 que, em seu Art. 2º estabelece que:

Art. 2º. O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória. (BRASIL, 2008)

A UCB conta com um setor específico para tratar dos Estágios não obrigatórios, o UCB Integra, que busca ajudar o estudante na escolha de campos de estágios condizentes com seus interesses de aprofundamento e prática profissionais. Nesse sentido, o UCB Integra fomenta parcerias com empresas públicas e privadas, bem como com agentes de integração com o mercado de trabalho. As vagas de estágios e empregos são divulgadas no OL) e nos canais oficiais de comunicação com os estudantes.

A Universidade Católica de Brasília implantou um novo projeto na Instituição: a Plataforma de Carreira, cujo objetivo é oferecer aos estudantes desenvolvimento profissional totalmente integrado às melhores oportunidades de ingresso no mundo do trabalho.

A Plataforma de Carreira da UCB é um espaço exclusivo e dedicado ao estudante que busca se destacar no mundo do trabalho. Nela, é possível criar o currículo do futuro, de acordo com as competências de cada curso e fazer a orientação de carreira de maneira online, considerando os conhecimentos, habilidades, atitudes e potencial de empregabilidade de cada candidato.

Por sua vez, o estágio obrigatório do curso de Direito, previsto na matriz curricular, possui carga horária total de 360 horas/aulas divididas em quatro disciplinas. O objetivo dessa modalidade de disciplina é, por meio de vivências concretas, encantar e envolver o estudante com a realidade da profissão escolhida. Como exemplos de atividades práticas, podemos citar, primeiramente, as visitas técnicas, que, no caso do Direito, podem incluir, entre outras, visitas à Ordem dos Advogados do Brasil, aos órgãos da advocacia pública (como a Advocacia-Geral da União), ao Ministério Público da União, à Defensoria Pública da União e a órgãos do Poder Judiciário. Pelo fato da localização geográfica da Universidade ser em Brasília/DF, os alunos podem vivenciar de forma muito próxima a realidade dos Tribunais Superiores.

Outra prática exitosa realizada dentro das disciplinas de estágio obrigatório, são as práticas simuladas, ou seja, os alunos em conjunto com os Professores orientadores, organizam Júri Simulado, realizado nas dependências do Fórum de Taguatinga, assim como audiências e sustentação oral. Também são ministrados cursos sobre processo judicial eletrônico, momento em que os alunos aprendem a utilizar as ferramentas utilizadas pelo Poder Judiciário.

O atendimento ao público e elaboração das peças para a propositura da ação faz parte da prática jurídica e compõe o eixo avaliativo da disciplina. Trata-

se de uma atividade importante para o aprendizado do aluno que, poderá dentro do Núcleo de Prática Jurídica, vivenciar a experiência de escutar, acolher e identificar a questão jurídica que envolve o caso apresentado pelo assistido.

Ainda nas atividades desenvolvidas no estágio supervisionado obrigatório, podemos citar, por exemplo, a participação em: palestras e seminários jurídicos; defesas de teses de doutorado e dissertações de mestrado na área do Direito; votações na Câmara Distrital do Distrito Federal e nas Casas do Congresso Nacional.

O estágio obrigatório está amparado na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que possui como objetivo, proporcionar ao estudante a vivência da prática profissional, o conhecimento das realidades sociais, aplicação dos conhecimentos científicos e desenvolvimento da capacitação profissional, necessários para atuação no mercado de trabalho.

Para cumprir o estágio obrigatório, o estudante do Curso de Direito cursará, durante os últimos períodos de sua formação acadêmica, componentes curriculares relativos aos estágios, assim organizados: Prática Jurídica - Formas Consensuais de Solução de Conflitos, ofertada no 7º semestre; Prática Cível, ofertada no 8º semestre; Prática Penal, ofertada no 8º semestre e, Prática Trabalhista e Previdenciária, ofertada no 10º semestre.

As atividades de práticas jurídicas são coordenadas pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, pelos docentes com grande inserção no mercado de trabalho, notadamente na advocacia, sendo o acervo processual conduzido por quadro de advogados, sob orientação da Coordenação do Curso de Direito.

O Estágio Curricular Supervisionado está implementado por meio de regulamento próprio, aprovado pelos órgãos colegiados do curso e é dirigido pelo coordenador do curso, auxiliado por sua assessoria, composta por Professores do Curso de Direito.

O Estágio Supervisionado tem por finalidade ministrar o ensino da prática jurídica integrando a matriz curricular do Curso, em conformidade com o artigo 6º da Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação.

As atividades de Estágio Supervisionado poderão contemplar convênios com outras entidades ou instituições e escritórios de advocacia, em serviços de

assistência judiciária implantados na instituição, nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública ou ainda em departamentos jurídicos oficiais, importando, em qualquer caso, na supervisão das atividades e na elaboração de relatórios encaminhados à Coordenação do Curso para avaliação e arquivo.

As disciplinas que integram o Estágio Supervisionado de Prática Jurídica somente poderão ser cursadas a partir do 7º período, aplicando-se a elas regras vigentes na Universidade relativas à avaliação e à frequência, inclusive no que se refere às visitas técnicas a órgãos públicos e entidades privadas.

A aprendizagem prática dos estagiários se concretizará mediante:

- a) Desenvolvimento de técnicas de conciliação e mediação.
- b) Conhecimento e utilização de tecnologias aplicadas ao processo ordinário e eletrônico.
- c) Comparecimento a audiências e sessões de tribunais.
- d) Realização de audiências e júris simulados.
- e) Comparecimento a delegacias, penitenciárias e a outros órgãos públicos.
- f) Pesquisa de jurisprudência.
- g) Exame de autos findos.
- h) Atendimento ativo sob orientação do Professor e colaboração no patrocínio de causas.
- i) Avaliação pelo professor orientador.
- j) Autoavaliação feita pelo aluno.

O principal desafio de uma rotina de simulação é conseguir envolver os participantes em um “ambiente” que lhes estimule reações compatíveis com as experimentáveis no âmbito das realidades referidas. Somente em tais contextos se pode obter reações e tensões compatíveis com as situações reais, atingindo, destarte, os objetivos de treinamento.

A simulação se inicia pela elaboração de “casos hipotéticos”, narrando conflitos de Direito a partir de perspectivas antagônicas (permitindo, portanto, a constituição da dicotomia autor/réu, que caracteriza o básico das relações processuais e, até mesmo, sua ampliação, com o ingresso de posições de

assistência, litisconsórcio, assistência cível e criminal, embargos de terceiro, entre outras). Para obter esse efeito, aos alunos serão entregues elementos que constituam a noção do litígio e permitam a constituição de seus esforços:

a) Relatório do fato: uma narrativa sobre o fato controverso, narrado sob a perspectiva do “cliente hipotético” (ou seja, a perspectiva do autor; essa será diferente da perspectiva do réu, ou a do terceiro, que constará do envelope respectivo).

b) “Provas” (documentais, periciais, testemunhais) que o “cliente” possua: notas promissórias e outros títulos de crédito, contratos, cartas, boletins de ocorrência.

c) Quaisquer outros elementos que sejam necessários à perfeita e adequada simulação das circunstâncias judiciárias.

As práticas simuladas estão em direta consonância com a Prática Real, obedecendo de modo criterioso aos regulamentos e regimentos respectivos, observando os níveis de avaliação do exame da Ordem dos Advogados.

7.11 TRABALHO DE CURSO

A prática da pesquisa científica contribui para que os estudantes de graduação ampliem a qualidade da sua formação. Nesta perspectiva, a elaboração do Trabalho de Curso (TC) constitui-se como momento fundamental para a construção de uma nova mentalidade quanto aos sentidos do desenvolvimento do graduando.

Em virtude de tais aspectos e da necessidade de atendimento à Portaria MEC 360/2022, que “Dispõe sobre a conversão do acervo acadêmico para o meio digital”, criou-se o Núcleo de Trabalho de Curso da Universidade Católica de Brasília – NTC/UCB - para oferecer suporte às coordenações de curso para aprimoramento dos processos de forma eficaz e eficiente.

A criação do NTC visa fomentar a interface entre Ensino, Pesquisa e Extensão, uma vez que busca o incremento da prática da pesquisa como fator primordial. Trata-se de valorizar a pesquisa, considerando os diversos setores onde ela se realiza na UCB. Tal ação contribuirá para que sejam reforçadas as relações entre os cursos de graduação em que o TC é obrigatório, os programas de pós-graduação *stricto sensu* e os projetos de pesquisa existentes na UCB.

Tem-se assim que todas as ações envolvendo a elaboração e defesa dos TCs contribuam para a formação acadêmica e reafirmem a relevância da ciência como práxis social. Soma-se a esses motivos, o papel fundamental de uma universidade, qual seja, a de buscar respostas para problemas/necessidades sociais, oportunizando aos indivíduos viverem com mais dignidade, uma vez que será constantemente reafirmado o compromisso social ao qual a UCB deve permanecer engajada.

O trabalho de curso de Direito, também referido como trabalho de conclusão de curso, é obrigatório nos termos do art. 2º da Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, e deve ser cumprido pelos estudantes em componente curricular do décimo semestre, com avaliação por meio de banca examinadora.

O Trabalho de Curso será apresentado, na forma estabelecida pelo regulamento próprio, além de uma avaliação de desempenho individual feita pelo orientador e pelo professor convidado, com base no trabalho apresentado e no acompanhamento do estudante ao longo do semestre letivo.

Sendo assim, o Trabalho de Conclusão de Curso tem como finalidade desenvolver a capacidade crítica e a produção criativa do aluno, demonstrando os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso. Na medida em que o processo da formação educacional leva o estudante a prover seu próprio desenvolvimento, a Universidade Católica de Brasília procura proporcionar-lhe condições e requisitos essenciais para que direcione seus projetos de vida, com sólida formação teórico-prática para a compreensão do mundo físico e social, bem como atuação e liderança na sociedade. E o reflexo dessa atuação pode ser averiguado na qualidade dos trabalhos produzidos.

7.12 METODOLOGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os fundamentos das Metodologias de Aprendizagem Ativa e do uso de tecnologias educacionais com intencionalidade pedagógica são elementos importantes da filosofia educacional da UCB e figuram há muito tempo em seus documentos institucionais. Tais fundamentos consideram o estudante protagonista no processo de aprendizagem, no ensino, na pesquisa e na extensão, com foco simultâneo no “conteúdo do sujeito” e no “conteúdo da matéria”. Propõe-se, assim, uma prática educativa calcada na cooperação, interatividade, e no olhar crítico, reflexivo e criativo, comprometido com a pesquisa orientada para o desenvolvimento sustentável.

As metodologias ativas de ensino-aprendizagem são caracterizadas pelo protagonismo discente, com autonomia na construção de seu conhecimento e pela integração entre teoria/prática e ensino/serviço.

O estudante é estimulado a estabelecer relações entre suas experiências e os novos conceitos, com o objetivo de construir novos significados e novas relações. Estimular a autoaprendizagem reaviva a atenção do estudante, valorizando o que faz sentido real em sua vida profissional, inter-relacionando-a a diversos aspectos, como intelectual e social, por exemplo. Neste sentido, o professor atua como facilitador do processo, objetivando a aprendizagem do estudante.

Desta maneira, evidencia-se o compromisso da Universidade Católica com a dimensão humana, científica, ética, técnica e social da formação dos estudantes, desde a perspectiva de desenvolvimento de competências e habilidades, organização e planejamento da estrutura curricular, programação das atividades didáticas e da avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

A concepção pedagógica fundamenta-se: no espírito crítico; na valorização de atitudes e estratégias problematizadoras; na inovação; na inserção do estudante na realidade local e no seu papel como protagonista do processo de ensino e de aprendizagem, que se dará em diferentes cenários, incluindo aqueles mediados pelas novas tecnologias educacionais e práticas metodológicas inovadoras.

A integração dos saberes, a centralidade na aprendizagem, a pesquisa como eixo da estruturação curricular, a extensão como partícipe do processo de construção do conhecimento e do compromisso social e a avaliação como reflexão do ensinar e

do aprender são os pontos norteadores da concepção didático-pedagógica da UCB, que se assenta no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Pretende-se, assim, oportunizar ao estudante a compreensão da sua responsabilidade pela aprendizagem no processo de ensino organizado pelo professor. Parte importante da estratégia metodológica é a adoção da concepção de aprendizagem híbrida.

A aprendizagem híbrida, ou *blended learning*, associa metodologias de aprendizagem ativa ao uso de tecnologias e estratégias da Educação a distância, alternando encontros presenciais e trabalho/estudo discente desenvolvido de forma autônoma. Um aspecto importante a se destacar é a utilização de metodologias e atividades que promovam o trabalho coletivo e colaborativo. A troca de ideias, experiências e conhecimentos qualificam o processo de ensino e ampliam o potencial de aprendizagem, além de possibilitar o desenvolvimento de importantes competências socioemocionais (trabalho em equipe, resolução de problemas, colaboração, comunicação interpessoal, mediação de conflitos, resiliência, liderança, entre outras).

Na UCB, consideramos componentes curriculares híbridos todos aqueles cuja carga horária total seja realizada em encontros semanais de 3h/a (ou 2h/a, no caso das UC de extensão). Isto implica dizer que, para além da carga horária desenvolvida em sala de aula com o docente, o estudante deve dedicar horas de estudo e desenvolver atividades orientadas pelo docente no Plano de Ensino (nos itens pré e pós aula), a fim de cumprir a carga horária total prevista para o componente curricular. Assim, cabe ao docente a orientação para o desenvolvimento das atividades de estudo autônomo, e ao estudante a sua realização. As atividades desenvolvidas pelos estudantes de forma autônoma, por sua vez, devem ser retomadas pelo docente nas aulas presenciais, de forma a demonstrar sua integração e importância para a aprendizagem dos estudantes na disciplina.

O acompanhamento e a validação da proposta para as horas de trabalho efetivo, bem como seu registro no Plano de Ensino e no diário de classe, serão realizados no âmbito da gestão acadêmica institucional, garantindo a comprovação da integralização da carga horária da unidade curricular.

Em cada unidade curricular o docente deve, no processo de planejamento do componente curricular, o realizar a curadoria de materiais e objetos de aprendizagens

disponíveis que sejam significativos para a aprendizagem discente (artigos, textos diversos, podcasts, vídeos, dentre outros recursos), e disponibilizá-los no ambiente virtual de aprendizagem. Importante considerar que estes conteúdos e atividades são complementares ao trabalho docente, e não esgotam os objetivos de aprendizagem previstos para o componente curricular.

A aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes são o foco do trabalho docente. O professor deve ter atenção especial no planejamento e na realização das práticas pedagógicas previstas a fim de que estas possam promover a aprendizagem ativa e ajudar os estudantes a desenvolver estratégias de estudo autônomo. As tecnologias educativas, o protagonismo estudantil, a aprendizagem “mão na massa”, a autoria, o engajamento, a colaboração, a criticidade e a autonomia são elementos chave do processo.

Essa iniciativa traz inúmeras vantagens. Dentre elas, possibilita:

- a. o melhor aproveitamento do tempo em sala de aula;
- b. a proposição de atividades práticas e reflexivas que conduzem à melhoria na formação dos estudantes, favorecendo a aplicação de metodologias ativas;
- c. a construção de um portfólio de atividades realizadas no semestre e organizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, propiciando a ampliação do uso das TIC.

O fundamental dessa proposta é a percepção de que se trata de uma metodologia que valoriza a autonomia e a proatividade do estudante, em sua relação com o conhecimento, com a mediação do professor que orienta e acompanha as atividades.

Dentre as Metodologias Ativas e estratégias de ensino utilizadas na Universidade destacam-se:

- Aprendizagem Baseada em Equipes (TBL - *Team Based Learning*): método de aprendizagem ativo centrado no aluno, conduzido por instrutor especialista na área, utilizado para grandes classes que são divididas em grupos menores referidos como equipes. O primeiro pilar da metodologia é a formação das equipes que objetivam a maior diversidade possível e relativa uniformidade entre as equipes. As formações serão mantidas durante cada conteúdo disciplinar;

- Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL - *Problem Based Learning*): utilizada como elemento motivador para o estudo e momento de integração dos diferentes conteúdos curriculares. As áreas temáticas dos eixos apresentam abordagem interdisciplinar cujo conteúdo é organizado em situações problemas significantes, contextualizadas e do mundo real e fornecedora de fontes, guias e instruções para os aprendizes.
- Gamificação: tem como base a ação de se pensar como em um jogo, utilizando as sistemáticas e mecânicas do ato de jogar em um contexto fora de jogo. A gamificação abrange a utilização de mecanismos de jogos para a resolução de problemas e para motivação, explorando os níveis de engajamento do indivíduo para a resolução de problemas. A gamificação traz os feedbacks constantes, recompensas e a evolução relacionados aos níveis. Entre os benefícios estão o estímulo ao protagonismo, maior absorção de conteúdo e melhoria de desempenho
- Curricularização da extensão (*Service Learning*): metodologia ativa que coloca ensino e aprendizagem à serviço da comunidade, a fim de proporcionar experiências de aprendizado pragmáticas e progressivas, ao mesmo tempo que atende às necessidades da sociedade. Esta metodologia integra a vivência do ensino com atividades de extensão através da elaboração de projetos pelos alunos, promovendo o desenvolvimento dos acadêmicos por meio da aplicação prática dos conhecimentos.

Estratégias educacionais complementares podem ser utilizadas para promover o desenvolvimento das competências, propostas no currículo. Exemplos de métodos complementares são Treinamentos de Habilidades (TH), Estudos de Caso (EC), Estudos Dirigidos (ED), Práticas na Comunidade (PC), Projetos em Equipe (PE), Ensino-Aprendizagem autodirigido (EAAD) e Ensino-aprendizagem em Ambientes de Trabalho (EAAT). Podem, ainda, ser utilizadas ferramentas de Educação a Distância (EaD), como fóruns virtuais e chats, disponibilizados em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA).

Nos componentes curriculares ocorrem propostas de atividades pelos docentes aos estudantes no formato de supervisão. Ou seja, atividades práticas pelos estudantes sob a supervisão dos professores com registro obrigatório pelo professor

no Plano de Ensino (atividades, critérios de avaliação e prazos de entrega) e pelo estudante no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

O fundamental dessa proposta é a percepção de que se trata de uma metodologia que valoriza a autonomia e a proatividade do estudante em sua relação com o conhecimento, com a mediação do professor que orienta e acompanha as atividades. Dentre as atividades que podem ser realizadas, citam-se: fóruns, wikis, produção de textos (resumos, resenhas, relatórios, entre outros), vídeos, experimentos em laboratórios, visitas técnicas, observação guiada, pesquisas, organização e participação de eventos, além de produtos específicos de cada uma das áreas de conhecimento dos cursos. Essas atividades privilegiam a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade uma vez que os conceitos trabalhados extrapolam os componentes curriculares e, ao mesmo tempo, fazem interconexões entre eles. O estudante aprende de forma sistêmica e não compartimentalizada.

7.13 PROGRAMA DE MONITORIA

Outra significativa estratégia de apoio aos processos de ensino e aprendizagem nos cursos de graduação é a consecução do Programa de Monitoria, instituído pela Portaria nº127/99, em conformidade com o proposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96 em que se prevê que os “discentes da Educação superior poderão ser aproveitados nas tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos.” (BRASIL, 1996).

As atividades de monitoria foram estabelecidas e aprovadas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) nas Normas e Procedimentos Acadêmicos, para os Cursos de Graduação, e consubstanciadas na Resolução 65/2007, regulamentando, norteando e assegurando as bases de execução do Programa de Monitoria, reafirmando ainda sua relevância como espaço efetivo de ensino e de aprendizagem.

O referido programa é gerido pela Coordenação Acadêmica de Graduação Presencial da UCB, onde semestralmente são publicados editais de seleção dos monitores, bem como a Portaria Institucional formalizando tal atividade.

7.14 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM E O AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) representam um conjunto de recursos tecnológicos auxiliares aos processos educacionais, aos informacionais e aos comunicativos visando maior qualidade do ensino, do planejamento e da gestão. Neste contexto, o ambiente tecnológico se torna um espaço privilegiado de pesquisa, de interação e de compartilhamento, abrindo ricas possibilidades de produção de conhecimento estimulando uma postura diferenciada de professores e estudantes acarretando mudanças significativas nos processos educacionais.

Para usufruir destes benefícios professores e a estudantes devem adquirir novas habilidades, que se convergem no cotidiano das salas de aula, visando o avanço e a compreensão da importância da participação de ambos no processo de aula-pesquisa-intervenção e na utilização das tecnologias como suporte à aprendizagem.

Aos professores é necessário demonstrar aos estudantes a relevância de aprender a aprender, incentivando-os a gerenciar o volume de informações disponíveis, principalmente avaliando sua qualidade; a trabalhar em equipe; a gerenciar o tempo e; a compreender e interpretar mensagens diversas. As aulas se transformam em processos contínuos de pesquisa e de comunicação, nos quais se dá a construção do conhecimento em um equilíbrio dinâmico entre o individual e o grupal, entre o professor-mediador e estudantes-participantes-ativos. Nessa perspectiva, o papel do professor é o de facilitador do processo de aprendizagem. Cabe a ele adotar abordagens diferenciadas que não se limitem à exposição teórica e que permitam aos estudantes migrarem do status de consumidores de conhecimento para produtores de conhecimento.

Vislumbramos uma Educação cada vez mais voltada para a pesquisa, para processos abertos de gerenciamento e soluções de problemas educacionais, no qual

o grupo cooperativo cumpre um papel central, para que a autonomia e a autoria dos estudantes sejam a principal meta na aprendizagem.

Como estratégia de suporte, registro e consolidação das aprendizagens, a União Brasileira de Educação Católica (Grupo UBEC) migrou de uma plataforma AVA gratuita para o D2L *Brightspace*, um sistema de gerenciamento de aprendizagem (LMS, na sigla em inglês) de uma multinacional canadense presente no Brasil desde 1999. A plataforma proporciona maior previsibilidade em relação à tecnologia, maior escalabilidade e estabilidade, além da possibilidade de oferecer melhor experiência para alunos e professores com uma plataforma responsiva.

Por meio do AVA o aluno pode acessar materiais interativos, como web aulas e livros digitais, interagir com professores e demais estudantes por meio recursos de interação, que permitem a rápida localização dos agentes envolvidos no processo de formação do estudante, além de realizar avaliativas e colaborativas. Tem à disposição documentos relativos ao seu curso e às disciplinas, tais como manuais com regras avaliativas, cronogramas de interações e, principalmente, o plano de ensino da disciplina. Além disso, o aplicativo *Brightspace* Pulse permite o acesso em outros dispositivos, como smartphones e tablets.

Também é disponibilizado recursos de contas Microsoft para todos os docentes e estudantes. Esta estratégia viabiliza a continuidade, a qualificação e a validação das aprendizagens que ocorrem na Universidade e fora dela, explorando diferentes recursos para o desenvolvimento e o engajamento do corpo discente.

Outro importante recurso disponível para os estudantes é o acesso à Minha Biblioteca, uma base de livros eletrônicos em português que oferece acesso a milhares de livros técnicos, científicos e profissionais de qualidade das principais editoras acadêmicas do país. Além das TICs que potencializam e enriquecem o processo de ensino-aprendizagem, existem ferramentas que contribuem para facilitar a jornada acadêmica, oferecendo, tudo que o aluno precisa, ajudando a comunicar a este os principais marcos e acontecimentos do semestre e do seu curso. Destacamos o Portal do Aluno, por meio do software Educonnect e a Plataforma de Trabalhabilidade e Carreiras, a *Workalove*.

Em vistas a gerir as ferramentas tecnológicas e a mantê-las sempre alinhadas a eficientes preceitos metodológicos, a UBEC criou o Núcleo de Inovação e Tecnologia Educacional - NITE, para garantir à oferta de um modelo acadêmico isento

de qualquer obstáculo quanto à acessibilidade tecnológica, promovendo o desenvolvimento de métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem que acolhem e incluem seus alunos nas mais diferentes necessidades.

O NITE trata-se de um ambiente voltado a criação e manutenção de tecnologias a partir de uma equipe multidisciplinar, composta por especialistas e docentes, tendo como principais atribuições: incentivar e colaborar com a inserção da tecnologia de informação e comunicação no seu Projeto Político Pedagógico; promover ações de formação continuada de professores e estudantes para uso dos recursos de forma autônoma e independente; acompanhar e avaliar os processos relacionados à inserção e inclusão das TICs; dentre outras ações.

Dessa forma, promovemos a todos as ferramentas, mas também formas de as utilizar com eficiência, garantindo um ambiente confortável e inspirador para crescimento contínuo do uso das TICs.

7.15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O processo educativo promovido pela UCB considera que, do ponto de vista pedagógico, cada estudante traz consigo conhecimentos prévios, concepções e percepções que devem ser consideradas no processo de aprendizagem, a qual não pode ser vista como um produto, mas como um processo que requer e estimula competências, como as de refletir, analisar, interpretar, comparar, criar, argumentar, concluir, processar, questionar, solucionar. Nesse sentido, a avaliação deve ser aplicada como prática de retorno, de revisão de conteúdos, de visualização do erro no processo, momento especial de retomada do aprendizado e de redirecionamento da atuação de professores e estudantes.

Ao longo do curso, os mecanismos de avaliação, em coerência com as metodologias ativas utilizadas ao longo dos componentes curriculares, são dispostos na forma de avaliações teóricas e práticas, estudos de casos clínicos interdisciplinares, seminários, relatórios, outras modalidades de avaliação. A participação do estudante nas atividades também é considerada no momento da construção do seu conceito final. Além da avaliação de conteúdos específicos a cada

semestre, a integração entre estes também é avaliada, visando à valorização de uma visão crítica do conhecimento.

Dessa forma, a avaliação da aprendizagem do estudante se constituirá de testes, avaliações escritas individuais teóricas ou práticas, seminários, trabalhos, projetos, desenvolvimento de produtos e outros meios que possibilitem a verificação de seu progresso ao longo de cada componente curricular. Todos os resultados parciais serão comunicados aos estudantes por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), obedecendo ao prazo máximo de até 15 dias após sua realização para que possa acompanhar seu próprio progresso ao longo do semestre.

A nota mínima para aprovação é 7,0, associada ao requisito mínimo de 75% de frequência do estudante, resguardadas as especificidades de componentes curriculares que podem ampliar tais exigências, como TCC e Estágios Supervisionados. A avaliação é descrita em notas de 0 a 10, fracionada em múltiplos de 0,1. São realizadas, no mínimo, duas avaliações diferentes ao longo do semestre, sendo uma delas avaliação individual. O peso das avaliações individuais deve representar o mínimo de 60% da nota de cada componente curricular.

No caso de componentes curriculares com conteúdo gamificado, para valorizar o engajamento dos estudantes nas atividades no AVA, os docentes devem seguir a orientação de atribuir de 10 a 30% da nota final do estudante ao seu desempenho na plataforma.

8 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DO CURSO: AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DO CURSO E AVALIAÇÕES EXTERNAS

Os cursos da UCB são submetidos à autoavaliação desde os anos de 1996. Ao longo de todo esse tempo, a Universidade vem desenvolvendo melhorias no processo e cuidando da relação com a comunidade interna e externa, para que melhor subsidie suas decisões estratégicas.

Com a lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), publicada em 2004, as Comissões Próprias de Avaliação (CPA) passaram a ser uma determinação e a UCB reestruturou o processo instituindo sua CPA de acordo com as determinações da regulação.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA/UCB) foi criada pela Portaria/Reitor UCB nº 154/04, de 27/5/2004 e revisada pela Resolução CONSUN nº 15/2010, de 25/6/2010. Em cumprimento ao que determina a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a comissão é autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Universidade. É integrada por profissionais e cidadãos com reconhecida capacidade e idoneidade para colaborar com a Universidade, representando os seguintes segmentos: I - Corpo Docente, II - Corpo Discente, III - Corpo Técnico-administrativo (Comunidade Universitária UCB) e IV - Sociedade Civil Organizada, sendo composta por:

- 3 representantes do Corpo Docente;
- 2 representantes do Corpo Discente;
- 3 representantes do Corpo técnico-administrativo;
- 2 representantes da Sociedade Civil Organizada.

A CPA estruturou instrumentos de autoavaliação para que fossem aplicados semestralmente. Os instrumentos avaliam: os serviços terceirizados; a estrutura de apoio ao ensino (englobando infraestrutura e biblioteca) e o ensino/aprendizagem, utilizando-se de 3 modelos, um para o docente, outro para o discente e outro para técnicos administrativos. Os instrumentos vêm sendo melhorados ao longo do tempo e do desenvolvimento dos trabalhos, com reuniões da CPA e outros eventos relativos. Assim, além de atender às normas federais, orienta-se pelo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Planejamento

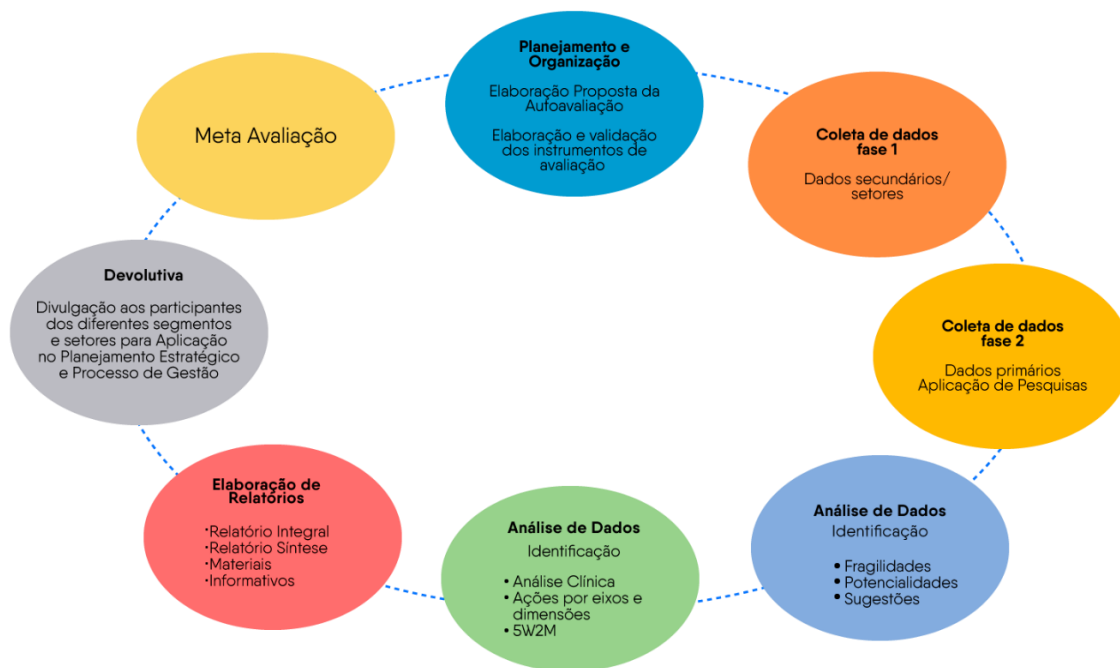
Estratégico (PE) e Instrumentos Avaliativos externos, articulando aspectos políticos, estratégicos e operacionais da evolução Institucional.

A autoavaliação da UCB, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, constitui um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), mas que envolve todos os sujeitos que atuam na Instituição, a fim de analisar as atividades acadêmicas desenvolvidas.

Neste sentido, a autoavaliação se constitui como um processo de indução de qualidade da Instituição, que deve aproveitar os resultados das avaliações externas e as informações coletadas e organizadas a partir do PDI, transformando-os em conhecimento e possibilitando sua apropriação pelos atores envolvidos. Afinal, as ações de melhoria a serem implementadas pela Instituição dependem de sua própria compreensão, de seu autoconhecimento.

A Comissão Própria de Avaliação da UCB utiliza uma metodologia processual, contínua e cíclica de Autoavaliação, que busca atender às perspectivas da Universidade, ao mesmo tempo em que se mantém focada nas orientações do Sistema Nacional de Avaliação (SINAES). Tal metodologia apoia-se no envolvimento de toda a comunidade, que participa fornecendo dados, recebendo a devolutiva das informações geradas pela CPA e auxiliando na análise destas, a fim de que sejam evidenciadas as potencialidades e fragilidades de cada dimensão.

FLUXOGRAMA 01 – Avaliações institucionais



Fonte: UCB

Os períodos de aplicação são amplamente divulgados para a comunidade acadêmica, por meio das redes sociais, intranet, e-mail marketing, cartazes etc., visando à participação de todos.

Após o período de aplicação, a CPA prepara o relatório e as devolutivas pelos para a comunidade interna e externa pelos mesmos canais de divulgação, além do CPA Day, momento voltado para que os setores da instituição conversem com os estudantes sobre os resultados. A CPA também se utiliza da ferramenta 5W2H, definindo as tarefas e os responsáveis por elas, de maneira seja evidenciado com clareza a necessidade, ou não, de uma mudança, e formular um plano para alcançar esse objetivo.

Outra avaliação Institucional de grande importância para os cursos de Graduação é o Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE), que tem como objetivo avaliar o desempenho do estudante em formação nos Cursos de Graduação (Licenciaturas, Bacharelados e Tecnológicos). O SIAE está ancorado na proposta geral do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), art. 5º da lei nº10.861 de 14/04/2004, qual seja a de avaliar o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, bem como as habilidades e competências para a atualização permanente e os conhecimentos

sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento (Portaria nº 211, art. 1º. de 22/06/2012).

Com o intuito de alcançar o melhor acompanhamento dos estudantes, o SIAE se fundamenta na proposta de uma avaliação interna, diagnóstica e integrada ao processo de ensino e de aprendizagem, numa perspectiva projetiva. É um instrumento direcionado à avaliação do desenvolvimento das competências dos estudantes em suas áreas específicas de formação, por meio da aplicação do exame para aqueles que já possuem 50% ou mais de carga horária concluída. Os resultados possibilitam a revisão da formação dos estudantes em um movimento permanente de melhoria do processo educativo.

Os cursos participam do Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE) conforme o calendário do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Como regra geral, essa avaliação deve ser priorizada em relação a outras formas de avaliação realizadas por iniciativa dos cursos.

A análise da participação dos estudantes na prova SIAE gera relatórios, entregues às Coordenações de Curso, com resultados do desempenho dos estudantes. Esses resultados servem de apoio à gestão e visam à implementação de ações para a melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.

Ademais, os cursos são recorrentemente avaliados externamente, conforme prevê o SINAES. Os resultados obtidos são, sem dúvida, balizadores para melhorias nos projetos pedagógicos dos cursos a partir das reflexões, análises e acompanhamentos realizados pelo Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do curso.

9.1 FORMAS DE INGRESSO

O ingresso ao Curso, conforme consta nas Normas e Procedimentos Acadêmicos e nos Editais dos processos seletivos, poderá ocorrer por diversas formas a saber:

- Processo seletivo para acesso ao Ensino Superior: vestibular ou nota do ENEM;
- Programa Universidade para Todos (ProUni, Lei nº 11.096, 13 de janeiro de 2005);
- transferência;
- transferência *ex-officio*;
- portador de Diploma.

9.2 REGISTRO ACADÊMICO

A comunidade acadêmica, para acesso aos registros acadêmicos, está organizada em grupos/perfis, identificados por código de acesso único (RA/ID).

Os estudantes possuem acesso exclusivamente via Portal do Estudante, para informações relativas à sua Vida Acadêmica (Histórico Escolar, Declarações, Renovação de Matrícula, Dados Cadastrais etc.). Fisicamente, a documentação do estudante está arquivada em pastas suspensas, ordenadas cronologicamente pelo “Registro Acadêmico do Estudante” (RAA) regularmente matriculado ou ainda vinculado ao Curso, além de compor o acervo digital da Secretaria Acadêmica. A Documentação dos Estudantes Formados, Desligados e ou Cancelados, estão armazenadas em envelopes numerados e caixas do tipo “Box”. O acesso a este acervo é restrito.

Os professores contam com os recursos do Portal Institucional para o relacionamento com as suas turmas durante o período letivo e realização dos registros de acompanhamento do processo de ensino e de aprendizagem. Pelo Portal o docente registra a frequência, as atividades realizadas com as turmas, e lança os

resultados finais. No AVA e por meio de outros recursos tecnológicos os professores podem entrar em contato com a turma e enviar material de apoio à aprendizagem.

Os gestores (Coordenadores) acessam o sistema e possuem permissões para consulta às informações acadêmicas do Curso para análise e validação de diferentes processos acadêmicos como o aproveitamento de disciplinas, análise de proficiência, revisão de notas, entre outros.

Funcionários administrativos lotados na Secretaria Acadêmica, no Atende ou áreas estratégicas da instituição também têm acesso às ferramentas e relatórios do Sistema, conforme perfil, para consulta de dados, orientação aos discentes e andamento de processos acadêmicos, sempre orientados pelas diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

9.3 APOIO E ATENÇÃO AO DISCENTE

A proposta Institucional da Universidade Católica de Brasília visa proporcionar ao discente a atenção e o apoio necessários ao acesso a uma trajetória acadêmica de aprendizado representada numa formação profissional integral e ética. Para tanto reforça seu compromisso com práticas educacionais e assistenciais que fomentam o acolhimento, a inclusão, o cuidado e o humanismo solidário. As atividades configuradas para promoção da inclusão e atenção aos discentes visam ainda o fortalecimento de redes, pessoais e institucionais, de forma a fomentar a qualidade das relações interpessoais e coletivas para além do espaço universitário.

Para isso a UCB investe na configuração e funcionamento do Núcleo de Inclusão e Orientação Psicopedagógica (NIOP), estruturado para oferecer a experiência da vivência acadêmica de forma produtiva e interativa, proporcionando a formação integral dos estudantes.

O Núcleo está estruturado para a oferta de ações de acolhimento e acompanhamento de estudantes que identificam desafios de natureza psicopedagógica, proporcionando espaços coletivos e/ou individuais para atividades de orientação pedagógica e reorientação profissional, que visam contribuir para um melhor aproveitamento acadêmico.

As atividades do Núcleo estão organizadas e direcionadas de forma a proporcionar uma rotina de avaliação, acompanhamento e enfrentamento de possíveis dificuldades que se apresentem ao processo de ensino-aprendizagem, em especial ocorrências que comprometam ou inviabilizem a aquisição de novos conhecimentos, habilidades, atitudes e competências a serem desenvolvidas na formação discente.

O Núcleo oferece ainda uma atenção diferenciada e proporcional aos estudantes que, em situação de deficiência e/ou vulnerabilidade necessitam de estratégias específicas de acessibilidade, seja esta de natureza comunicacional, metodológica, digital, instrumental etc.

O Núcleo conta com uma equipe multidisciplinar e qualificada, e visa com isso ofertar atividades e serviços de atenção e acompanhamento de discentes, com o objetivo de avaliar conjuntamente suas dificuldades, em especial as de natureza acadêmica. A partir da identificação e mapeamento de situações que podem comprometer e/ou impossibilitar o processo de ensino-aprendizagem é possível traçar estratégias de intervenção e acompanhamento que possam assegurar o desenvolvimento profissional e pessoal discente, assim como qualificar as práticas docentes.

As ações executadas no contexto do NIOP podem se configurar em atividades individuais ou coletivas de apoio e orientação psicopedagógicas, assim como atividades de promoção de saúde e de fortalecimento das práticas educacionais, como a realização de oficinas pedagógicas, rodas de conversa, intervenções psicossociais, dentre outros. Tais atividades têm por objetivo a melhoria do desempenho acadêmico, social e emocional da comunidade acadêmica em geral, podendo contar para isso com membros da comunidade acadêmica mediante articulações institucionais assim como com parcerias externas.

Considerando ainda que o apoio discente, no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, exige a articulação com os docentes responsáveis pelo acolhimento a tais estudantes, o NIOP tem ainda como finalidade a oferta de suporte e assessoria ao corpo docente em práticas pedagógicas inclusivas. Esse suporte pode ser ofertado por meio de orientações e sugestões de estratégias de adequações pedagógicas, com a finalidade de acompanhar a inclusão dos estudantes com necessidades educacionais diferenciadas.

A Universidade Católica de Brasília reforça seu compromisso com a implementação de políticas de inclusão e acessibilidade ao estabelecer, conforme previsto na Lei 13.146/2015, que os projetos pedagógicos dos diversos cursos contemplem de forma Institucional a garantia do acesso ao atendimento educacional especializado. Esse atendimento, representado nos diferentes serviços ofertados pelo Núcleo de Inclusão e Orientação Psicopedagógica, visa organizar e proporcionar as adaptações necessárias para atendimento dos discentes com algum tipo de deficiência ou necessidade educacional diferenciada, de forma a garantir “o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia” (BRASIL, 2015).

Cumprir registrar que as estratégias de acessibilidade implementadas pelo Núcleo junto aos diferentes setores da Universidade são configuradas a partir do entendimento e definição da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n.º 6.949/2009) e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei n.º 13.146/2015), que assegura que “pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Sendo assim, toda a proposta de acompanhamento e adaptações razoáveis e necessárias é configurada pela equipe do Núcleo, em parceria com os respectivos discentes, de forma a assegurar sua participação ativa em todo o processo, reforçando com isso a necessidade do fomento a sua autonomia e participação ativa. Nesse sentido, o Núcleo trabalha em prol das necessidades e recursos identificados pela equipe multidisciplinar juntamente com o discente, sendo as estratégias periodicamente reavaliadas a partir dos resultados, assim como desafios encontrados.

O objetivo inicial do Núcleo é o de identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos em todas as atividades que compõem o seu processo de ensino aprendizagem. É imprescindível como estratégia de fomento à autonomia que a própria pessoa com deficiência, neste caso o discente, indique o que é relevante para a acessibilidade com base em sua experiência. A razoabilidade das adaptações

necessárias deve estar diretamente vinculada ao atendimento das necessidades específicas da pessoa com deficiência.

Em linhas gerais, é importante que as ações do NIOP visem assegurar estratégias e serviços que ofereçam condições de acessibilidade considerando o princípio da acessibilidade como as ações que garantam a igualdade de direitos e a equidade de oportunidade às pessoas com deficiência. Para tanto é fundamental que as ações de acessibilidade contemplem os seguintes aspectos:

- acessibilidade instrumental: tem por objetivo assegurar o acesso aos diferentes recursos de tecnologia assistiva considerando a avaliação prévia das necessidades de cada discente acompanhado pelo Núcleo. A utilização de tais recursos assistivos, assim como das adaptações necessárias visam tão somente reduzir ao máximo as dificuldades de acesso a ferramentas e instrumentos de estudo, trabalho e interação sociocultural para o discente no contexto da rotina acadêmica;
- acessibilidade metodológica: as intervenções e o suporte ofertados aos docentes em suas respectivas práticas pedagógicas visam garantir esse tipo de acessibilidade aos discentes, considerando a necessidade de adaptação de metodologias de ensino, práticas laborais e atividades comunitárias, de forma a assegurar a participação ativa e formativa de todos os discentes envolvidos em cada componente curricular;
- acessibilidade digital: sempre que necessário e conforme o princípio da razoabilidade, a instituição têm por responsabilidade viabilizar o acesso dos discentes aos recursos e ferramentas tecnológicas e físicas e que envolvam o uso de equipamentos, seja proporcionando as adaptações necessárias e/ou oferecendo alternativas compatíveis;
- acessibilidade atitudinal: inclui ações de fomento à diversidade e à inclusão como estratégias de enfrentamento de atitudes estereotipadas e preconceituosas que possam comprometer a qualidade das interações interpessoais e institucionais no contexto da vida acadêmica dos discentes em geral. A qualidade da vida acadêmica está diretamente relacionada a um ambiente Institucional que fomente a solidariedade, a fraternidade e a comunhão entre os diferentes;

- acessibilidade comunicacional: apoio à implementação de ações que utilizem e reforcem diferentes estratégias de fomento à comunicação, com o uso de linguagens diversificadas, claras e acessíveis. Tais ações favorecem o acesso às informações compartilhadas, assim como a interação com as mesmas e a devida contribuição para a formação integral de todos os membros da comunidade acadêmica;
- acessibilidade arquitetônica: Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos;
- acessibilidade pedagógica: Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.

Dentre as várias ações de acessibilidade desenvolvidas no âmbito do NIOP é possível identificar: a organização e preparação da infraestrutura logística e física junto aos demais setores e serviços da Universidade, de forma a assegurar e disponibilizar o apoio necessário quando de ações específicas, bem como promover conhecimentos sobre acessibilidade.

A adequação curricular deverá ser produzida de forma individual a partir da configuração e avaliação das necessidades educacionais diferenciadas, apresentadas pelo estudante e em consonância com a avaliação da equipe técnica do NIOP, da participação de docentes e Coordenação do respectivo Curso ao qual o estudante esteja vinculado, e dos recursos institucionais disponíveis.

Em linhas gerais, a adequação a ser proposta e organizada pelo NIOP com os estudantes com necessidades educacionais diferenciadas deverá contemplar duas grandes referências, entendendo que as adequações se caracterizam como respostas educacionais de enfrentamento às dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos estudantes. Podem ser caracterizadas com adequações pontuais e transitórias aplicadas a situações cotidianas do cenário universitário, ou exigir recursos diferenciados e/ou de longo alcance frente a dificuldades mais intensas e persistentes.

Em linhas gerais os objetivos da adequação curricular devem compreender um processo de “planificação pedagógica” (BRASIL, 2003) a partir da avaliação

conjunta da equipe técnica com os estudantes e os respectivos docentes e coordenações de curso de forma a conjuntamente definirem claramente:

- o que o aluno deve aprender;
- como e quando aprender;
- a identificação das formas de organização de ensino mais eficientes para o processo de aprendizagem;
- como e quando avaliar o estudante.

Os pontos de partida para essa avaliação e conseqüente proposição das adequações curriculares necessárias serão: o Projeto Pedagógico do respectivo curso ao qual o estudante está vinculado, assim como as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação profissional correspondente. As adequações curriculares deverão ser propostas e operacionalizadas a partir da interação entre as necessidades do estudante e os recursos e possibilidades institucionais disponíveis e indicadas pela equipe técnica do NIOP. Essa adequação pode ser progressiva e regular tendo como finalidade o favorecimento da promoção de autonomia e independência do estudante frente ao seu processo de aprendizagem e a sua formação profissional.

Cumprido destacar que as ações de inclusão e atenção ao discente realizadas pelo Núcleo visam contemplar os discentes durante toda a sua trajetória acadêmica. O acompanhamento deve ser feito durante todo curso, mediante a formalização do cadastro discente junto ao NIOP e a apresentação de laudo/relatório médico atualizado (com validade de 1 ano, exceto em casos de deficiências sensoriais e físicas).

A partir do cadastro formal do discente junto ao Núcleo os respectivos Coordenadores(as) e docentes que acompanham semestralmente os discentes em seus cursos e disciplinas são informados sobre as necessidades educacionais desses estudantes. O informe visa orientar e acompanhar os docentes na necessidade de adequação e adaptação de suas respectivas práticas pedagógicas de tal forma a assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

É fundamental que estratégias de acompanhamento e avaliação da implementação e fomento às diferentes ações de acessibilidade citadas sejam

realizadas com a regularidade necessária para garantir a qualidade nos serviços prestados, e/ou os ajustes necessários. Reforçando sempre que possível a necessidade do desenvolvimento da consciência inclusiva na Universidade e para além dela.

Além do NIOP, a UCB disponibiliza para a comunidade acadêmica outros serviços que visam acolher, e dar apoio e atenção ao discente de maneira a viabilizar uma vida acadêmica que lhe permita explorar todo seu potencial, e cujo foco seja de fato a formação integral desse estudante.

A própria concepção pedagógica dos cursos contribui para que o estudante receba toda a atenção de que necessita logo ao chegar à Universidade. Os componentes curriculares nos primeiros semestres trazem em sua gênese a proposta de que o estudante será acolhido em um contexto diferenciado de estudo, que é a Educação Superior e, dessa forma, terá uma visão do que é Universidade e condições de compreender os sentidos da formação acadêmica, ambientando no espaço da Universidade e conhecendo as melhores práticas de comunicação no meio acadêmico.

O estudante é, ainda, estimulado a participar de eventos internos e externos e de projetos de pesquisa e/ou extensão que irão compor sua formação acadêmica como componente curricular, tendo carga horária reconhecida para a integralização de seu curso. Eventos e atividades acadêmicas de relevância são divulgados pelos cursos a seus estudantes, bem como as possibilidades de intercâmbio.

No que tange ao processo de intercâmbio, os cursos contam com o apoio da Assessoria de Desenvolvimento Institucional, que tem como missão estimular o processo de internacionalização da Universidade Católica de Brasília. O estudante participante de tais programas é beneficiado com a isenção de taxas escolares durante sua permanência no exterior. Outro instrumento de estímulo para a participação dos estudantes em ações de mobilidade internacional é a oferta de bolsas de estudo em parceria com instituições conveniadas à UCB.

A UCB conta também com o Projeto de Relacionamento Estudantil (PRELEST) tem por objetivo contribuir para a articulação e formação política e cidadã dos estudantes, em uma perspectiva de fortalecer o movimento estudantil na UCB, através de projetos de formação, de espaço de diálogo e reflexão sobre as questões fundamentais que envolvem a Educação Superior e a Universidade, tendo em vista

uma Educação de qualidade e o protagonismo juvenil. O PRELEST apoia e acompanha as ações das entidades estudantis: Centros e Diretórios Acadêmicos, Ligas Acadêmicas e Associações Atléticas. A Pró- Reitoria Acadêmica e os cursos são responsáveis pelo suporte às ações de mobilização e representação estudantil.

Os Centros e Diretórios Acadêmicos tratam dos interesses; apresentam e discutem ideias; reúnem os estudantes; solucionam problemas; reivindicam direitos, realizam acolhimentos aos calouros e podem promover eventos em parceria com a coordenação dos cursos.

As Ligas Acadêmicas são constituídas por meio de grupos de estudantes com interesse acadêmico comum que se reúnem para realizar atividades práticas e teóricas sobre um Tema ou Unidade Curricular do curso de origem, sob supervisão de um ou mais docentes da UCB. As ações consistem em criar grupos de estudos; organizar e ofertar palestras, minicursos e ações solidárias, em consonância com a coordenação dos cursos.

Outra modalidade de agremiações são as Associações Esportivas, conhecidas como Atléticas, formadas por grupos de estudantes atletas, organizadas por curso ou universidade, sob a liderança da Liga Geral da UCB. A Liga Geral tem o objetivo de acompanhar, orientar e apoiar às associações atléticas da UCB nas atividades esportivas e encaminhamentos às autoridades. Já as Atléticas fomentam o esporte no âmbito dos cursos e da Universidade, promovem a participação dos estudantes em jogos universitários e selecionam equipes de diversas modalidades.

Todos os cursos de Graduação da UCB elegem representantes de semestre, buscando promover a escuta ativa dos seus estudantes. A representação de semestre é exercida, única e exclusivamente, em ambientes acadêmicos da UCB. A UCB destaca de modo específico, as seguintes contribuições da função de representante de semestre:

- a) permitir a participação do corpo discente, de maneira mais intensa, no processo acadêmico;
- b) viabilizar a representação os alunos junto à Coordenação de Curso e aos outros setores da UCB, por delegação do coordenador;
- c) ampliar e facilitar a comunicação entre o corpo discente e os docentes, coordenação e direção.

Em relação ao acompanhamento de egressos, a Universidade Católica de Brasília segue os princípios de relacionamento continuado e de parceria pedagógica estratégica. O princípio de relacionamento continuado (PRC) refere-se ao postulado de que o acompanhamento dos egressos é apenas uma das etapas de um processo ou sistema de relacionamentos da Instituição. Esse processo ou sistema inicia-se ainda antes da entrada do estudante na UCB, na parceria entre Escolas de Educação Básica e os Cursos. A segunda etapa dá-se quando da passagem do estudante pela instituição. A terceira consiste na oferta de serviço de apoio dado especificamente aos estudantes da Graduação, atendendo às especificidades de cada um deles. Por fim, a última etapa do processo de relacionamento continuado consiste no acompanhamento dos egressos, por meio da manutenção de vínculo com a Universidade.

O princípio de Parceria Pedagógica Estratégica (PPE) é referente ao postulado de que o protagonismo do estudante (preconizado pelos fundamentos das metodologias de aprendizagem ativa) não é interrompido ou finalizado com a cerimônia de colação de grau. Na UCB, os egressos são concebidos e tratados como um rico cabedal de conhecimentos sobre a Universidade e seus cursos, sobre o mercado de trabalho e as demandas da sociedade, e sobre os diferentes setores da economia nos quais os egressos estão diretamente inseridos e atuando.

Pelas razões acima, o capital de conhecimento dos egressos é tido na UCB como insumo fundamental para retroalimentar o seu sistema de ensino e de aprendizagem e para o repensar de suas práticas didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão. Desse modo, os egressos são vistos não como “ex-estudantes”. Para muito além disso, são tidos como “parceiros” privilegiados da Instituição, a qual beneficiam e por meio da qual são beneficiados.

A operacionalização da política de acompanhamento de egressos dos cursos de Graduação da UCB se dá por meio de quatro canais ou ferramentas:

- a) Encontros e participações de egressos e concluintes em atividades dos Cursos – estimulados Institucionalmente, promovendo entre os estudantes do curso a divulgação e a troca de experiência com profissionais egressos de destaque no mercado de trabalho, por um lado, e fortalecendo o vínculo e favorecendo a formação continuada, por outro;

b) O mapeamento é feito no âmbito do Curso, anual ou semestralmente, mediante o envio de questionário de *survey*. O mapeamento permite traçar o perfil dos egressos, dos concluintes e, não menos importante, possibilita a comparação desses dois perfis.

O questionário enviado aos egressos coleta e dá tratamentos metodológicos estatísticos e analíticos a dados relativos aos seguintes fatores: empregabilidade, empreendedorismo, envolvimento em educação continuada, faixas salariais e de renda, áreas específicas de atuação, nível de contentamento com a profissão escolhida, nível de satisfação com a eficácia e eficiência da formação recebida na UCB e com o exercício da profissão, avaliação da adequação da Matriz Curricular do Curso às demandas do sociedade e do mercado, dentre outros.

O questionário enviado aos concluintes, por sua vez, coleta e dá tratamento a dados concernentes às expectativas e estratégias de entrada no mercado, tanto empregatícias quanto empreendedoras; à área específica em que o concluinte pretende vir a atuar; às expectativas de faixa salarial ou de renda; ao planejamento de educação continuada, dentre outros.

c) A Agremiação de Egressos e Concluintes se dá no âmbito do Curso. A agremiação tem estatuto próprio. Cada agremiação tem por objetivo principal congregar estudantes concluintes, egressos e apoiadores do Curso.

9.4 OUVIDORIA

Outro serviço de apoio que merece destaque é a Ouvidoria, uma instância de constante diálogo com a comunidade acadêmica, recebendo e encaminhando para soluções as manifestações desta. Cabe à Ouvidoria administrar com independência, imparcialidade e autonomia toda a demanda do setor, dialogando constantemente com os demais gestores, tanto da área acadêmica quanto da administrativa e outros

agentes externos na busca de respostas e soluções às questões que lhe são formuladas.

9.5 POLÍTICAS DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Segundo a legislação brasileira, o termo acessibilidade é definido como “possibilidade e condição de alcance para utilização, como segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa com deficiência” (BRASIL, 1994).

A partir dessa definição, pode-se considerar que um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a seus usuários. Sabe-se que a dificuldade de acesso não se restringe apenas aos usuários de cadeira de rodas, pessoas com deficiência auditiva, visual ou intelectual, mas também àqueles que possuem mobilidade reduzida temporária, gerada por fatores como idade, gravidez e lactantes.

Semestralmente, são verificadas as condições de acessibilidade dos espaços de uso e passagens de áreas livres da UCB, seguindo orientações das normas de acessibilidade NBR 90/50. Isso contribui para que os setores específicos que cuidam da infraestrutura façam a manutenção adequada das rotas de passagens da pessoa com deficiência física, por exemplo, ou para a verificação e ajuste de qualquer barreira nas edificações e mobiliário.

A Universidade Católica de Brasília atende aos critérios de acessibilidade especificados na Portaria Federal Nº 3.284/2003 e do Decreto 6581/08, possibilitando ao estudante, ao colaborador e ao público com deficiência, autonomia nos espaços de aprendizagem, de atendimento ao público e nas demais áreas do espaço acadêmico.

Em atendimento a essa demanda por inclusão e permanência de seus estudantes, a UCB oferece inúmeras ações, criando as condições para que todos usufruam em plenitude de todas as oportunidades de aprendizagem e formação. Os “Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (BRASIL, 2013, p. 36-39) apresentam um quadro síntese com o espectro de acessibilidade, sua definição e

prática/exemplos relacionados às IES, o qual reproduzimos abaixo, indicando as ações realizadas Institucionalmente para atender aos requisitos legais previstos no documento em epígrafe:

QUADRO 07 – Acessibilidade

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
<p>Acessibilidade atitudinal</p>	<p>Refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.</p>	<p>A UCB investe constantemente em sua infraestrutura para o atendimento aos estudantes com necessidades específicas, em campanhas que tratam da diversidade, e em programas e projetos de extensão que atendam à comunidade interna e externa, promovendo, dessa forma, uma convivência saudável e respeitosa entre seus diversos atores sociais.</p> <p>Há uma evidente preocupação Institucional com a formação de valores em seus estudantes. O cuidado e o acolhimento com vistas à inclusão antecedem à chegada do estudante à instituição que recebe tratamento diferenciado desde o processo seletivo seja na oferta de ambiente adequado, no acompanhamento profissional quando da realização da prova, nos recursos físicos para acesso à avaliação até a correção das provas.</p> <p>Toda a comunicação com a sociedade, por meio de seu portal, oferece condições de acessibilidade visual. Em as palestras abertas ao público interno e externo contam com intérpretes de LIBRAS e acessibilidade física em seus ambientes.</p>

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
		A UCB também atende à legislação no que diz respeito à contratação de profissionais com deficiência.
Acessibilidade arquitetônica	Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.	<p>O espaço físico da UCB foi projetado para atender a diferentes necessidades de sua comunidade acadêmica, contando com:</p> <ul style="list-style-type: none"> - rampas de acesso em vários pontos da área externa da Universidade e, na área interna dos edifícios, rampas ou elevadores, possibilitando a circulação; - vagas nos estacionamentos próximas às rampas e porta de acesso aos blocos, que permitem o embarque e desembarque de pessoas em condição de mobilidade reduzida; - adaptações dos banheiros estão de acordo com as exigências arquitetônicas de acessibilidade. Há adaptações nas bancadas (lavabos), algumas portas são de estilo sanfonadas (PVC), o que permite o acesso de cadeiras de rodas; as barras de apoio encontram-se fixadas à parede; o vaso sanitário é de modelo comum com altura adaptada; e há espaço condizente para locomoção das cadeiras de rodas; - existem bebedouros adaptados na área de circulação interna e telefones públicos em todos os blocos e uma unidade de telefone público próprio para deficientes auditivos (TDD); - há também mobiliário adaptado nas salas de aula.
Acessibilidade pedagógica	Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo.	Os estudantes da UCB com deficiências são encaminhados

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
	<p>Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas.</p>	<p>atendidos e recebem a apoio e orientação inclusiva realizada por profissionais, contando com tratamento acolhedor e especializado. A eles são disponibilizados: acesso a <i>Softwares</i> que facilitam o acesso à informação; intérpretes de LIBRAS; leitores e transcritores; entre serviços e apoios outros.</p> <p>Os professores e coordenadores de curso são orientados sobre o atendimento a ser dado ao estudante, criando uma rede de atendimento de qualidade que contribua efetivamente para a sua aprendizagem.</p> <p>O atendimento inclusivo na UCB desenvolveu materiais informativos e orientações específicas ao docente que recebe em sua turma o estudante com deficiência, além de desenvolver oficinas e atividades formativas que são realizadas nas semanas e jornadas pedagógicas realizadas semestralmente.</p> <p>Com isso, pretende-se ampliar os conhecimentos do docente acerca do processo de adaptação curricular e do atendimento aos estudantes com deficiência e distúrbios de aprendizagem.</p>
Acessibilidade Programática	<p>Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos, entre outros).</p>	<p>A UCB promove processos de sensibilização como a inclusão componentes curriculares específicos institucionais para a formação dos estudantes, como: LIBRAS e outras unidades curriculares de formação geral e humanística, além de diferentes</p>

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
		<p>ações que tratam do respeito à diversidade, às relações étnico-raciais e de gênero, etc.</p> <p>Ademais, promove recorrentemente eventos de conscientização e informação sobre as temáticas da inclusão e os direitos que vão sendo paulatinamente agregados a essa população. Cuida ainda dos estudantes que chegam com dificuldades advindas da formação precária ao ofertar como mecanismos de nivelamento, e monitorias.</p>
Acessibilidade nas comunicações	<p>É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).</p>	<p>A UCB conta com a presença de intérpretes e letores na sala de aula, em consonância com a Lei de Libras – e Decreto de Acessibilidade.</p> <p>Investe na acessibilidade às formas digitais de comunicação com a comunidade interna e externa.</p>
Acessibilidade digital	<p>Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.</p>	<p>A UCB promove todas as condições para que os recursos digitais para facilitar a aprendizagem do estudante sejam disponibilizados de forma fácil e rápida.</p> <p>No portal da UCB, evidenciam-se as condições de acessibilidade visual, como aumento de fonte, alteração de cor. Os estudantes também recebem suporte técnico para utilização plena dos recursos digitais no AVA, os quais são adaptados de acordo com a necessidade e realidade do estudante.</p> <p>Para os estudantes com deficiência visual, os recursos oferecidos são: <i>scanner</i> acoplado ao computador,</p>

Espectro de Acessibilidade	Definição	Ações empreendidas
		réguas de leitura, kit de escrita Braille com prancheta, reglete, punção e folhas Braille; digitalização de textos; leitor e transcritor; impressão em Braille em parceria com a Biblioteca Braille de Taguatinga – Dorina Nowill. Está ainda disponível, no Sistema de Biblioteca da UCB, o total geral de 203 exemplares em Braille (coleções de livros, periódicos e folhetos). Em audiolivros, são 144 gerais de títulos e 198 exemplares.

Fonte: UCB

Como se pode constatar, a UCB, em conformidade com os “Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior” (2013, p. 5), contribui efetivamente para “materializar os princípios da inclusão educacional que implicam assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes”.

10 GESTÃO DO CURSO DE DIREITO

10.1 PERFIL DA COORDENAÇÃO DE CURSO

O delineamento atual do PPI da UCB conduz a um perfil de gestor que, para além de acompanhar, possa atuar de modo crítico e proativo na condução do grupo de pessoas, no processo de formação e na busca de soluções para os desafios que se apresentam. A gestão dos cursos é realizada pelo coordenador do curso com apoio da Pró-Reitoria Acadêmica e de diferentes áreas acadêmicas.

O Coordenador do Curso de Direito possui o perfil alinhado ao cumprimento da missão e valores da Universidade. A gestão é humanizada e, além de acompanhar, atua de modo crítico e proativo na condução do grupo de pessoas, no processo de formação e na busca de soluções para os desafios que se apresentam. A gestão dos cursos é realizada pelo coordenador com o apoio de assessores pedagógicos cujas atribuições estão descritas no Regulamento Geral da Graduação.

10.2 PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e o Programa de Avaliação Institucional, a avaliação do curso de Direito da UCB é periódica e continuamente avaliado por meio dos instrumentos internos (avaliações realizadas pela Comissão Permanente de Avaliação – CPA e Sistema Interno de Avaliação do Estudante - SIAE) e pelas avaliações externas (avaliações do MEC).

A Avaliação Institucional na UCB realiza-se mediante a articulação dos seguintes processos:

- a) avaliação externa: compreende as avaliações realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ou outros órgãos e contempla, entre outras, a avaliação da Instituição, as avaliações de curso e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade);
- b) autoavaliação: compreende os processos avaliativos realizados pela própria UCB e inclui a análise dos relatórios gerados pelas avaliações

externas. É coordenada pela Comissão Própria de Avaliação - CPA, que define a metodologia, os procedimentos e os objetivos dos processos avaliativos, bem como constrói e avalia a proposta da autoavaliação.

A autoavaliação dos cursos de graduação presenciais é realizada semestralmente via processo eletrônico e aberta aos estudantes e docentes dos cursos.

O objetivo é subsidiar a melhoria contínua dos processos de ensino e de aprendizagem e dos recursos e métodos didático- pedagógicos. Os instrumentos de autoavaliação são analisados e organizados pela CPA e avaliam as seguintes dimensões: o componente curricular; as estratégias de ensino; as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e a atuação da coordenação de curso. Os instrumentos são elaborados de forma que o preenchimento seja facilmente realizado e possibilite resposta rápida.

Também compõem a autoavaliação dos cursos de graduação:

- os aspectos relacionados à Instituição, como a infraestrutura física, os serviços oferecidos e prestados, a comunicação Institucional, entre outros. Eles são analisados permanentemente por meio do formulário da Avaliação de Serviços e Infraestrutura no site da UCB, possibilitando aos estudantes, professores e técnico-administrativos o envio de sugestões, elogios e críticas durante todo o ano, agilizando a resolução de eventuais problemas identificados;
- a Pesquisa de Satisfação, aplicada a cada dois anos e que verifica a satisfação dos estudantes;
- a Pesquisa de Empregabilidade dos Egressos no curso verifica a contribuição da UCB na formação e trajetória profissional dos diplomados.

Os instrumentos de avaliação são aplicados com o apoio técnico-operacional do setor de Avaliação e Regulação, com acompanhamento da CPA. Os estudantes são estimulados a participar e são informados sobre os períodos de avaliação por meio de campanhas. A participação no processo é democrática e voluntária.

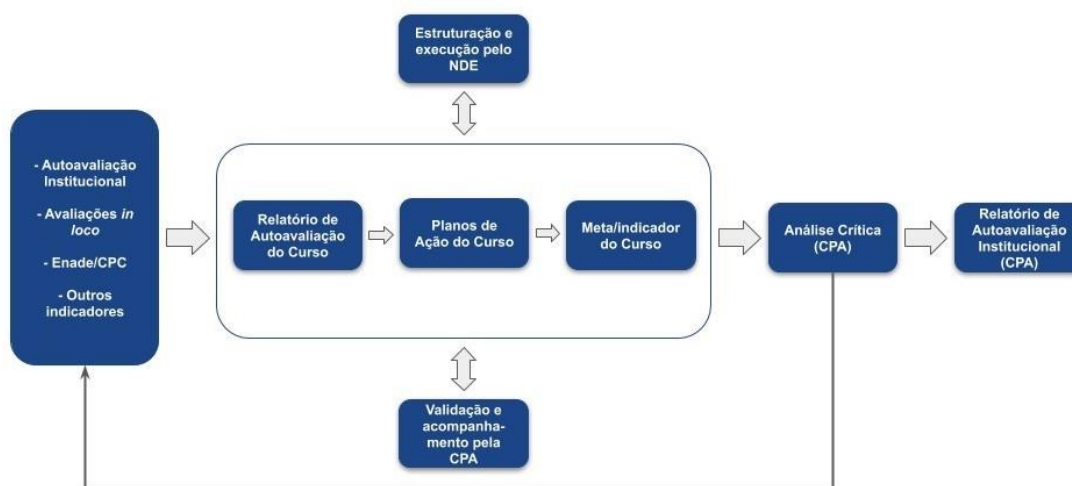
A partir do resultado dessas avaliações a coordenação do curso decide que ações promover, juntamente com o NDE, de modo a resolver todas as necessidades apontadas. Além disso, o coordenador do curso mantém abertos diversos canais que possibilitam o diálogo com os estudantes, professores e funcionários administrativos.

Em cada turma são apontados dois representantes discentes que se comunicam diretamente com a coordenação do curso e o NDE. Entre os professores, é escolhido também aquele que representará duas turmas, para que faça a interlocução dos demais professores daquelas turmas com a coordenação. Em acréscimo, reuniões periódicas com o NDE, Colegiado e Centro Acadêmico balizam a relação dialógica que a coordenação do curso tanto preza. Finalmente, há a opção de contato direto dos estudantes e professores– seja pessoalmente ou por meio virtual – com o coordenador do curso ou a assessoria pedagógica.

Como resultado dos processos de avaliação externa e da autoavaliação são elaborados planos de ação a serem implementados visando à qualificação e ao aperfeiçoamento contínuo do curso e da qualidade dos serviços prestados pela UCB. Nas reuniões do Conselho de Curso em que estão presentes representantes dos discentes é apresentado o planejamento para atendimento das sugestões ou demandas oriundas dos processos avaliativos.

Da autoavaliação dos cursos resulta o Relatório de Autoavaliação Institucional, redigido pela CPA e enviado eletronicamente ao Ministério da Educação de acordo com as regulamentações vigentes. A figura 10 demonstra o fluxo de análise dos resultados das avaliações.

FIGURA 10 – Fluxo de análise dos resultados das avaliações



Fonte: UCB

A divulgação dos resultados dos processos de avaliação é realizada por meio da página da Avaliação Institucional no *site* da UCB; em notícias no *site* da UCB e nas

redes sociais; em reuniões periódicas entre a Reitoria e a comunidade discente; e em reuniões semestrais da Reitoria com representantes de turma; entre outros.

11.1 COLEGIADO DO CURSO E PERFIL DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Colegiado de Curso corresponde a um fórum que tem por finalidade promover a racionalização e a otimização dos procedimentos pedagógicos e administrativos, por meio da discussão e deliberação sobre assuntos referentes ao cumprimento da missão, visão de futuro e valores da UCB, bem como do cumprimento das propostas constantes no PPC.

O Colegiado do Curso de Direito é um órgão representativo de caráter consultivo cuja composição e critérios de representatividade são definidos por cada curso.

No Curso de Direito, o Colegiado de Curso é formado por:

- docentes vinculados ao curso;
- representantes do corpo discente;
- representante do corpo técnico-administrativo.

Compete ao Colegiado de Curso assessorar a Coordenação do curso na administração dos assuntos acadêmicos, bem como encaminhar à Coordenação do curso assuntos de ordem ética e disciplinar no âmbito do curso. O Colegiado do curso se reúne, ordinariamente semestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Coordenação do curso ou por solicitação de, no mínimo, um terço dos seus membros.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de Graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso. (Resolução CONAES n. 01/2010, art.1).

O PPC passa por avaliações do NDE, tendo como ponto de partida os relatórios anuais da Comissão Própria de Avaliação, que contempla os resultados da avaliação Institucional, os relatórios do Sistema Interno de Avaliação do Estudante (SIAE), do último ENADE e das visitas in loco de avaliadores do INEP. Estas informações e dados subsidiam as reuniões do NDE para reavaliação do Projeto e de sua aderência com o mercado de trabalho e o marco legal vigente.

Os critérios para a constituição do NDE, seu papel, função e atuação estão descritos no Regulamento Geral da Graduação.

11.2 PERFIL DO CORPO DOCENTE

O corpo docente da UCB é formado por especialistas, mestres e doutores, em regime de trabalho de tempo parcial, integral ou horista, experientes no magistério superior. A proposta Institucional de formação integral da pessoa humana reveste o papel do docente de fundamental importância. Assim, espera-se um perfil de educador que expresse os seguintes compromissos:

- conhecer e tomar para si o Projeto Pedagógico do Curso, de modo que sua práxis docente esteja articulada com todo o processo de formação e objetivos do curso, assim como com os diferentes atores envolvidos;
- estender a sua ação docente para além da sala de aula, compreendendo que as atividades de pesquisa e extensão são também espaços de aprendizagem interdependentes, que existem diferentes formas de aprender e que a perspectiva esperada é a de foco na aprendizagem, e não na transmissão ou na instrução;
- valorizar e apropriar-se de estratégias formativas bem-sucedidas, com o foco no processo de aprendizagem e não na instrução, pesquisando a própria atividade docente e, a partir disso, desenvolver e validar diferentes estratégias formativas;
- manter relações construtivas e éticas com os estudantes de modo a promover autonomia, comprometimento e desenvolvimento de estratégias efetivas de estudo e aprendizagem;
- utilizar metodologias de ensino e avaliação coerentes com a proposta de formação integral da pessoa, de modo que estes processos contemplem habilidades teóricas, técnicas e de cidadania;
- dispor-se e comprometer-se com a produção de conhecimento e com a preparação das novas gerações;
- dominar e desenvolver as competências pretendidas para o perfil dos egressos.

O perfil docente descrito confere homogeneidade e identidade ao curso, mantendo-se coerente com o perfil do educador descrito no PPI. Homogeneidade, contudo, não implica ausência de diversidade. Nesse sentido, o corpo docente deve constituir-se de profissionais de formação acadêmica consistente, com diferentes experiências profissionais e acadêmicas. Essas características podem garantir formação de alto nível e generalista. Além disso, a perspectiva de diversidade propicia melhor adequação da formação docente às diferentes atividades de ensino, pesquisa e extensão.

11.3 FORMAÇÃO CONTINUADA DO CORPO DOCENTE

A formação continuada docente na UCB tem privilegiado a reflexão e a problematização da prática docente a partir de sua articulação com o PPI e com o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPCs), fomentando o planejamento do ensino com foco na aprendizagem ativa e no protagonismo do estudante. Assim, convidamos nossos professores a assumirem a prática docente como objeto de sua curiosidade, questionando-a e reelaborando-a permanentemente na busca de sua qualificação. Este movimento de ação-reflexão-ação, por sua vez, se dá tanto no âmbito individual, da prática de cada professor, quanto no âmbito coletivo, através da promoção de espaços de colaboração e socialização de boas práticas e de experiências exitosas.

11.3.1 Objetivo geral

Realizar um processo formativo que valorize a atualização e o aprimoramento contínuo da prática docente, buscando garantir a qualidade e a inovação dos métodos e práticas pedagógicas, de modo a contribuir para a consolidação coletiva do perfil docente desejado pela UCB.

11.3.2 Objetivos específicos

Para a formação continuada do corpo docente são determinados os seguintes objetivos específicos:

- a. Promover a articulação do planejamento docente com o PPI e com o PPC, compatibilizando as concepções de aprendizagem no desenvolvimento do perfil de egresso;
- b. Fomentar os professores ao desenvolvimento e aprimoramento de suas práticas docentes, tendo a aprendizagem ativa como foco do planejamento das atividades de ensino;
- c. Estimular os professores ao questionamento e à elaboração do fazer docente;
- d. Incentivar o uso de tecnologias educativas como facilitadoras do processo de aprendizagem;
- e. Estimular a interação entre professores, a partir da reflexão, discussão e socialização das práticas docentes;
- f. Promover a reflexão sobre a prática docente, reconhecendo os desafios da Educação superior, e a realidade como complexa e marcada pela diversidade;
- g. Favorecer a articulação entre o contexto pedagógico e a avaliação contínua do desempenho discente e docente;
- h. Estimular os professores no engajamento pela transformação da sociedade, por meio de suas práticas educativas.

O Plano de Formação Continuada Docente se organiza a partir de 03 (três) eixos:

- Reflexão sobre a prática: a partir do fazer concreto dos professores nos diferentes espaços de aprendizagem, refletir sobre como percebem a própria atuação e promover a busca por diferentes soluções para os desafios do cotidiano educativo.
- Atualização, qualificação e aperfeiçoamento: realização de estudos, discussão e vivências que promovam a adoção de novas práticas, por meio da socialização de conhecimentos e experiências positivas, inspirando

novas reflexões e práticas que respondam de forma mais efetiva aos desafios enfrentados pelos docentes nos diferentes espaços de aprendizagem.

- Elaboração e reelaboração das práticas docentes: adoção efetiva de novas práticas alinhadas ao perfil docente delineado no PPI, e que promovam a autoria, a autonomia e o protagonismo discente na construção da aprendizagem ativa e significativa.

Para efetivação e articulação desses eixos são desenvolvidas diferentes ações:

- a. Acolhida docente: realizada no início de cada semestre e que tem como propósito mobilizar, despertar a reflexão e inspirar novas práticas aos professores;
- b. Reuniões docentes: realizadas ao longo do semestre e que objetivam o debate e a troca de experiências entre os docentes;
- c. Oficinas e formações: realizadas principalmente no início e final de cada semestre, tem como propósito a atualização, a qualificação e o aprofundamento de conhecimentos didático-pedagógicos;
- d. Orientações e debate em espaço virtual docente, disponível permanentemente, onde podem ser acessados documentos institucionais, como o Guia de Orientação para a Docência Centrada na Aprendizagem Ativa e a utilização de ferramentas de tecnologia para a facilitação da aprendizagem.

As atividades de formação continuada são realizadas especialmente nos períodos destinados às atividades pedagógicas e de formação docentes, previstas no Calendário Acadêmico. Ao longo de todo ano ainda são organizadas e ofertadas atividades de formação continuada de acordo com as demandas e necessidades identificadas juntos aos Cursos, considerando o interesse, as necessidades e a disponibilidade dos docentes.

11.3.3 Resultados esperados

Espera-se que sejam alcançados os seguintes resultados:

- Reflexão crítica contínua acerca da prática docente frente aos desafios da Educação Superior no Brasil;
- Percepção da prática docente como fundamento essencial do processo de construção do perfil de egresso do curso e da UCB;
- Articulação e alinhamento entre as práticas docentes, o PPI e o PPC;
- Utilização crítica e consciente de metodologias de aprendizagem ativa;
- Difusão e uso de tecnologias educativas por professores e estudantes;
- Melhoria das práticas docentes, verificadas pela avaliação Institucional, e da aprendizagem discente, observada nas avaliações internas e externas.

A formação docente também participa do processo de acolhida e adaptação do docente recém-contratado. A Coordenação Acadêmica disponibiliza aos docentes um espaço de interação, troca de experiências e formação on-line no ambiente virtual de aprendizagem.

Além das Oficinas e Formações já realizadas para o público docente, com foco nas atividades de ensino, são ofertadas ainda formações específicas para docentes em funções de Gestão (Coordenadores de Curso e Assessores) e NDEs. Estas formações têm como temáticas especiais: Planejamento Estratégico, Planejamento e Acompanhamento do trabalho docente (PPC e Plano de Ensino); Acompanhamento e Avaliação de Cursos (Avaliações internas e externas), Avaliação da aprendizagem e relatórios ENADE e Tecnologias aplicadas à Gestão Acadêmica.

Entende-se que o corpo técnico e administrativo da UCB é parte integrante e fundamental na consolidação dos objetivos do Projeto Pedagógico dos Cursos da UCB. Assim, o perfil desse funcionário relaciona-se com:

- criação de uma responsabilidade coletiva, partilhada com todos os atores do processo de formação, por meio da colaboração;
- compromisso com o desenvolvimento profissional para o bom desempenho das suas atividades na UCB;
- compromisso com a sustentabilidade e conservação do patrimônio da UCB e dos recursos físicos sob sua responsabilidade;
- cuidado no trato e encaminhamento dos processos e trâmites documentais, fornecendo e divulgando informações pertinentes, com respeito ao sigilo e privacidade exigidos.
- A UCB oferece regularmente cursos que visam à contínua formação de seus funcionários.

13 POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO CORPO DOCENTE E AO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O cuidado, o respeito, a valorização e o acolhimento são aspectos centrais nas relações humanas, pessoais, profissionais e acadêmicas no âmbito da Universidade. A comunidade acadêmica, de forma geral, e seus educadores - docentes e técnico-administrativos, de forma especial, zelam pela construção e manutenção de um ambiente amistoso e acolhedor, onde as relações se estabeleçam de forma afetuosa. Esta perspectiva deve inspirar todos os processos, os procedimentos e as comunicações que se estabelecem e se desenvolvem na UCB.

Neste sentido, diferentes espaços de acolhimento, escuta e apoio foram instituídos na universidade e servem para a melhoria permanente do clima organizacional, bem como da promoção e qualificação dos processos educativos que se realizam na UCB. No que diz respeito ao corpo docente, a Pró-Reitoria Acadêmica é o eixo deste processo, zelando pelas políticas de atenção e valorização do corpo docente. Já o corpo técnico-administrativo encontra na Pró-Reitoria Administrativa as diretrizes e ações de promoção do cuidado e da melhoria do ambiente de trabalho e de valorização das pessoas.

São instâncias importantes neste processo: os gestores em seus diferentes níveis, a Coordenação de Pastoral, a Ouvidoria, a Comissão Disciplinar, os serviços de atendimento e apoio à comunidade acadêmica e a Coordenação de Recursos Humanos, como articuladora das políticas institucionais voltadas para os educadores (docentes e administrativos).

Em nível macro, todos os educadores da UCB são assistidos e orientados pelas políticas institucionais da Mantenedora que, amparadas nos valores cristãos e nos carismas de seus santos fundadores, apresentam à comunidade acadêmica os parâmetros que regem suas relações e seus processos. Exemplos importantes destes parâmetros podem ser encontrados na política de contratação e dispensa de colaboradores, no código de conduta ética, na política de segurança da informação e na política de incentivo à qualificação.

13.1 POLÍTICA DE CONTRATAÇÃO E DISPENSA DOS COLABORADORES

Incentivar processos e soluções justos, eficientes e equitativos, de acordo com a legislação vigente para os conflitos decorrentes de relações de trabalho relacionadas com a contratação e dispensa de colaboradores; apoiar os gestores para uma abordagem transparente, justa, coerente e eficaz para a contratação e dispensa de colaboradores; assegurar que as atividades de contratação e dispensa de colaboradores sejam realizadas em conformidade com a legislação vigente e com as convenções sindicais que regulam esse tema; definir as diretrizes para a realização de contratação e dispensa de colaboradores; assegurar que as atividades de contratação e dispensa sejam realizadas de forma transparente, ética, justa, segura, eficiente, eficaz e em conformidade com a lei.

13.2 CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA

Fortalecer a cultura ética da Organização, elevando o nível de confiança, respeito e solidariedade em todas as suas relações internas e externas; administrar, prevenindo, reduzindo ou eliminando conflitos de interesse entre pessoas e grupos ou áreas da instituição; servir de referência na avaliação de eventuais violações das Normas do Código de Conduta Ética; preservar a imagem e a reputação da instituição ante as comunidades na quais atua.

13.3 POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Assegurar a proteção de nossas informações e nossos sistemas de informação incluindo-se, mas não se limitando a: computadores, dispositivos móveis, equipamentos de rede, software e dados; e a mitigação de riscos associados com o roubo, perda, mau uso ou dado aos nossos sistemas; fornecer um ambiente de trabalho e sistemas de informação protegidos e seguros para colaboradores, alunos e quaisquer outros usuários autorizados; assegurar que todos os nossos usuários

autorizados compreendam e cumpram esta política e quaisquer outras políticas, normas, procedimentos relacionados, e também trabalhem de acordo as melhores práticas; certificar que todos os usuários compreendam suas próprias responsabilidades para proteger a confidencialidade e a integridade dos dados que eles acessam; proteger nossa organização de uma eventual responsabilização ou de eventuais danos sobre o uso indevido de suas informações, sistemas de informação e recursos de TI; responder às demandas legais e institucionais sobre o assunto e iniciar um ciclo de melhoria contínua dos mecanismos de governança.

13.4 POLÍTICA DE INCENTIVO À QUALIFICAÇÃO

Manter elevados padrões de desempenho no trabalho; melhorar a compreensão dos fatores que afetam o desempenho no trabalho; compartilhar ideias e divulgar boas práticas; melhorar a efetividade da gestão e a implementação de mudanças efetivas; construir equipes capazes e eficazes; aumentar a motivação e a satisfação dos colaboradores para o trabalho; facilitar o desenvolvimento profissional dos colaboradores; apoiar gestores para uma abordagem transparente, justa, coerente e eficaz para o incentivo à qualificação dos colaboradores; assegurar que cada indivíduo seja encorajado a desenvolver seu potencial pessoal e profissional; assegurar que a aprendizagem ao longo da vida seja apoiada e incentivada para todos os colaboradores; proteger a instituição de eventuais litígios, sanções, responsabilizações ou eventuais inconformidades, ilegalidades decorrentes de eventuais incentivos à qualificação de colaboradores sem a observação da legislação e das normas em vigor; definir as diretrizes para a realização de incentivo à qualificação; assegurar que os incentivos à qualificação sejam realizados de forma transparente, ética, justa, eficiente, eficaz e em conformidade com a lei.

13.5 POLÍTICAS DE ATENÇÃO

Todos estes documentos se fundamentam numa perspectiva qualificada e humanizadora, atenta aos aspectos individuais e coletivos na defesa dos valores






cristãos e na consecução de uma gestão acadêmica justa, transparente, coerente e eficaz.

A Coordenação de Recursos Humanos, em consonância com os princípios institucionais, tem como principal objetivo oferecer atendimento e encaminhamento de cunho trabalhista aos colaboradores do corpo técnico-administrativo e corpo docente, assim bem como, no desenvolvimento profissional.

Releva notar a obtenção do selo Great Place to Work (traduzido como Melhores Lugares para Trabalhar), um indicador de gestão de pessoas em uma dada organização, obtido a partir de uma pesquisa com os colaboradores, para avaliar uma série de critérios relacionados ao ambiente de trabalho, clima organizacional e gestão de pessoas.

Em 2022 as Unidades de Missão da UBEC participaram da pesquisa, onde foram avaliadas as seguintes dimensões:

FIGURA 11 – X

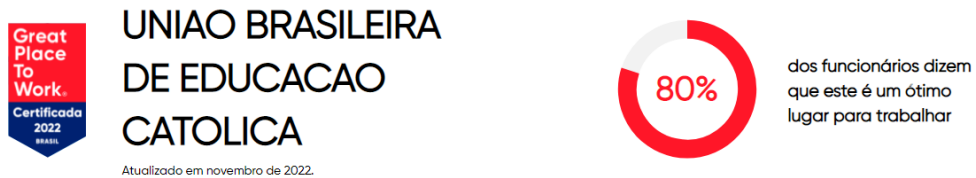
Dimensões	Como elas atuam no ambiente de trabalho
Credibilidade 	<ul style="list-style-type: none">• Comunicação informativa e acessível• Competência na condução de pessoas e negócios• Integridade e consistência na condução da visão
Respeito 	<ul style="list-style-type: none">• Envolvimento em decisões relevantes• Reconhecimento• Apoio para desenvolvimento profissional
Imparcialidade 	<ul style="list-style-type: none">• Equidade e equilíbrio no reconhecimento• Ausência de favoritismo• Justiça no tratamento
Orgulho 	<ul style="list-style-type: none">• Orgulho do trabalho realizado individualmente• Orgulho do trabalho realizado coletivamente• Orgulho da imagem e atuação da empresa na comunidade e mercado
Camaradagem 	<ul style="list-style-type: none">• Espaço para ser espontâneo• Ambiente amigável e hospitaleiro• Sentimento de “família” ou “equipe”

Fonte: UCB

Cada dimensão foi avaliada a partir das visões da empresa e de área. A Visão da Empresa (VE) representa a percepção dos colaboradores em relação à empresa como um todo. Já a Visão da Área (VA) corresponde à área de trabalho e ao gestor imediato.

Os resultados da pesquisa apontam que 80% (oitenta por cento) dos funcionários reconhecem o Grupo UBEC como um ótimo lugar para trabalhar.

FIGURA 12 – x



Fonte: UCB

14.1 INSTALAÇÕES GERAIS

A instituição reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes espaços acadêmicos e extrapola o ambiente da sala de aula tradicional. Entretanto, não há como negar que, na atualidade, a sala de aula ainda se revela um espaço privilegiado para o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Para atender a comunidade universitária, a sala de aula dos tempos modernos precisa incorporar elementos de conforto ambiental e de modernização, a exemplo de equipamentos e ferramentas tecnológicas tais como recursos audiovisuais, internet, entre outros. Esses elementos viabilizam a utilização de novas metodologias de ensino e imprimem uma nova dinâmica às aulas, motivam estudantes e professores e elevam a qualidade do ensino.

A UCB tem 18 blocos de edifícios, 5 auditórios, 2 ginásios, 2 bibliotecas e espaços que permitem a formação integral de acordo com o perfil do egresso de seus cursos, conta com 160 laboratórios, sendo que destes, 61 são de uso comum e 99 de uso específico e continua o seu projeto de expansão, inovação, alta tecnologia agregada ao ensino de qualidade com os novos espaços:

- - Laboratório Colaborativo de Ideias (Colabid), em que parte do conceito co-working para se situar como um ambiente voltado para o desenvolvimento de processos criativos;
- - Startup Católica, uma sala que acolhe empresas selecionadas pelo programa de pré-aceleração que ajuda no amadurecimento dos projetos e na sua transformação em negócios;
- - Laboratório de Empreendedorismo, novo espaço de conhecimento, ensino e pesquisa da Universidade em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae);
- - Laboratório de Nanobiotecnologia, um dos mais importantes e completos do Brasil (em construção).

A Seção de Laboratórios de Informática (SLAB) oferece aos alunos e professores os recursos de informática necessários para o desenvolvimento da formação acadêmica disponibilizando uma estrutura de 21 Laboratórios de

Informática, instalados nos Câmpus Taguatinga. Dentre estes, 04 são salas públicas, que têm por finalidade:

- disponibilizar aos usuários os recursos necessários às suas atividades extraclasse para a elaboração e impressão de monografias, trabalhos acadêmicos e pesquisas na Internet;
- apoiar a condução dos componentes curriculares de todos os cursos da UCB que necessitam pedagogicamente de recursos computacionais;
- oferecer suporte para treinamentos e capacitação de Docentes e Discentes.

Das 04 salas públicas, uma é preparada e equipada exclusivamente para os estudantes dos cursos de Tecnologia de Informação que encontram neste espaço todas as características e *softwares* específicos do seu curso.

Os outros 17 laboratórios são destinados ao desenvolvimento das aulas, utilizados pelos mais diversos cursos, conforme descrição a seguir:

QUADRO 10 – XXXX

LABORATÓRIOS	ESPECÍFICO			LOCALIZAÇÃO	ÁREA (M ²)	CAPACIDADE
	FG/B	FP/E	PP/PSC			
Laboratório de rede de computadores		X		C103	77	30
Laboratório de Informática – Perícia Digital		x		B007	74	35
Laboratório de Informática	X	X		A013	52	27
Laboratório de Informática	X	X		B106	78	35
Laboratório de Informática	X	X		B107	78	34
Laboratório de Informática	X	X		C102	77	35
Laboratório de Informática	X	X		R01A	80	40
Laboratório de Informática	x	x		R01B	80	36
Laboratório de Informática	x	x		K033	40	21
Laboratório de Informática	x	x		K134	54	27
Laboratório de Informática	x	x		K261	54	21
Laboratório de Informática	x	x		M107	93	54
Laboratório de Informática	x	x		M108	80	44
Laboratório de Informática	x	x		M109	61	34
Laboratório de Informática	x	x		M110	61	34
Laboratório de Informática	x	x		M111	80	48
Laboratório de Informática	x	x		M113	80	48
Laboratório de Informática	x	x		M114	80	44

Fonte: UCB

A integração entre ensino, pesquisa e extensão, também demanda laboratórios bem equipados que respondam à pluralidade e às especificidades dos cursos oferecidos pela instituição no âmbito da Graduação e da Pós-Graduação, bem como a implantação de ações de inovação técnico-científica.

A Universidade, a partir de uma perspectiva de crescimento e atualização constantes, exige um contínuo redimensionamento da sua estrutura física, particularmente dos espaços de aprendizagem, de investigação e de cultura. Nesse sentido, a reorganização e a ampliação de espaços obedecem necessariamente a um projeto arquitetônico Institucional, respeitando as diretrizes de mobilidade e acessibilidade, a harmonia das suas edificações, a criação de espaços acolhedores, as finalidades acadêmicas, e de conservação. Entre as inovações presentes, destacamos as salas de aula inovativas.

14.2 RECURSOS AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA

A Universidade dispõe de equipamentos audiovisuais tais como projetores, tela interativa, máquina fotográfica, filmadora, DVD e equipamentos de som para atender a demanda de professores e estudantes da instituição.

14.3 ESPAÇOS FÍSICOS UTILIZADOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CURSO

A Universidade Católica de Brasília conta com ampla estrutura física. Neste contexto, o curso dispõe de salas de aula com microcomputadores ligados à internet, recursos multimídia como data show e caixas de som, além de quadro branco.

Os estudantes também contam com auditórios nos quais são realizadas atividades das disciplinas e eventos científicos, que vão desde palestras com profissionais convidados externos à instituição a eventos científicos, amplamente incentivados pela instituição.

Além destes, o curso usufrui dos seguintes espaços:

- a) Sala de professores e sala de reuniões – A Universidade Católica de Brasília dispõe de quatro salas de professores, uma em cada um dos blocos: Prédio São João Batista de La Salle – Bloco Central (sala B108); Prédio São Gaspar Bertoni – Bloco M (sala M112); Prédio São Marcelino Champagnat – Bloco K (sala K241); Prédio Papa Francisco – Bloco S (sala S212). Atendem adequadamente aos requisitos de limpeza,

iluminação, acústica, ventilação, conservação, acessibilidade, instalações sanitárias e comodidades necessárias às atividades desenvolvidas;

- b) Gabinetes de trabalho para docentes – Em todas as salas de professores, existem gabinetes de trabalho para uso dos professores, com computadores e recursos de *software* e internet, além de espaços propícios a pequenas reuniões;
- c) Espaço de trabalho para coordenação do curso e serviços acadêmicos – O curso possui um espaço físico destinado a coordenação do curso. Neste espaço há mobiliários para organização e disposição dos documentos do curso e para atender o estudante individualmente, além de computador recursos de *software*, internet e impressora;
- d) Salas de aula – A UCB dispõe atualmente de 129 salas de aula, equipadas com projetor, equipamento de som, computador com monitor e acesso à internet, 04 destas salas possuem projetor com tela interativa, e todas possuem mesas para os professores, cadeiras estofadas e sistema de ventilação ou ar-condicionado. A quantidade de salas atende a demanda de oferta dos componentes curriculares dos cursos;
- e) Salas inovativas – Referência de utilização nas melhores universidades do mundo, as salas inovativas são sinônimo de modernização do ensino em sala de aula. Com uma nova proposta de aprendizagem e uma resposta à mudança de paradigma em que vivemos no mundo, na tecnologia e em especial, na Educação, as Salas possuem um papel fundamental: serem um elo facilitador aos estudantes, como um modelo inovador de ensino. Neste sentido, além de permitir várias configurações de ambiente, que possibilitam a utilização de estratégias e metodologias dinâmicas com foco na aprendizagem ativa e colaborativa, também disponibiliza *chromebooks* para uso individual dos estudantes.

14.4 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS E AMBIENTES DE FORMAÇÃO BÁSICA E ESPECÍFICA DO CURSO DE DIREITO

Para os componentes curriculares da formação básica e específicos, o curso de Direito conta com laboratórios que são compartilhados com outros cursos da UCB. Estes laboratórios prezam pela excelência e são adequados às demandas desses cursos. Em cada laboratório, técnicos especializados organizam as atividades conforme os planos de ensino e os roteiros de aulas práticas de cada professor.

O Núcleo de Prática Jurídica possui laboratório próprio e específicos para atenderem os alunos que cursam o estágio obrigatório. O laboratório possui 32 (trinta e dois) computadores com acesso à internet para que os alunos possam, além de redigir as peças processuais de casos práticos, fazer pesquisas jurisprudenciais.

Todos os ambientes e laboratórios possuem quantidade satisfatória de material (permanente e de consumo) de qualidade. A aquisição desses materiais e produtos é programada a partir do planejamento orçamentário anual, realizado pelo gestor do Centro de Custos ao qual o laboratório ou setor está subordinado. Os processos de planejamento e aquisição dos materiais contam com o apoio do curso, da supervisão dos Espaços de apoio Pedagógico (EAPs), do Setor de Compras e do Almoxarifado Central da UCB.

O Curso de Direito respeita a capacidade de cada laboratório em relação ao número de alunos nas aulas práticas, uma vez que, nessas, os professores prestam um atendimento mais individualizado aos estudantes, facilitado pela participação de estudantes monitores.

A UCB preocupa-se em garantir a segurança das pessoas que constituem a comunidade interna e externa à Universidade, cumprindo os preceitos legais sobre o tema, bem como a segurança e proteção ambiental no espaço interno e externo à Instituição. Assim, foram regulados os procedimentos de segurança na utilização dos Espaços de Aprendizagem Prático-Profissionais (EAPs). Todos os usuários dos laboratórios (professores, técnicos e alunos) utilizam obrigatoriamente os EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) de acordo com a especificidade do Laboratório. Os extintores de incêndio são conferidos e recarregados (se necessário) a cada semestre, de acordo com as normas técnicas correspondentes. Chuveiros e

lava-olhos são averiguados e sua água é trocada semanalmente. Todas as capelas e bancadas são limpas, os lixeiros conferidos quanto a inexistência de luvas, rejeitos de reações ou vidraria quebrada após o término de cada aula prática.

Da mesma forma, a Instituição conta com procedimento referente ao gerenciamento de resíduos conforme Resolução específica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A UCB também possui o seu Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviço de saúde (PGRSS), que objetiva minimizar os riscos ocupacionais no ambiente de trabalho e promover a proteção da saúde do trabalhador e população em geral; estimular a minimização da geração de resíduos, promovendo a substituição de materiais e processos por alternativas de menos risco. Em consonância com o Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) e a Comissão de Biossegurança, o gerenciamento da totalidade dos resíduos gerados na UCB é realizado por uma equipe multidisciplinar.

Outra preocupação da UCB refere-se à comodidade e acessibilidade para seus usuários, com especial atenção para as pessoas com deficiência. Todos os prédios da Instituição dispõem de acesso específico, seja por rampas ou elevadores, desde a via pública à sala de aula. Os prédios possuem também banheiros adaptados, vagas específicas nos estacionamentos e sinalização de acordo com a NBR9050.

A Universidade prima pela atualização dos equipamentos a fim de garantir a quantidade, tipos de equipamentos; as condições de uso são adequadas e atendem às exigências de formação da área básica. As atualizações e aquisições de novos equipamentos, vidrarias e reagentes, bem como qualquer outra melhoria no espaço físico (consertos, ampliações, reformas, etc.) ocorrem em conformidade com o planejamento anual da instituição (orçamento). Este planejamento vem ocorrendo há vários anos e nele são contemplados todos os gastos necessários para atender a demanda do curso de Direito e dos demais cursos que utilizam os laboratórios. Com o objetivo de fortalecer tal processo, a UCB trabalha de forma colegiada entre a coordenação do curso, Gerências e Pró-Reitorias Acadêmica e de Administração com vista a priorizar os melhores investimentos para seus cursos.

14.5 BIBLIOTECA

Desde que foi instituído, o Sistema de Bibliotecas (SIBI) disponibiliza mecanismos de apoio ao processo pedagógico, implementando ferramentas utilizadas nas melhores bibliotecas universitárias do Brasil e exterior de modo a fornecer aos seus usuários subsídios para o desenvolvimento dos programas de Ensino, Pesquisa e Extensão. O SIBI também é responsável por reunir, organizar, preservar e disseminar o conhecimento produzido pela comunidade acadêmica da UCB.

O SIBI participa de redes de cooperação com instituições que produzem e oferecem acesso à informação especializada. Entre seus principais parceiros estão: ABEC Brasil, CAPES; CBBU; IBICT; OPAS/BIREME; ReBAP e Rede Pergamum.

O SIBI é constituído pela Biblioteca Central e pelos Polos de Atendimento de Ceilândia e Sobradinho. A Biblioteca Central executa de forma centralizada, para todo o Sistema de Bibliotecas, as atividades técnicas e administrativas para formação, desenvolvimento e manutenção do acervo bibliográfico. O atendimento aos usuários é oferecido pelas três unidades

A Biblioteca Central, localizada no Campus de Taguatinga, ocupa uma área de 4.197m², distribuídos em andar térreo e pavimento superior, e dispõe dos seguintes espaços:

- Sala Google: com capacidade para 50 pessoas, é destinada à realização de treinamentos, aulas, palestras e seminários, dispondo de um espaço inovador com 40 *chromebooks* e 1 retroprojeter;
- Sala Interativa *e. e. cummings*: com capacidade para 30 pessoas, foi criada em parceria com o Curso de Letras e a Embaixada dos Estados Unidos. Dispõe de lousa interativa e retroprojeter para apresentação de treinamentos, aulas, palestras e seminários;
- Sala Docente Prof. Nazareth: sala de uso exclusivo dos docentes da instituição, dispõe de uma mesa com capacidade para 12 pessoas.
- Cabines de Estudo em Grupo: são 25 cabines de estudo para uso exclusivo dos docentes e alunos regularmente matriculados;
- Áreas de Estudo Individual: diversas mesas de estudo individual estão distribuídas nos dois pisos da Biblioteca;
- Sala Audiovisual: sala destinada exclusivamente à reprodução de materiais da Coleção Multimeios, podendo ser usada em grupo ou individualmente, por docentes e alunos regularmente matriculados;

- Esquina da Ciência: espaço americano criado para divulgar e promover as ciências. Única no Brasil, ela é aberta a qualquer pessoa que tenha interesse em obter mais informações sobre meio ambiente, tecnologia, saúde e muitos outros temas. Dispõe de materiais de apoio para ensino e aprendizado da língua inglesa, programas culturais e estudo nos Estados Unidos;
- Memorial Prof. Nazareth: espaço destinado à organização e registro dos fatos históricos da UCB. Tem como objetivo manter e preservar o patrimônio, material e imaterial, relacionado à instituição, e os bens a ela historicamente vinculados;

O acervo do SIBI é composto por aproximadamente 300 mil volumes, sendo eles: livros, folhetos, teses, dissertações, DVD, Blu-ray, CD-ROM, audiolivros, jornais, revistas científicas e documentos eletrônicos. Além disso, o SIBI assina as seguintes bases de dados:

- ABNT Coleção: plataforma eletrônica que oferece acesso a várias normas técnicas nacionais e internacionais;
- Minha Biblioteca: plataforma que reúne mais de 10 mil livros eletrônicos publicados pelas principais editoras acadêmicas do Brasil. O acervo, em português, atende às bibliografias de mais de 250 cursos de Graduação;
- Portal de Periódicos da Capes: plataforma que reúne e disponibiliza o melhor da produção científica internacional. Oferece acesso a textos completos disponíveis em mais de 45 mil publicações periódicas, internacionais e nacionais, e a diversas bases de dados que reúnem desde referências e resumos de trabalhos acadêmicos e científicos até normas técnicas, patentes, teses e dissertações dentre outros tipos de materiais, cobrindo todas as áreas do conhecimento.

O SIBI também é responsável pela administração e alimentação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, do Repositório Institucional e do Portal de Revistas Eletrônicas da UCB, sistemas responsáveis por reunir, organizar e disseminar a produção acadêmica da UCB.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. Referenciais de Acessibilidade para a Educação Superior e a avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. 2013. Disponível em: <http://www.ampesc.org.br/_arquivos/download/1382550379.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Lei 13.146 de 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 13 de ago. 2015.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Resolução CNE/CP nº 2 de 15 de junho de 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 13 de ago. 2015.

BRASIL. INEP/MEC. Censo Escolar da Educação Básica 2013 Resumo Técnico. 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. Resumo Técnico Censo da Educação Superior de 2012. Julho de 2014. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2012/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2012.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

Constituição Apostólica do Sumo Pontífice Francisco Veritatis gaudium sobre as Universidades e as Faculdades Eclesiásticas. – Brasília, DF: CNBB, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação. Indicadores de acesso e participação 2014: rede pública estadual DF. 2014. Disponível em: <http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/suplav/lei4850_dados_indicadores_educacionais/ii_c_taxa_escolarizacao_totaldf_2014.pdf>. Acesso em: 09 set. 2015.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2013. 2013. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv66777.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2015.

MAGALHÃES, Maria Carmem Côrtes. Síntese Histórica UCB - 39 Anos de Educação Superior, 18 Anos de Universidade. Página UCB, Out, 2013.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA. Carta de Princípios da Universidade Católica de Brasília. Brasília:UCB,1998. 15p.

_____. Estatuto. Série UCB Legislação e Normas. Brasília, DF. 2010. Disponível em<<http://portal.ucb.br/docs/estatuto2010.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2014.

_____. A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA. Portaria UCB nº 154 de 27/05/2004. BRASÍLIA, 2010.

_____. INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. Resolução CONSEPE, 63/2009. BRASÍLIA: UCB, 2009.

_____. NORMAS E PROCEDIMENTOS ACADÊMICOS PARA CURSOS DE GRADUAÇÃO. BRASÍLIA: UCB, 2007.

_____. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE. Parecer CONSEPE n.º 91 de 24 de agosto de 2010. BRASÍLIA, 2010.

_____. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL. BRASÍLIA: UCB, 2008.

_____. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL. BRASÍLIA: UCB, 2013.

_____. Regimento Interno da UCB. Brasília, DF. 2010. Disponível em:<<http://www.ucb.br/textos/2/1358/UniversidadeCatolicaDeBrasilia/?sIT=1>>. Acesso em: 03 fev. 2014.